



**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**

**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS  
Campus I – Prédio B3, sala 106 – Bairro São José – Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS  
Fone (54) 3316-8341 – Fax (54) 3316-8330 – E-mail: mestradoletras@upf.br

---

Sindy Moraes Castelli

**MARCAS DA HETEROGENEIDADE  
NO DISCURSO JORNALÍSTICO:  
Uma análise das notícias-manchete de capa do jornal Diarinho**

Passo Fundo, setembro de 2007.

Sindy Moraes Castelli

**MARCAS DA HETEROGENEIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO:  
Uma análise das notícias-manchete de capa do jornal Diarinho**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de mestre em Letras, sob a orientação da Prof.(a). Dr. Evandra Grigoletto.

Passo Fundo, setembro de 2007.

Ao meu pai Jorge, à minha mãe Fátima e ao meu  
companheiro Wilson que sempre incentivaram e  
tornaram possível esse projeto de vida.

Agradeço a toda minha família pelo apoio e compreensão, aos meus amigos pela força nas horas difíceis, à minha orientadora que, com muita persistência e coragem, assumiu essa caminhada comigo, e a todos os que, de alguma forma, ajudaram e torceram para que esse sonho se concretizasse.

*Vejamos: é desejável, para um jornalista, para um órgão de comunicação uma postura de neutralidade. (...) "Neutro" a favor de quem? (...) "Imparcial" contra quem? (...) "Isento" para que lado? (...) Assim é defensável que o jornalismo, ao contrário do que muitos preconizam, deve ser não-neutro, não-imparcial e não-isento diante dos fatos da realidade. E em que momento o jornalismo deve tomar posição? Na orientação para a ação. O órgão de comunicação não apenas pode mas deve orientar seus leitores/espectadores, a sociedade, na formação de opinião, na tomada de posição e na ação concreta como seres humanos e cidadãos.*

Perseu Abramo

## RESUMO

Baseada na teoria da enunciação, nos estudos de Bakhtin e Authier-Revuz, esta pesquisa pretende investigar as estratégias utilizadas por jornais para assegurar a imagem de discurso jornalístico isento e objetivo e, com tais recursos, que não são aleatórios, produzir efeitos de sentido em seus leitores que os conduzam a uma interpretação direcionada sobre um acontecimento, há sempre uma escolha sobre a melhor maneira de descrever um fato, que vai na direção dos interesses do jornal no intuito de garantir a adesão do seu público. Analisamos as marcas da heterogeneidade e adentramos no funcionamento das diferentes vozes mascaradas no interior das notícias policiais e sensacionalistas das principais manchetes de capa do jornal Diarinho. Isso nos permitiu denunciar a natureza heterogênea do discurso jornalístico e seu caráter imparcial. O jornalista, ao relatar na notícia uma ocorrência social, ainda que inconscientemente, emite opiniões e busca uma interação com o leitor através do uso de uma linguagem com forte influência da língua oral popular. Observamos, então, a discrepância entre o discurso dos veículos de imprensa e o resultado final de seu trabalho no que tange à defesa da objetividade e imparcialidade do discurso jornalístico.

**Palavras-chave:** discurso jornalístico; heterogeneidade; subjetividade; efeitos de sentido.

## **ABSTRACT**

Based on the theory of enunciation, on Bakhtin's and Authier-Revuz's studies, this research intends to investigate the strategies used by journals to assure the image of exempt and objective journalistic speech and, with such resources, which are not aleatory, to produce meaning effects on their readers that lead them to a specific interpretation about an event, there is always a choice about the best way of describing a fact, that goes on the direction of the journal's interests in order to guarantee their public adhesion. We have analyzed heterogeneity marks and penetrated into the functioning of different voices hidden in the sensationalistic and police news of Diarinho's main layer headlines. It has let us to denounce the heterogeneous nature of journalistic speech and its impartial feature. The journalist, as reporting a social occurrence in the news, even if unconsciously, emits opinions and seeks an interaction with the reader through the usage of a language with strong influence of popular oral language. We have observed, then, the discrepancy between the press vehicles' speech and the final result of their work as regards the defense of the objectivity and impartiality of the journalistic speech.

**Key-words:** journalistic speech; heterogeneity; subjectivity; meaning effects.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT .....	6
INTRODUÇÃO .....	8
<b>1. O GÊNERO JORNALÍSTICO .....</b>	<b>10</b>
1.1 O discurso jornalístico .....	10
1.2 A notícia e a manchete jornalística .....	17
1.2.1 A notícia policial e o sensacionalismo .....	19
1.3 A subjetividade no discurso jornalístico .....	23
<b>2. OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DO SENTIDO .....</b>	<b>27</b>
2.1 A enunciação e a cena enunciativa do discurso jornalístico.....	30
2.1.1 A relação dialógica da cena enunciativa e a carnavalização em Bakhtin .....	34
2.1.2 Os aspectos contextuais .....	40
2.2 A heterogeneidade .....	43
2.2.1 Heterogeneidade constitutiva .....	44
2.2.2 Heterogeneidade discursiva mostrada .....	44
2.2.2.1 Heterogeneidade discursiva mostrada marcada .....	45
2.2.2.2 Heterogeneidade discursiva mostrada não-marcada .....	49
<b>3. A ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DA HETEROGENEIDADE .....</b>	<b>53</b>
3.1 A constituição do corpus: considerações sobre o jornal <i>Diarinho</i> .....	53
3.2 Análise das notícias-manchete de capa .....	55
3.2.1 Análise das marcas da heterogeneidade.....	62
3.2.1.1 Notícia 1 .....	62
3.2.1.2 Notícia 2 .....	71
3.2.1.3 Notícia 3 .....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	92
ANEXO 1: Relação das manchetes de capa das edições de fevereiro de 2005 do jornal <i>Diarinho</i> .....	95
ANEXO 2: capas e notícias-manchete on-line das edições do <i>corpus</i> de análise do mês de fevereiro de 2005 do jornal <i>Diarinho</i> .....	101



## INTRODUÇÃO

A sobrevivência de um jornal depende da aceitação dos leitores. Busca-se, então, uma postura moderna das equipes jornalísticas comerciais e editoriais frente ao mercado publicitário e, conseqüentemente, meios de comunicação social mais ricos em alternativas ao público leitor e anunciante.

No *Manual de Jornalismo*, de John Honenberg, de 1962, já se percebia a preocupação com essa evolução. Alguns métodos para melhor focalizar as notícias foram citados, como por exemplo: a compressão ou a publicação de notícias na íntegra na primeira página; abordagem de assuntos corriqueiros ou de curiosidade; maior adesão a artigos especiais, roteiros de televisão e assuntos sentimentais; promoção de concursos, etc. Isso tudo no intuito de chamar a atenção do público e aumentar a circulação do jornal.

Tal desenvolvimento jornalístico parece não ter surtido o efeito desejado, rebaixando, ainda, o produto final. Como conseqüência dessa “evolução”, a não-neutralidade, ou parcialidade, passou a caracterizar a visão subjetiva de repórteres e editores na elaboração de seu texto.

No entanto, a imparcialidade continua sendo um dos grandes mitos do jornalismo, assim como a pretensa falta de interesse de um jornal no poder de influência que exerce em seus leitores. Em vista dos interesses de persuasão e influência, a imprensa apresenta sua produção discursiva através de uma parcialidade mascarada por recursos que buscam constituir uma imagem de discurso isento e objetivo. Porém, a característica essencial de um jornal está na pluralidade de idéias, na constituição do espaço onde forças sociais se manifestam, onde se dão embates pela construção de sentidos e formação de opinião.

Diante do explicitado, surgem várias questões-base, motivadoras deste estudo: *Como são (re)produzidas as diferentes vozes que estão mascaradas no discurso jornalístico? O que elas representam? Que efeitos de sentido produzem? Que marcas lingüístico-discursivas podem ser observadas no discurso jornalístico que evidenciem opiniões da imprensa sobre um fato?*

A presente pesquisa tem seu estudo com base nas notícias das manchetes principais de capa do Jornal *Diarinho*, do estado de Santa Catarina, nas edições do mês de fevereiro de 2005, por ser um mês de intensa movimentação no estado em função das férias, período de carnaval e pela variedade de temas apresentados. Tal estudo pretende analisar o modo de construção do discurso, ou seja, as estratégias e recursos utilizados pelo jornalista que produzem efeitos de sentido no leitor, e, ao mesmo tempo, denunciam a natureza heterogênea do discurso jornalístico.

Assim, o presente trabalho, organizado em três capítulos, baseia-se na teoria da enunciação a partir dos estudos bakhtinianos e das considerações de Authier-Revuz sobre a heterogeneidade, autores esses que fundamentarão as análises presentes na pesquisa.

No primeiro capítulo, as características do gênero jornalístico são fundamentadas na perspectiva bakhtiniana a partir das concepções acerca do discurso no intuito de conceituar o discurso jornalístico. Ainda, nesse capítulo, aspectos sobre o estudo do texto da notícia e da manchete jornalística, direcionados à notícia policial e ao sensacionalismo do jornalismo, bem como questões sobre a subjetividade são tratadas para embasar e conceituar o teor das análises.

No segundo capítulo, são trabalhados os processos de construção do sentido para apoiar o tema da enunciação, assim como a relação dialógica da cena enunciativa e a carnavalização em Bakhtin para entendimento da multiplicidade discursiva. Além da referência aos aspectos contextuais como constituintes do sentido na interpretação dos enunciados, estudamos a questão da heterogeneidade discursiva abordando os conceitos de heterogeneidades constitutiva e mostrada, segundo Authier-Revuz, reveladores da presença de outros discursos dentro de uma mesma construção discursiva.

No terceiro e último capítulo, partindo de um breve relato sobre as características do jornal escolhido para apreciação, estão as notícias-manchete selecionadas e analisadas com base no arsenal teórico apresentado e discutido no decorrer da pesquisa.

A partir dos vários conceitos abordados no trabalho, apresentamos as características do discurso jornalístico tendo como pressuposto que ele é constituído de múltiplas vozes que dialogam entre si e denunciam seu caráter parcial e heterogêneo. Assim, a partir da realização do presente trabalho, pretendemos contribuir na produção de novos parâmetros de estudos sobre o discurso jornalístico, até mesmo na área de leitura e produção textual, no tocante ao reconhecimento da organização de um texto e sua característica discursivamente heterogênea.

# 1 O GÊNERO JORNALÍSTICO

Para qualificar especificamente o discurso do gênero jornalístico, a perspectiva bakhtiniana permeia este trabalho a partir das concepções acerca do discurso, investindo no caráter de interação entre os sujeitos sociais. O tema da pesquisa funda-se no jornalismo, e a análise é direcionada à notícia-manchete jornalística de um jornal policial sensacionalista. Assim, na seqüência do capítulo, explicitaremos os pontos mencionados, também tratando da subjetividade no discurso jornalístico.

## 1.1 O discurso jornalístico

Para fundamentar o discurso jornalístico e suas características na direção dos objetivos desta pesquisa, é de fundamental importância indicar, primeiramente, as contribuições de Bakhtin acerca do discurso. O termo *discurso* aqui, em concordância com Bakhtin, será visto não enquanto fala individual, mas enquanto instância significativa de entrelaçamento de discursos veiculados socialmente pela interação entre os sujeitos. O estudo das formas de representação e de transmissão do discurso do *outro*, assim como as marcas da heterogeneidade, estudadas nos capítulos que seguem, certificam as questões de interação, compreensão e significação trabalhadas discursivamente.

O discurso para Bakhtin (1981) não é objeto específico da lingüística, mas a própria língua em sua integridade concreta, viva, complexa e multifacetada. Para que um discurso qualquer exista de fato, ele necessita de formas de enunciações concretas a partir dos sujeitos do discurso. “O discurso sempre está fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir” (BAKHTIN, 2003, p.

274). Em determinadas condições sócio-históricas, um indivíduo se constitui sujeito numa relação de interação social. Bakhtin afirma:

O nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas fundimos inteiramente a nossa voz, esquecemo-nos de quem são; com outras, reforçamos as nossas palavras, aceitando aquelas como autorizadas por nós; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a elas (1981, p.169).

Então, quando entra em relação com a enunciação de um outro, o discurso compreende fenômenos heterogêneos, principalmente no diálogo, pois, mesmo quando um interlocutor repete literalmente a afirmação de outro interlocutor, coloca a sua compreensão ou a sua avaliação, com um outro acento, podendo duvidar, indignar-se com a afirmação do outro ou até ironizá-la. Ou seja, um enunciador pode repetir um enunciado, mas a enunciação nunca se repete. Tais fenômenos heterogêneos estão sempre presentes na sociedade:

Em cada época, em cada círculo social, em cada micromundo familiar, de amigos e conhecidos, de colegas, em que o homem cresce e vive, sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como nas obras de arte, ciência, jornalismo político, nas quais as pessoas se baseiam, as quais elas citam, imitam, seguem (BAKHTIN, 2003, p. 294).

Nesse sentido que a palavra nunca é neutra, transparente, tampouco dotada de um sentido único, primeiro, pois elas são afetadas pelos conflitos históricos e sociais dos falantes e ficam impregnadas de suas vozes e valores.

A idéia do discurso monológico é uma ilusão, pois o discurso é sempre da ordem do já-dito (um discurso citado) e o texto se constrói (Cf. CAZARIN, 2005) como um *mosaico* de citações, vozes e valores sociais, estabelecendo a plurivocalidade que vai ao encontro das necessidades da esfera de circulação desse discurso.

Na verdade, o conteúdo temático de determinado discurso assim como o seu estilo e a construção composicional pertinente ao público a quem se dirige determinam o gênero de cada discurso. Foi com Bakhtin, na década de 50, que se iniciou a discussão acerca dos gêneros do discurso. Segundo esse teórico (2003, p.262), “cada campo de utilização da língua

elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados”, que são, então, os gêneros discursivos.

Um enunciado de gênero primário, segundo Bakhtin (2003), vai ser compreendido por sua relação com o contexto imediato, onde acontece a ação comunicativa imediata de interlocução face a face. Os diálogos, escritos ou orais, em outros tipos de gêneros, como uma entrevista publicada em um jornal, por exemplo, são tomados de empréstimo da esfera do cotidiano por uma esfera pública, onde a interlocução não é mais imediata e, portanto, as condições de produção do discurso se tornam secundárias, mais complexas. A fala do cotidiano se transforma em um diálogo de personagens de um discurso assimétrico de uma narração jornalística. Nesse processo de transformação, o secundário traz características do primário, acrescenta novas características da nova esfera discursiva em que circula e se realiza como um novo gênero. Há semelhanças, sim, entre eles, mas são gêneros diferentes. Não podemos estabelecer claramente as fronteiras entre eles, contudo, por suas características individuais, constituem-se um objeto sempre único, resultado de transformações histórico-sociais.

Bakhtin (2003) vê os gêneros como resultado de um uso comunicativo da língua na sua realização dialógica, de forma que os indivíduos, quando se comunicam, não trocam orações nem palavras, mas trocam enunciados<sup>1</sup> que se constituem com os recursos formais da língua (conteúdo temático, estilo e construção composicional) e se fundem indissolúvelmente no todo do enunciado. Cada gênero possui características próprias que delimitam o enunciado, sabemos quem fala ou para quem se fala a partir do gênero discursivo empregado.

No caso do gênero jornalístico, os fatos são registrados numa forma especial de narrativa ficcional, de história real contada oralmente, com influência de estruturas e vocabulário orais reveladores do processo de elaboração jornalística que inclui um contexto histórico urbano e um tipo específico de leitor receptivo à forma como a notícia lhe é apresentada. Quando trabalhamos com o discurso jornalístico, encontramos uma variedade de gêneros textuais que atende a um propósito comunicativo que justifica sua veiculação (notícia, reportagem, editorial, crônica, manchete, etc.). Isso significa que entre linguagem e sociedade existem relações dinâmicas e complexas que se materializam nos discursos, ou melhor, nos gêneros do discurso. Nesse sentido, o discurso jornalístico estabelece uma relação complexa e heterogênea entre o campo formal e não formal, entre a experiência e a consciência e entre os distintos gêneros do discurso.

---

<sup>1</sup> As questões sobre enunciação e suas relações dialógicas na comunicação entre indivíduos será visto detalhadamente no capítulo 2 deste trabalho.

A peculiaridade de um gênero remete sempre a algum tipo de atividade humana e se faz útil no que concerne à comunicação e organização não linear de significados a uma dada cultura em função dos interesses e das condições de funcionamento das formações sociais.

Isso conduz à conseqüência do discurso ser o lugar de instabilidade das estruturas, onde se criam efeitos de sentido. Certas formas, apresentadas pelo sistema como absolutamente estáveis, no discurso, mudam, adquirem novos valores, geram novos significados, enfim, criam novos efeitos de sentido. Essa instabilidade da língua, antes mencionada, não é desorganizada, sem qualquer princípio de ordem; instável significa o não-fixo, o não-permanente, que não se realiza aleatoriamente, porém deve obedecer a certas condições de garantia da existência do sentido.

Nessa mesma perspectiva, Darlete Cardoso (2001) confirma que o discurso jornalístico é um espaço de estabilidade e instabilidade de enunciados de diferentes formações e temas, uma construção e reconstrução, onde a palavra que diz o mundo é mágica, criativa e sedutora. Partindo daí, o discurso jornalístico se fundamenta e, então, é possível um detalhamento mais específico de suas características.

Sabe-se que a linguagem jornalística precisa ser atraente, emocionante e comunicável. Mesmo um texto sendo complexo, tem de ser de fácil entendimento para diferentes tipos de leitores e relatar a informação com criatividade para despertar-lhes o interesse.

Segundo Carlos Chagas, no prefácio da obra *O texto da notícia* de Lustosa (1996), o jornal enfrenta uma batalha contra a imprensa eletrônica:

Televisão e rádio dão, na véspera, as notícias que nem todos os jornais darão no dia seguinte. Por imposições industriais, eles precisam fechar cedo, às 22 horas, no máximo, para ser rodados e distribuídos. Não raro, a televisão está apresentando, ao vivo, às 23 horas, um jogo de futebol ou uma reunião política de que os jornais do dia seguinte nem darão notícia. (CHAGAS, In: Lustosa, 1996, p.13)

Chagas afirma que solução para tal desvantagem está no papel de análise, interpretação e prospecção que possui o jornalismo, dando o *mais* que os vídeos e alto-falantes não puderam dar. Dessa forma, também permitindo a reflexão dos acontecimentos através das causas e possíveis resultados do fato narrado.

Hoje, o que mais se busca em um texto jornalístico, segundo Melo (2000) são: objetividade, neutralidade e clareza nas informações. Para atingir esses princípios, uma

seleção lingüística é realizada para priorizar clareza na leitura e afastar qualquer dúvida sobre a imparcialidade jornalística. Com essa estratégia, o texto jornalístico faria parte de um mundo sem tendências ideológicas à informação veiculada pela imprensa, criando uma ilusão ética e estética da língua, produzindo um efeito de discurso neutro.

Dessa forma, para garantir o estereótipo do texto atraente, objetivo, neutro e claro nas informações, o texto jornalístico é submetido a um crivo, uma padronização editorial que tenta resgatar a tão buscada imparcialidade. A fim de traduzir em normas as concepções do jornalismo, surgem os manuais de redação jornalística. Um dos mais consultados na área é o manual geral da redação da Folha de São Paulo, o jornal de maior circulação no Brasil e, portanto, um dos jornais mais influentes do país. Esse manual foi criado em 1984 e teve uma segunda edição revista e ampliada em 1996 para manter o jornalismo em aperfeiçoamento constante. No entanto, ao ser submetido a um crivo pela necessidade de padronização, isso já denuncia que o texto jornalístico está marcado pela subjetividade do jornalista, e a objetividade, então, é uma construção da materialidade lingüística. Em vista disso, não podemos pensar literalmente numa língua transparente e objetiva. O que está por trás das notícias divulgadas é o efeito de transparência e neutralidade que técnicas estabelecidas pelas empresas de comunicação ou manuais de redação jornalística tentam garantir à produção da informação.

Cada vez mais, então, fica difícil considerar o discurso jornalístico como mera reprodução do real. Há muitas *vozes*, há muitos *discursos* que atravessam o campo jornalístico, e reduzir as práticas discursivas a simples técnicas ou regras seria perder a dimensão real do jornalismo, o seu objeto, de refletir a diversidade da vida social e da comunicação entre os falantes.

Sendo assim, como o jornalista se faz entender, apreender o sentido de seu texto, por um número indefinido de pessoas com experiências de mundo e horizontes tão heterogêneos?

Os fatos que ocorrem no mundo são convertidos em notícia. O jornalista não tem como controlar a heterogeneidade de sentidos adquiridos por parte de seus interlocutores. O que pode haver é um tipo de contrato entre jornalistas e o público-leitor instituído pela idéia de veracidade dos fatos e a autenticidade do seu relato. Por isso, devemos lembrar que, mesmo quando um discurso jornalístico é referencial, quando representa exatamente aquilo que aconteceu, é atravessado pelo sentido da representação discursiva que o interlocutor constrói sobre a informação e também pela subjetividade do enunciador.

Um jornal pode repassar informações de várias formas, e escolherá, provavelmente, a que vise ao menor grau de comprometimento possível. A verdade jornalística pode não ser a

verdade dos fatos, mas uma verdade criada nos discursos com a finalidade de convencer o leitor, a partir dos efeitos de sentido produzidos.

Serra (2001) e Citelli (2004), concordam com o fato de que o que foi divulgado em um jornal pode não ter acontecido realmente do modo como foi apresentado, pode ser uma estratégia editorial que elabora um conceito de verdade, dando a entender o fato como tal. Estratégias como essas surgiram devido à necessidade de atender e persuadir públicos distintos que possuem características próprias, com interesses diversificados, em função das mudanças tecnológicas e sociais do mundo contemporâneo. Para Citelli, alguns fatores comprovam essa variável persuasiva presente no discurso jornalístico: afirmação de valores e conceitos na demanda dos leitores; informação e repertórios de fácil decodificação; jogo com o elemento emocional e inusitado na tentativa de dominar pelo impacto ou estranhamento às notícias; não-esforço interpretativo exigido ao leitor para passar efeito de transparência jornalística; entre tantos mais que são atribuídos a veículos voltados ao sensacional.

Quando um enunciador, denominando-se individual ou coletivo, manifesta seu discurso persuasivo, esse ato não pode ser considerado como criado por uma única pessoa, uma realização de um indivíduo só, ele tem de ser visto como resultado de múltiplas vozes. Qualquer manifestação tem um discurso precedente, num jogo dialógico onde podem surgir temas, valores, conceitos, conhecimentos, decorridos do caráter social que a linguagem possui de integrar diferentes tipos de vozes e lugares onde os discursos são produzidos.

O jornalismo promove a interação entre a sociedade e as organizações formais que, através dos canais de difusão, direcionam informações num processo de reprodução de fatos da atualidade. Como reprodutor e interpretador desses fatos, o jornalismo estabelece a comunicação através de enunciados caracterizados *pela* e *para* a sociedade, em função de seus interesses e expectativas. Nessa interpretação dos fatos, escolhe as palavras e as *lapida* esteticamente, produzindo novos enunciados para melhor convencer os leitores e, conseqüentemente, formar a opinião pública.

Quando se trata da produção de novos enunciados por parte da imprensa, na interpretação dos fatos apaga as marcas da fala da fonte de informação para formar o seu discurso, porém isso não quer dizer que ela não produza seus próprios discursos e sim que os enunciados do jornal são justapostos por outros enunciados de fontes diferentes. Caracterizando efetivamente esse ato social, o jornalismo fala *sobre* a sociedade *para* e *com* ela em um discurso repleto de valores e ideologias, influenciando no debate público, confrontando os valores sociais nas interações comunicacionais.



Na obra de Mariani (1998) considera-se o discurso jornalístico como uma modalidade de discurso *sobre*:

Um efeito imediato do *falar sobre* é tornar objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciator produz um efeito de distanciamento – o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial – e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc., justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão. (p. 60).

Segundo essa autora, o sujeito enunciator do discurso jornalístico relata os fatos fazendo crer que esses são apresentados fielmente à realidade no uso de um discurso *sobre*, estabelecendo relação com um conjunto de saberes já reconhecidos pelo interlocutor e dando a idéia de que os fatos falam por si, o que torna objetiva a imagem enunciativa do jornal. A ilusão da objetividade jornalística cria um efeito de linearidade e homogeneidade numa relação entre causas e conseqüências para os fatos ocorridos, caracterizando o aspecto de convencimento que envolve os leitores.

Salientam-se outros pontos de vista, advindos de Passeti (1999), observadora do discurso jornalístico, que trata especificamente dos pontos acerca da construção dos discursos persuasivos. Para ela, os textos opinativos relatam fatos noticiosos recentes, com interesse de divulgar determinada postura ou, na maioria das vezes, formar a opinião pública. Assim também ela compara os indivíduos: eles interagem sócio-historicamente não só para comunicar idéias, mas, principalmente, para promover um processo persuasivo.

Ainda para caracterizar o discurso jornalístico, no trabalho de Darlete Cardoso (2001 s/p.), verifica-se a informação de que

um jornal não repete uma notícia que não contenha uma nova informação e, ao mesmo tempo, estabelece como regra geral na constituição de um texto noticioso, transmitir sempre as informações mais fortes já na sua abertura (lead), com a intenção de chamar a atenção do leitor. No discurso do jornalismo, um texto sempre se inicia com as informações que tenham maior importância para o contexto social.

Um dado interessante do jornal é repetir as informações básicas de matérias publicadas em dias anteriores, incluindo nas pautas a repercussão de fatos já divulgados e acrescentando novos dados, a fim de recuperar a informação ao leitor e sustentando as matérias consideradas importantes. Essa redundância pode também ser considerada uma estratégia para convencer o

leitor da notícia que está sendo divulgada, retomando a sua posição frente ao fato noticiado, ou até mesmo para fazer o leitor resgatar o assunto em edições anteriores na busca por maiores informações.

Diante desse fato e dos pontos explicitados a respeito da importância das matérias, como saber que tipo de informação ganha maior grau de influência em um texto jornalístico? Que notícia vira manchete? As referidas questões serão esclarecidas no item seguinte.

## **1.2 A notícia e a manchete jornalística**

Como anteriormente foi tratada a questão do discurso na perspectiva de Bakhtin para fundamentar o estudo do discurso jornalístico, consideramos importante, nesse ponto, direcionar um estudo sobre o *texto*, ainda conforme Bakhtin (2003), já que, na construção da manchete e da notícia, utiliza-se o texto escrito para salientar o que há de maior relevância em um jornal.

Bakhtin afirma que as ciências humanas têm como característica tomar como seu objeto o texto, mas não como os estudos lingüísticos que tomaram a língua por objeto a partir das unidades mínimas até a dimensão da frase, e sim o texto como constituidor do homem. Assim, o texto, para Bakhtin, possui sentido, é objeto de significação, produto de uma enunciação, de uma criação social, portanto, constitutivamente dialógico e único, ou seja, não reiterável ou repetível.

Pelo mesmo viés de Bakhtin, a imprensa produz seus textos para constituir a sociedade em que atua. Segundo Mariani (1998), os jornais tanto trabalham com o relato de eventos em que não há memória discursiva, que ainda não foram mencionados, quanto com eventos semelhantes a fatos ocorridos anteriormente, em que o público já pode ter uma opinião formada sobre. Com isso, colocam o mundo como objeto, nomeando, explicando e tornando-o compreensível para os leitores.

É pelo texto das suas manchetes e notícias que o jornal decifra o mundo e o torna fato-verdade. Porém, ainda de acordo com Mariani,

No funcionamento jornalístico descrito, fica apagado para o sujeito-leitor o processo de construção da notícia. A produção de sentidos, que se processa a partir de um trabalho no plano da língua, seja no plano das operações sintáticas descritas, seja pelo conjunto da memória mobilizada lexicalmente, não é perceptível para o sujeito envolvido historicamente. Assim, essa prática discursiva impõe a imagem de um 'leitura literal', realizada com sentidos transparentes capazes de captar os fatos em sua 'essência'. Oblitera-se, portanto, que o que está em jogo é uma inevitável 'leitura interpretativa'. (MARIANI, 1998, p.65).

A partir de relatos e informações sobre fatos, a imprensa pode perceber tendências de opinião e torná-las notícia. Em um jornal, geralmente há quadro de repórteres que identificam os dados mais importantes para a elaboração da notícia, até por conhecer as pessoas a quem se dirigir para obter informações mais precisas, objetivas e claras (e isso não deixa de ser uma forma de manipulação da informação). Segundo Mariani (1998), “os fatos podem criar notícias e vice-versa. [...] em qualquer uma das situações, o que é dito nos jornais depende fortemente das possibilidades enunciativas específicas de cada formação social em cada período histórico.” (p.65).

Para Mariani, a notícia está sob influência dos jornalistas, dos leitores e da linha política dominante do jornal. Também nessa direção, Lustosa (1996) a define como produto pertencente ao dono do jornal, colocado à venda, que atende à lógica e às exigências do mercado. Para ele, a notícia deveria pertencer à sociedade, porém os interesses e características do jornal é que determinam o que vai ou não vai ser impresso ou divulgado. A notícia é, então, a técnica de relatar um fato, mas não o fato.

Para Lustosa, a notícia é a informação transformada em produto de consumo: “um veículo de comunicação de massa não oferece informações, mas informações transformadas em notícias” (1996, p.19). O que quer dizer que a notícia não é a tradução exata da realidade, mas o relato de fatos de interesse social ou de um grupo específico.

Segundo ele (p.18), “para existir notícia é preciso que haja primeiro uma informação de interesse universal”. Na construção da notícia, o jornalista tem a informação como matéria-prima. Mas, enfim, o leitor, para poder comprar a notícia, exige que essa informação justifique a sua publicação, aplicando uma posição valorativa em relação ao divulgado. Além do mais, a informação é transformada em notícia através de técnicas de redação que a enquadram aos padrões do jornal. Por isso, nem tudo o que é publicado resulta da vontade de quem escreve o texto para o jornal, já que, por trás do jornalista, há diferentes forças que interferem no seu trabalho.

A notícia-manchete, nossa base de análise, é a notícia principal, de maior destaque, no alto da primeira página de jornal, alusivo à mais importante dentre as notícias contidas na edição. É considerada um elemento fundamental para compor o quadro geral do conteúdo informativo de um jornal.

Esse tipo de notícia tem sua manchete comumente escrita em negrito, com letras grandes, como o primeiro plano da notícia para afirmar a sua função de sinalizar a informação mais importante. A manchete costuma antecipar ou resumir parte do fato relatado, seu ponto mais importante ou, quase sempre, a própria conclusão. O que geralmente se faz é interpelar o leitor em uma frase, nem sempre completa, na manchete, e colocar diante dele um fato ou situação para despertar interesse em torno da notícia que vai ser divulgada em seguida.

Conforme os manuais de redação jornalística, Manual de Jornalismo, de John Hohenberg (1962) e o Novo Manual da Redação da Folha de São Paulo (1996), não se deve deixar o leitor na expectativa de algo fantástico e depois decepcioná-lo. Para evitar esse problema, sugerem o uso de estilo direto, palavras concretas, frases curtas, incisivas e afirmativas, pois a manchete pode ser tudo o que leitor vai saber sobre o assunto, ou pode determinar a leitura ou não do texto integral por esse leitor e, conseqüentemente, a compra do jornal.

No entanto, acredita-se que sair da convencional abertura de somente informar e buscar um estilo mais criativo é uma alternativa que interessa ao leitor. Por exemplo, estratégias como realçar a imaginação da pessoa, jogando com fórmulas, frases feitas ou chavões, usando palavras com trocadilhos, paradoxos ou piadas são formas para chamar a atenção de quem lê, caracterizando assim, a produção de um discurso persuasivo.

Na construção do discurso jornalístico e, portanto, persuasivo, há uma relação muito estreita com os signos e a ideologia que pode ser notada desde a escolha das palavras para compor a notícia até a organização das manchetes, considerando temas e raciocínios ao longo do texto, percorrendo as inúmeras possibilidades de ordem persuasiva e de convencimento dos discursos.

### **1.2.1 A notícia policial e o sensacionalismo**

Sensacionalismo é o modo de manipular a informação de maneira incompleta e parcial, passando aos leitores opiniões e hipóteses que dão a impressão de verdade absoluta dos fatos no intuito de despertar a curiosidade e mexer com as esferas emocional e instintiva

do ser humano, apelando às reações mais imediatas, mais baseadas na emoção do que na razão, para resultar em audiência.

A partir dessa reflexão, pode-se considerar o *Diarinho*, nossa base de estudo, como um jornal sensacionalista, pois a narração dos eventos apresenta uma postura caracterizada pelo uso de imagens fortes na cobertura dos fatos que salientam as atitudes chocantes ou hábitos exóticos da comunidade, com o intuito de causar impacto na sensibilidade alheia. Na grande maioria das manchetes de capa, a ênfase é dada a assuntos policiais ou por vezes, mais raramente, a assuntos esportivos<sup>2</sup>.

Para confirmar as características de contexto histórico do discurso jornalístico já mencionadas anteriormente, a explanação de Carlos Chagas é de extrema importância também na caracterização do objeto de análise na nossa pesquisa:

Os anos da censura mais recente, durante a ditadura militar, fizeram com que os meios de comunicação perdessem parte da credibilidade de que dispunham, e que já não era grande. Alguns jornais resistiram, a maioria se entregou. Com a volta à democracia, tentam todos recuperar o tempo perdido e, mais do que ele, recuperar o leitor. Como resultado, muitos veículos partiram para o caminho mais fácil, erroneamente chamado de “jornalismo investigativo”, porque investigador todo jornalismo é. Optaram pelo escândalo como forma de aumentar a circulação [...]. Vivemos uma dessas épocas exageradas, mas nem por isso a circulação dos jornais tem aumentado. (CHAGAS In: Lustosa, 1996, p. 13).

Na notícia policial, o aspecto sensacionalista é bem destacado no relato dos grandes dramas humanos, das paixões e tragédias. O sensacionalismo é a postura editorial que se caracteriza pelo exagero, pelo apelo emotivo e pelo uso de imagens fortes na cobertura de um fato jornalístico.

Segundo Lustosa (1996) há alguns elementos que caracterizam o texto do jornalismo policial, como: a descrição detalhada do lugar da tragédia; a narração do comportamento das pessoas envolvidas no caso; o questionamento sobre comportamentos anti-sociais; a indicação do castigo a ser aplicado e o uso de clichês e expressões técnicas especializadas do jornal.

Lembrando do conceito de notícia como matéria-prima do jornalismo e reconhecida por dados ou eventos sociais que merecem ser publicados pelo fato de afetar indivíduos ou grupos significativos, ela é vista como arte jornalística de escolher assuntos que mais interessam ao público e apresentá-los de modo atraente. Luiz Amaral (1978, p. 91) observa

---

<sup>2</sup> Como podemos verificar no anexo 1 desta pesquisa.

que o fato policial é um dos poucos assuntos que se enquadram tão perfeitamente no conceito de notícia. Para ele, “no fato policial, o homem, o ser humano, aparece sempre envolvido com outros homens, com dinheiro, sexo, crime, sangue - arrastando com eles outras tantas palavras que, à sua enunciação, despertam o mais fundo da alma humana”.

Assim, além de narrar um fato, a notícia policial faz uso da linguagem sensacionalista para interessar a quem vai comprá-la. De acordo com Lustosa (1996), a narração, na linguagem jornalística, é um exercício teatral que envolve o público num jogo de simulação e aparência, na busca por um distanciamento dos fatos e de neutralidade do veículo, como se o jornalista não se emocionasse ou não se envolvesse com os acontecimentos narrados, sem ocultar, exagerar ou distorcer. A notícia oferece uma informação parcial, transcrevendo parte do fenômeno social e impondo uma visual pessoal do jornalista que escolhe os mais inusitados acontecimentos para despertar o interesse do leitor, causando sensações ou emoções.

Ciro Marcondes Filho (1989, p.67) diz que “o jornalismo sensacionalista extrai do fato, da notícia, a sua carga emotiva e apelativa e a enaltece. Fabrica uma nova notícia que a partir daí passa a se vender por si mesma”. Disso resulta a inevitável comparação que fazemos, neste trabalho, do texto jornalístico com o texto publicitário. A notícia precisa *vender* sua informação e, para isso, utiliza uma forma discursiva que interessa ao leitor, pelo choque de sensações e emoções que ele tem ao ler o drástico relato dos fatos.

Surge-nos então uma dúvida: se a imparcialidade é constantemente buscada pelos veículos de imprensa, significa que o leitor aprecia essa característica de discurso neutro, objetivo? O texto jornalístico é trabalhado em função do público, de acordo com a imagem que o jornal tem do seu leitor. Então, por que um jornal sensacionalista acha que seus leitores se interessam pelo trágico, pelo dramático ou por acontecimentos inusitados?

Lustosa aponta uma possibilidade de resposta: o homem busca, nas emoções dos fatos relatados,

experimental o mesmo que vive quando assiste às cenas de um filme de ficção, de uma novela ou de um seriado. [...] Além de fornecer informações, os noticiosos são produzidos como verdadeiros espetáculos, de modo a produzir o mesmo interesse e emoção proporcionados pelas obras de ficção ao espectador. (LUSTOSA, 1996, p.33-34)

E insiste que, na notícia policial, “além da informação, há o atrativo da embalagem para torná-la um produto à venda, a exemplo do que ocorre com a comercialização de um sabão em pó, um sabonete, um refrigerante.” (LUSTOSA 1996, p.34). Com essa comparação, mais uma vez, comprovamos que não há como negar o caráter persuasivo das produções textuais jornalísticas.

Segundo Dias (1996), o sensacionalismo é uma questão polêmica nos veículos de comunicação de massa, principalmente por ser a violência um dos assuntos de destaque. A recorrência desse tema contribui para torná-lo natural e integrado ao cotidiano do leitor. O caráter sensacionalista dos fatos é potencializado com a força expressiva do registro da língua falada. Dessa forma, também é impossível não apreender os pontos de vista do jornalista no relato dos fatos porque, sendo um produto da sociedade, a violência muda de escala de acordo com as alterações no aspecto da vida social.

O jornalista, ao analisar os fatos a serem repassados aos leitores, já tem suas expectativas, ou seja, já sabe a maneira como expressar os acontecimentos, os vocábulos ou frases feitas de que fará uso e que lhe são peculiares, embora tudo isso possa parecer estranho a um leitor não acostumado com o uso das expressões populares e estruturas orais não freqüentes em outros tipos de jornais. O jornal sensacionalista se apóia em coloquialismos da linguagem para atender às expectativas comunicativas do leitor popular que quer entender a de imediato as informações que lhe interessam e fazem parte do seu cotidiano.

Ainda segundo Dias (1996), as narrativas sensacionalistas são construídas com base na oralidade, lembrando a linguagem de conversação, buscando o maior grau de envolvimento com o leitor na construção de notícias chocantes e apelativas que se esgotam a cada novo relato. Assim, os aspectos grotescos ou humorísticos acabam por amenizar a violência efetiva, como uma estratégia de ordem catártica, que se justifica por fazer o leitor sentir-se aliviado, após tomar conhecimento dos fatos alarmantes da sociedade, por não dizerem respeito à si ou à sua família.

Enfim, podemos concluir que, na visão pós-moderna, o jornal policial sensacionalista recria o real de forma sedutora e atraente para interagir com o seu leitor, supervalorizando o quadro trágico e dramático e criando um simulacro de reconstrução mais intensa da realidade.

### 1.3 A subjetividade no discurso jornalístico

Toda fala ou produção de linguagem procede de *um* que se dirige a *outro* e fala de alguma coisa. Existem algumas táticas que podem esconder ou fazer esquecer essa constatação. Por exemplo, o autor de um texto pode dissimular-se atrás de formulações aparentemente neutras ou tentar fazer esquecer que seu texto é escrito em função de um leitor.

Segundo Brandão (1997), a língua sofreu uma mudança a partir dos estudos enunciativos, opondo-se à visão clássica de ver a língua como representação do real, na qual um enunciado era considerado verdadeiro somente se correspondesse a coisas existentes. A linguagem passa, então, a partir dos estudos enunciativos e do discurso, a ser considerada o lugar de constituição da subjetividade, porque promove relações intersubjetivas e de conhecimento das consciências.

Para Benveniste (1976)<sup>3</sup>, a subjetividade é a capacidade de o locutor apropriar-se da língua e dizer *eu*. O *eu* estabelece o *tu*, que é a condição do diálogo. Para esse autor, constituir-se como sujeito é colocar a língua em funcionamento, e o único modo de fazer o discurso funcionar é pela intervenção do sujeito, que nele investe sua subjetividade, ou melhor, a intersubjetividade, constituída lingüisticamente. Para ele, a subjetividade é algo previsto no sistema da língua, não é uma construção da enunciação.

Essa questão da subjetividade foi enfatizada por Benveniste, produzindo uma nova perspectiva à linguagem, de espaço constituidor do sujeito, e não mais apenas como meio de transmissão de mensagens entre falantes, instrumento de comunicação.

Por um lado, essa perspectiva de Benveniste se transformou em avanço teórico, proporcionando uma nova concepção da linguagem, que resgatou um espaço para o sujeito falante; mas, por outro, se tornou uma ilusão da subjetividade porque esse teórico privilegiou uma autoridade absoluta do sujeito da enunciação, visto que é considerado fonte do seu discurso. Portanto, para Benveniste, a subjetividade está centrada no eu. No entanto, a subjetividade deve ser entendida numa realidade dialética e mútua entre o indivíduo e a sociedade. A relação *dialógica eu-tu* é fundamental para a questão da subjetividade e, para haver manifestação da subjetividade, há de se ter não só essa relação, mas também do locutor

---

<sup>3</sup>Benveniste (1976) aparece primeiro neste percurso teórico por não romper com o estruturalismo de Saussure de definir a enunciação como sistema (da língua). Foi o primeiro lingüista a estudar a subjetividade na linguagem resgatando a questão do sujeito que fora excluída pelo estruturalismo não por questão de datas, já que sua obra é posterior à de Bakhtin, mas pelo acesso a obras da teoria da enunciação no Brasil. No presente trabalho, nosso enfoque se dá aos estudos enunciativos de Mikhail Bakhtin (1929), na sua consideração sobre a história social do indivíduo e a natureza social da comunicação.



com o mundo, com as coisas que o cercam. Bakhtin é o teórico que confirma esse ponto de vista. Para ele, o individual e o social não se separam.

Em Bakhtin (1981), a palavra da enunciação deriva de outros contextos, é impregnada de interpretações de outros, assim, integra a sociedade constituindo as pessoas da interlocução e os elementos sociais que os envolvem.

Para o teórico, todo enunciado pode refletir a individualidade de quem fala ou escreve, porque, nos diferentes campos da comunicação discursiva, o elemento expressivo está sempre presente. Um enunciado absolutamente neutro é impossível, pois o falante tem relação emocionalmente valorativa com o seu discurso, o que determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado. Mazière (1989) também afirma a característica subjetiva do discurso de nunca poder ser transparente se a língua impõe escolhas significativas ao escritor.

O elemento expressivo é uma peculiaridade constitutiva do enunciado. O que determina o enunciado, o seu estilo e a sua composição é o objeto do discurso e os recursos da língua, mais o falante com sua visão de mundo, os seus juízos de valor e emoções. O sistema da língua é dotado de meios lingüísticos para emitir a expressão. No processo de criação do enunciado, na escolha das palavras, parte-se do conjunto projetado do enunciado, que irradia expressão a cada palavra escolhida. A palavra é contagiada com a expressão do conjunto e adquire significado expressivo pela relação com as outras palavras. Nas palavras de Bakhtin:

[...] só o contrato do significado lingüístico com a realidade concreta, só o contrato da língua com a realidade, o qual se dá no enunciado, gera a centelha da expressão: esta não existe nem no sistema da língua nem na realidade objetiva existente fora de nós [...] Por isso pode-se dizer que qualquer palavra existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra *alheia* dos outros, cheia de ecos de outros e enunciados; e, por último, como a *minha* palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada na minha expressão. (BAKHTIN, 2003, p.292-294).

Uma estudiosa que ratifica o pensamento bakhtiniano e problematiza a posição de privilégio do falante de Benveniste é Eni Orlandi (1996). Segundo ela, é impossível o fato do “eu” instituir o “tu”, esse é um processo simultâneo, tendo como constituintes das pessoas da interlocução o elemento social que os envolve.

Assim, passamos a detalhar os conceitos de objetividade e subjetividade no discurso jornalístico, com o intuito de alicerçar a análise dessas características nas manchetes publicadas nas capas do jornal em estudo.

Segundo Melo (2000), o texto jornalístico é a forma material da ideologia. A nosso entender, a ideologia é o indício da subjetividade. Então, diante das práticas discursivas desse tipo de texto, é impossível vislumbrar uma isenção ideológica entre os seus produtores. O enunciador de uma manchete jornalística não parece apenas resumir, apresentar, transmitir ou expor um fato. Ao relatá-lo, ele dá o seu ponto de vista, interpela o interlocutor e movimenta vários percursos subjetivos de interação.

A Folha de São Paulo, no seu manual de redação (1996), admite a subjetividade do jornalista; *ela está na vontade e na consciência dele*. Porém, a produção de textos objetivos, através de regras adotadas pela redação dos jornais, busca eliminar essa tendência ideológica pela boa seleção das palavras, do estilo e da língua usada num imaginário ético e estético, trazendo como efeito o discurso da neutralidade, defendido por tantos jornais.

Para Indursky (1989) e para nós, como suposição nesta pesquisa, a estratégia de produzir um discurso aparentemente impessoal serve de fachada para abrigar uma multiplicidade de vozes que se sobrepõem umas às outras e formam um tecido enunciativo bastante espesso.

A pesquisadora Serra (2001) estuda as características do discurso midiático e faz importantes constatações, citando Rodrigues, em referência à comparação com o discurso cotidiano, o que se torna de grande relevância para este trabalho na busca de elementos constitutivos/ subjetivos do discurso jornalístico. Segundo ela, uma das principais características do discurso midiático é o fato de ele se apresentar como um discurso acabado, sem interrupções, escondendo os processos de origem, contrapondo ao discurso social do dia-a-dia onde há pausas, hesitações e silêncios:

Este efeito de completude resulta da camuflagem do processo de enunciação, através do uso predominante da terceira pessoa [...]. O uso predominante da terceira pessoa garante ao discurso midiático, bem como, nos discursos histórico e científico, uma estratégia de universalidade referencial dos enunciados, uma credibilidade da narração dos fatos independente do lugar da fala do enunciador. (SERRA, 2001, p.36).

A afirmação de Serra nos faz perceber que a neutralidade que o uso da terceira pessoa garante ao discurso é apenas uma estratégia, um efeito para melhor convencer o leitor da veracidade da informação. Assim, também outros autores decorrem sobre essa questão.

Cardoso (2001, s/p.) afirma que “o jornal se apropria de enunciados de outros e produz o seu próprio, através da marca da objetividade ao usar a terceira pessoa. Esse uso predominante da terceira pessoa tende a garantir uma estratégia de universalidade, de objetividade ao discurso”. Sendo assim, o discurso jornalístico extrai a primeira e segunda pessoa da enunciação “eu” e “tu”, que são marcas de subjetividade, e instaura a terceira pessoa “ele”, com a finalidade de fazer com que o leitor evidencie uma suposta imparcialidade, determinando uma não-posição de expressão subjetiva no discurso jornalístico.

Concluimos de tudo que foi explicitado que a objetividade, então, não passa de uma ilusão e a subjetividade é parte integrante da linguagem social. O diálogo fundamenta a linguagem, a condição da subjetividade é a intersubjetividade, ou seja, o sujeito, para se propor como tal na linguagem, tem de estar, ele mesmo, constituído pelo outro na interação comunicativa da sociedade.

## 2 OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DO SENTIDO

Mais adiante, neste capítulo, serão fundamentados aspectos próprios da *enunciação*. O que se torna necessário a partir deste ponto é saber que, segundo Bakhtin/ Volochínov<sup>4</sup> (2002), a enunciação, de natureza completamente social, é produto da interação entre indivíduos socialmente organizados.

Rechdan (2003), apoiada em Bakhtin, nos mostra que toda enunciação é constituída de sentido<sup>5</sup> e significação, elementos que se integram e formam um todo onde só a interação entre eles possibilita a sua compreensão. Os significados referem-se à estrutura de uma língua concreta, derivam de sinais puramente lingüísticos e somente podem ser entendidos no contexto do código do qual fazem parte, ou seja, cada palavra tem um significado relativamente preciso dentro do código lingüístico da própria língua. O sentido é o valor que assume uma designação dentro de uma cultura específica. Existem casos em que a diferença entre significado e sentido é mais marcada, mas é o contexto que auxilia essa distinção. Entre significado e sentido não há uma barreira intransponível, pois o sentido é o significado de uma unidade lingüística atualizado em um enunciado. Sendo assim, o sentido não está em

---

<sup>4</sup> Bakhtin viveu de 1895 a 1975, na Rússia, antiga União Soviética. No decorrer de grande parte da sua vida, teve sérios problemas de saúde e viveu afastado, mas continuou produzindo. Durante a juventude e até por volta do final dos anos 1920, no contexto da Rússia pós-revolucionária, Bakhtin conviveu com um grupo de intelectuais interessados em discussões acadêmicas, entre os mais próximos estavam Volochínov e Medvedev. Tal convivência levou os estudiosos contemporâneos a denominarem o conjunto de textos desse grupo como obras do Círculo de Bakhtin. Assim, por questão de autoria de alguns de seus textos, quando citarmos a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, nos reportaremos a Bakhtin e Volochínov.

<sup>5</sup> Na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2002), chama-se **tema** o sentido da enunciação completa. O tema permeia a enunciação, é o estágio superior da capacidade lingüística de significar, portanto, entram para sua composição não só os elementos lingüísticos, mas todos os elementos não-verbais da situação para a compreensão da enunciação. Já a significação não diz nada em si mesma, ela é dependente, está no interior do tema e só pode acontecer se for absorvida por ele. Não existe tema sem significação, nem significação sem tema, ou seja, é impossível designar a significação de uma palavra isolada sem fazer dela o elemento de um tema que, por sua vez, também deve se apoiar sobre uma estabilidade de significação para levar à compreensão.

uma palavra, em um ou mais indivíduos da comunicação, mas na interação dos interlocutores, na compreensão ativa e responsiva de uma enunciação completa.

Na obra de Mikhail Bakhtin (2003), *Estética da Criação Verbal*, no capítulo intitulado *Os gêneros do discurso*, encontra-se uma explanação em relação à comunicação discursiva, que segue o raciocínio deste capítulo e que se tornará útil para a finalidade de acrescentar informações a respeito do termo *construção do sentido* nos percursos desta pesquisa. O ouvinte<sup>6</sup>, segundo Bakhtin, ocupa uma posição ativa e responsiva quando percebe e compreende o significado lingüístico de um discurso, uma vez que o significado de uma palavra refere à realidade concreta em condições reais da comunicação discursiva.

Segundo Brandão, no seu capítulo intitulado *Escrita, Leitura, Dialogicidade*, na obra organizada por Beth Brait (1997, p. 287), “a operação do leitor é uma atividade cooperativa de recriação do que é omitido, de preenchimento de lacunas, de desvendamento do que se oculta no tecido textual”. Um universo de significação é construído nesse diálogo com o autor dentro do texto. Além disso, na busca pelo sentido, o leitor mobiliza seu universo de conhecimento, resgatando a interdiscursividade, os outros discursos que atravessam o texto.

Dessa forma, o leitor também auxilia no processo de concepção do texto, orientando estratégias que atingem, de maneira efetiva, o público-alvo. A leitura, então, de acordo com Brandão, passa a ser denominada como uma atividade de *co-enunciação* e “constitutiva de sujeitos capazes de entender o mundo e nele atuar” (Op. cit, p.288).

Há uma citação de Bakhtin/ Volochínov em sua obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* que ilustra essa relação de comunicação e compreensão entre os interlocutores do processo discursivo: “A compreensão é uma forma de *diálogo*; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra” (BAKHTIN/ VOLOCHÍNOV, 2002, p. 131-132).

Verifica-se, então, que a compreensão é sempre dialógica, o leitor penetra no enunciado para compreendê-lo e assim o constitui. O discurso de *um* é impregnado pela palavra do *outro* que, naturalmente, é alterada em seu sentido pelos efeitos da compreensão e avaliação que assumem. Assim, fundem-se as vozes, ignora-se a origem, reforçam-se as idéias do *um* em um contraponto, refutação, confirmação, etc. Nesse processo, ele pode concordar ou discordar total ou parcialmente do discurso, completá-lo, aplicá-lo e preparar-se para usá-lo novamente como possuidor da palavra. Segundo as palavras de Bakhtin:

---

<sup>6</sup> Designamos, para este trabalho, o termo *leitor*.

Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso); toda compreensão é preche de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante (...). (BAKHTIN, 2003, p.271).

A busca pelo sentido não é só uma questão de quem compreende o discurso como também de quem o produz: o desejo não é receber uma compreensão passiva, que siga o pensamento do autor sem nenhuma presença, mas sim uma resposta, uma participação, positiva ou negativa, que mostre o caráter vivo da língua, o elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados.

A compreensão responsiva pode assumir diferentes formas, influenciando leitores nas suas convicções, na educação, na criticidade etc, determinando posições responsivas dos outros na comunicação discursiva de um dado campo da cultura.

Sendo assim, o jornal já está exercendo uma determinação nos sentidos quando proporciona o diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo de concepção e recepção do texto a partir de um imaginário já constituído. Para Fiorin (1994), não há identidade discursiva sem a presença do outro, pois é somente na relação da alteridade que se constitui o sentido.

Também, para Eni Orlandi (1989), a fixação de sentidos é socialmente organizada: “Há um processo social de atribuição (distribuição) dos sentidos, segundo o qual, em toda sociedade, há vozes que se tornam gerais (indeterminadas) e que contribuem para a formação do conhecido ‘CONSENSO’”. (1989, p. 43).

Segundo Orlandi, essas vozes são de autoridades que administram a produção de sentidos e desempenham papel decisivo na institucionalização da linguagem já existente no esboço social, produzindo um sentimento de unicidade do sentido.

O jornal, então, seguindo as idéias de Orlandi e acrescentando informações de Mariani (1998), tem papel fundamental na produção dos sentidos, porque, quando se representa como portador da verdade dos fatos, produz e promove a circulação desses “consensos” veiculados socialmente.

A imprensa se consagra operando dentro das fronteiras do consenso, daquilo que é admitido por todos, e influi decisivamente na seleção dos temas que são estabelecidos como realidade, ou seja, assuntos sobre os quais é importante ter opinião. O discurso da imprensa funciona como uma espécie de mito, através dos quais os membros de uma cultura aprendem

os valores de mundo, sobre o que é certo ou errado, admissível ou não dentro de uma sociedade.

A linguagem utilizada pelos jornalistas contribui para o efeito de adequação à realidade quando eles reproduzem o que é socialmente aceitável, previsível e controlado pela imprensa, de acordo com o que ela julga apropriado à divulgação. Nos relatos dos grandes consensos sociais, portanto, o discurso noticioso torna-se um discurso sobre a ordem e o comportamento socialmente aceitáveis, favorecendo a disseminação e a consagração de um jornal.

Enfim, o mundo se interpreta em função de construções do senso comum e a imprensa jornalística é ferramenta poderosa para formar a opinião pública, pois tem autoridade para apresentar notícias convincentes organizando a vida social na construção da realidade e criando novas formas de ação e interação com os leitores no exercício do seu poder.

## 2.1 A enunciação e a cena enunciativa do discurso jornalístico

Antes de estudar as relações dialógicas e a heterogeneidade, conceitos relacionados à produção do sentido nos percursos lingüísticos, torna-se necessário refletir sobre o elemento constituinte desses processos: a *enunciação*. Assim sendo, a enunciação faz parte do processo de significação desencadeado pelo enunciado.

Estudos como os dos lingüistas Emile Benveniste e Mikhail Bakhtin deram início à teoria enunciativa. Para ambos, a língua deve ser estudada em uso, no seu funcionamento, porém suas concepções diferem muito em relação a esse exercício da língua. Nesta pesquisa, trabalharemos com a enunciação a partir da perspectiva de Bakhtin que é posterior à de Benveniste não cronologicamente, mas em questão de acesso às obras no Brasil, e nos servirá de base para os estudos neste trabalho.

Segundo Bakhtin, a enunciação não é uma apropriação individual da língua como para Benveniste<sup>7</sup>, mas sim uma construção social determinada pelas condições sócio-históricas, ou seja, não se aprende nem se entra em contato com a língua através de dicionários ou

---

<sup>7</sup> Para Benveniste (1976), a enunciação é considerada a partir dos conceitos de *subjetividade* e de *apropriação*; é o colocar em funcionamento a língua por um ato de utilização particular, que, em primeiro lugar, introduz o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Enunciar, para Benveniste, é transformar *individualmente* a língua de virtualidade a discurso e a semantização da língua se dá nessa passagem. A enunciação é produto de um ato de apropriação da língua pelo locutor, que instaura o outro no emprego desta, mas não se direciona a ele em um contexto social. Na concepção de Benveniste, o *eu* enuncia no lugar *aqui* e no tempo *agora* somente em função de um contexto imediato, como ação individual. O diálogo não está direcionado ao interlocutor, está previsto na própria estrutura da língua.

gramáticas, mas através de enunciações concretas na comunicação real com as pessoas da sociedade. Para Bakhtin, aprender a falar significa construir enunciados: “(...) a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua” (BAKHTIN, 2003, p.265).

Bakhtin enfatizou a heterogeneidade concreta da *parole*, ou seja, a complexidade multiforme das manifestações de linguagem em situações sociais concretas, diferentemente de Saussure e dos estruturalistas, que privilegiam a *langue*, isto é, o sistema abstrato da língua, com suas características formais passíveis de serem repetidas. Bakhtin concebe a linguagem não só como um sistema abstrato, mas também como uma criação coletiva, integrante de um diálogo cumulativo entre o “eu” e o “outro”.

Ao delimitar a linguagem como objeto de estudo, Bakhtin/ Volochínov (2002) critica duas orientações: o objetivismo abstrato e o subjetivismo idealista. Segundo ele, o subjetivismo idealista, ao reduzir a linguagem à enunciação monológica isolada, e o objetivismo abstrato, ao reduzir a linguagem a um sistema abstrato de formas, constituem um obstáculo à compreensão da linguagem, pois a natureza da linguagem não está no meio dessas duas orientações; ela está além, ou seja, está na *interação verbal*. Além disso, Bakhtin/ Volochínov declara que a interação verbal constitui a realidade fundamental da língua, que, por sua vez, deixa de ser sistema neutro para ser lugar privilegiado de manifestações enunciativas.

A língua em exercício, portanto, não é fruto de uma situação de um emprego monológico, individual, independente, como uma expressão da consciência individual: “o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo” (BAKHTIN/ VOLOCHÍNOV, 2002, p.121). Todo enunciado é um ato social, está preso ao acontecimento da comunicação e encaminha uma relação dialógica. A enunciação, então, para Bakhtin, é uma réplica do diálogo social e não existe fora desse contexto.

Isso implica dizer que há uma relação verbal entre sujeitos, produzindo um sentido que servirá para a comunicação entre as pessoas. É, portanto, através da teoria da enunciação, pelas marcas lingüísticas que o emissor deixa nos enunciados como pistas a desvendar, então, que o universo de referência do sentido é compreendido.

Na operação sobre vários discursos, os jornalistas produzem as notícias, relacionando com a questão de como legitimar o seu discurso ou o tornar aceitável. No interior do próprio processo discursivo, por meio de múltiplas operações que serão apresentadas neste segundo capítulo, articuladas pelos processos da própria linguagem, que a audiência é construída



antecipadamente. De acordo com Bakhtin (2003), na construção do discurso, o todo da enunciação é trazido antecipadamente. As palavras não são soltas, e é com elas que se completa a totalidade da enunciação. A palavra é sempre dirigida a um interlocutor socialmente situado e é determinada tanto pelo locutor como pelo interlocutor: “(...) o enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, precisamente delimitada da alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro (...)” (BAKHTIN, 2003, p. 275).

Como já visto no capítulo 1 deste trabalho, o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados, orais ou escritos, concretos e únicos. Esses enunciados refletem as condições, as finalidades específicas de cada campo pela seleção temática, pela sua composição, pelos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua. Todos esses elementos são indissolúveis a todo e qualquer enunciado. Porém, a “expressão do enunciado nunca pode ser entendida e explicada até o fim levando-se em conta apenas o seu conteúdo centrado no objeto e no sentido” (BAKHTIN, 2003, p. 297). A língua possui diversos recursos lingüísticos, mas é só no todo de um enunciado que se tornam reais e podem refletir a influência do destinatário e sua atitude responsiva antecipada. “(...) A escolha de *todos* os recursos lingüísticos é feita pelo falante sob maior ou menor influência do destinatário e da sua resposta antecipada”. (Ibid., p.306).

No sentido de Bakhtin (1981), a enunciação jornalística é bastante singular no que se refere à atitude responsiva do interlocutor, em função de deslocar-se sempre como um lugar que retrata e cria o lugar do outro. O discurso jornalístico também pode ser assemelhado ao discurso polêmico, quando o locutor está orientado para o discurso alheio, resguardando o seu próprio sentido e atacando a afirmação do outro que não está reproduzida, mas subentendida. O autor das palavras confrontadas pode ser até invisível, mas suas palavras marcam profundamente as palavras do locutor, num choque do diálogo tenso onde cada uma das palavras responde a palavra não-pronunciada do outro.

A enunciação jornalística, ao reproduzir os fatos, as ações e as palavras do mundo, liberta-os de sentidos tradicionais, da sua carga corporal concreta, tornando-os, assim, disponíveis para toda espécie de novos sentidos e novos investimentos simbólicos.

Desse modo, cada indivíduo que integra a audiência, ao interpretar novos saberes do discurso jornalístico, a partir de seu próprio mundo vivido, pode constituir-se num sujeito autônomo de constituição de sentido. Até mesmo um pesquisador, ao verificar os traços de um suposto sujeito do dizer e as estratégias que ele utiliza quando tem a intenção de

significar, também se projeta numa rede de enunciações, transformando-se em um co-enunciador e participante ativo do processo de significação.

Levam-se em conta as avaliações individuais dos falantes nesse processo social, pois “a palavra é fenômeno ideológico por excelência” (BAKHTIN/ VOLOCHÍNOV, 2002, p. 36) e a enunciação para a filosofia marxista da linguagem está atrelada a uma estrutura sócio-ideológica. “Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior” (Ibid, p.31). A ideologia constitui o signo, que é ideológico e, portanto, pode apreender uma realidade ou distorcê-la por estar sujeito à avaliação de consciências individuais. Em todo signo ideológico, confrontam-se índices de valores contraditórios, por isso, compreendê-lo é aproximá-lo da relação com outros signos já conhecidos. (Ibid., p.36). A língua utilizada pelas classes sociais é a mesma, os valores que os signos ideológicos vão adquirir é que variam.

A pessoa que interpreta um enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações nele presentes. Porém, a partir de Flores & Teixeira (2005), sabe-se que o leitor pode reconstruir um sentido diferente das representações do enunciador. Há uma relação intersubjetiva que é sempre inédita e o sentido não permanente do texto é o resultado do processo de apropriação do texto pelo leitor. Por essa razão, não há uma interpretação definitiva no ato de leitura nem mesmo um domínio absoluto sobre o sentido.

Através de Bakhtin/ Volochínov (2002), lembramos que a palavra é o produto da interação entre interlocutores e comporta duas faces: o fato de proceder de alguém e se dirigir para outro alguém.

Tal cena enunciativa propõe elementos que são fundamentais à construção do sentido nos textos, da argumentação que se faz em torno das questões propostas pelo locutor ao seu interlocutor, dos jogos manipulativos que se dão através da linguagem e possibilitam a compreensão de como os homens organizam sua sociedade, tendo em vista que um emissor constrói seu texto para que um destinatário-leitor interaja com o seu objeto.

O espaço da cena enunciativa produz significações e caracteriza-se como objeto de comunicação, uma vez que possui uma infinidade de significações que inter-relaciona o emissor e o destinatário.

Segundo Guimarães (2002), os lugares enunciativos são configurações de um agenciamento entre aquele que fala e aquele para quem se fala. As cenas são especificações locais nos espaços de enunciação e essa distribuição de lugares se faz pela temporalização própria do acontecimento constituído pelos dizeres e não pelas pessoas donas de seu dizer.

Todo funcionamento discursivo-comunicativo se instaura por um processo ativo, no qual os sujeitos negociam para que o discurso seja compreendido com eficácia. Assim, o dizer só tem sentido se pertencer ao plano do social e não da ação individual de cada um dos parceiros das múltiplas interações. É como se houvesse um acordo para os envolvidos no processo de comunicação interagirem na construção do sentido. Essa negociação está intimamente relacionada com o princípio de alteridade, pois implica o reconhecimento e uma legitimação recíproca entre os parceiros. A plurivocalidade também se inscreve, portanto, nesse ambiente heterogêneo, do outro, das várias vozes integrantes do sujeito que, utilizando-se da cena enunciativa, argumenta, faz com que os participantes do processo de enunciação vivam os conteúdos discursivos através da palavra.

O jornal, portanto, é uma instituição que busca discutir os problemas sociais que estão relacionados aos fatos do cotidiano. Na manchete e na notícia, vemos configurada a representação do contexto social; ao construir a cena enunciativa da notícia, o jornal assume função de contribuir na deliberação dos sentidos e na percepção da realidade por seus leitores.

### **2.1.1 A relação dialógica da cena enunciativa e a carnavalização em Bakhtin**

Dentre os importantes conceitos para entendermos o ato de enunciação, destacam-se os conceitos de plurivocalidade<sup>8</sup> e dialogismo, cunhados por Bakhtin para entender a multiplicidade de discursos presentes no discurso. Por plurivocalidade entende-se o ato de mais vozes pertencerem a um discurso. O sujeito da enunciação vale-se de outras vozes, que não a dele. Na concepção bakhtiniana, um enunciado não é o primeiro nem o último, é apenas o elo de uma cadeia de enunciados. Não existe enunciado isolado, já que ele sempre pressupõe enunciados que o precederam e que virão depois dele.

Cada enunciado possui internamente uma intenção discursiva - “uma vontade criativa única, uma posição determinada diante da qual se pode reagir dialogicamente. A relação dialógica personifica toda enunciação à qual ela reage.” (BAKHTIN, 1981, p.159) – e é pleno

---

<sup>8</sup> Muitos utilizam o termo polifonia para designar esse fenômeno, porém ele é resultado de trabalhos desenvolvidos por Bakhtin (1981) sobre a natureza do discurso literário ao analisar a obra de Dostoiévski e de Rebelais. Bakhtin percebe que o autor investe em suas personagens uma série de máscaras diferentes que representam várias vozes a falarem simultaneamente sem que uma dentre elas seja preponderante, por isso qualifica o texto de Dostoiévski de polifônico. Portanto, na polifonia não há julgamento de valor, não há hierarquia entre as vozes do discurso, somente uma equivalência. Isso não ocorre, necessariamente, na plurivocalidade ou plurilingüismo. Segundo Faraco (2003), no plurilingüismo, Bakhtin se importava com a dialogização das vozes sociais em um encontro que promovesse um apoio mútuo entre essas vozes, se diluindo em outras, se entrecruzando continuamente e formando novas vozes sociais.

de ecos e ressonâncias de outros, tal como uma resposta aos enunciados precedentes de um determinado campo; resposta essa que não apenas responde, no sentido literal do termo, mas confirma, rejeita, completa, toma como base, etc.

Esse processo traz consigo a expressão, o tom valorativo do outro, reelaborado e reacentuado pelos falantes da língua. “(...) Em qualquer enunciado, quando estudado com mais profundidade em situações concretas de comunicação discursiva, descobrimos toda uma série de palavras do outro semilattes e latentes, de diferentes graus de alteridade” (BAKHTIN, 2003, p. 299).

Para Bakhtin, o “outro” desempenha um papel fundamental - o ser humano é inconcebível fora das relações que o ligam ao outro; a palavra não é monológica, e sim plurivalente. É a partir dessa concepção de enunciação que desenvolveremos nosso estudo baseado na plurivocalidade ou plurilingüismo.

Bakhtin (1981) analisou a literatura do início do século XVIII e lançou as bases da teoria crítica da carnavalização. Segundo o teórico, há textos que mostram a cultura de um povo em seus efeitos cômicos e paródicos proporcionados pelo inconsciente social manifestados nos rituais de máscaras, no riso, na busca do grotesco, nas festas, nas orgias, no carnaval, nos rituais religiosos, etc, que realizam a utopia em que se invertem os valores, quebram-se as hierarquias e distâncias, destronando as posições oficiais estabelecidas. Para Bakhtin, o sentido carnavalesco da vida é o que subverte o mundo do cotidiano e que não é representado, mas vivido por aquele que toma parte nele, uma espécie de segunda revelação do mundo através do jogo e do riso.

Sendo assim, Bakhtin considera a festa do carnaval como o grau máximo de inversão em um processo cultural. Para ele, um dos problemas mais complexos e interessantes da história da cultura é o problema do carnaval, da sua essência, das suas raízes profundas na sociedade primitiva e no pensamento primitivo do homem e do seu desenvolvimento na sociedade de classes. Evidentemente, o carnaval não é um fenômeno literário, mas uma forma muito complexa que apresenta diversas variações dependendo da diferença de épocas, povos e festejos particulares. Por isso, o carnaval criou toda uma linguagem de formas complexas de ações de massas suscetíveis de transposição para a linguagem da literatura. É a essa transposição do carnaval para a linguagem da literatura que Bakhtin (1981) chama de *carnavalização da literatura*.

Conforme Bakhtin (1981), no período da Antiguidade Clássica e depois no Helenismo, formaram-se e desenvolveram-se os mais variados gêneros, surgindo um campo da literatura nomeado de sério-cômico. Para ele, as pessoas percebiam a originalidade desse setor e o

colocavam em oposição aos gêneros sérios como a retórica clássica, a tragédia, a epopéia e a história, colocando em "crise" a seriedade. A carnavalização é de alguma maneira o mundo às avessas e pode ter a leitura de uma parodização. Desse modo, comparamos essa teoria da carnavalização a um jornal sensacionalista que faz a transposição da tragédia do ser humano para a linguagem jornalística.

Bakhtin observa que, com a carnavalização, há variados gêneros e estilos intercalados, misturando o sublime com o vulgar ou o sério com o cômico. A partir disso, aparece a fusão de todas as manifestações, não havendo mais hierarquias, entre o alto e o baixo. Ele observa que o dinamismo da linguagem e da cultura popular se integram a elementos eruditos, fazendo uma renovação na literatura.

Na linguagem jornalística sensacionalista é como se houvesse uma carnavalização do texto do jornal. E isso está assegurado pela cena enunciativa, ou seja, o jornalista sabe que esse tipo de comunicação "carnavalizada" vai ser eficiente para o seu público-leitor. É a cultura do povo representada no discurso do jornal.

Para Bakhtin, o modo carnavalesco de representação do mundo é dialógico, se manifesta em diálogo com os sentidos de um mundo oficial contrapondo com seus próprios sentidos. Ou seja, por um lado, o mundo organizado seguindo uma ordem de seriedade e, por outro, a ausência e a negação completa de qualquer ordem. Essa negação se expressa através do riso e da visão carnavalizada do mundo que liberam a consciência, o pensamento e a imaginação humana, desenvolvendo novas possibilidades de abertura a outros mundos, a diferentes línguas e aos diferentes linguajares, enfim, à pluralidade de pontos de vista e à alteridade.

Bakhtin não aceita o discurso único, já que vê o mundo como lugar de contradições e conflitos, pensando dialeticamente a realidade social, seja através da plurivocalidade discursiva dos personagens ou entre os discursos sociais.

Na plurivocalidade, então, percebemos as vozes que se chocam e dialogam dentro de um discurso onde esse dialogismo se mostra fundamentando os vários pontos de vista ou onde há só o dialogismo constitutivo da linguagem, porque uma voz domina e abafa as outras existentes, mascarando, escondendo o diálogo que o constitui sob a aparência de um discurso único, de uma única voz.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2002), Bakhtin/ Volochínov acredita que o monologismo rege a cultura ideológica dos tempos modernos e a ele opõe o dialogismo, característica essencial da linguagem e princípio constitutivo, muitas vezes mascarado, de todo discurso. Assim como para Brait (1994),

Tanto as palavras quanto as idéias que vêm de outrem, como condição discursiva, tecem o discurso individual de forma que as vozes – elaboradas, citadas, assimiladas, mascaradas – interpenetram-se de maneira a fazer-se ouvir ou a ficar nas sombras autoritárias de um discurso monologizado (BRAIT, 1994, p.14-15).

Os efeitos de sentido da plurivocalidade no nível do enunciado podem ser analisados conforme variem as estratégias discursivas empregadas através de marcas lingüísticas que evidenciam as múltiplas vozes.

Em Bakhtin/ Volochínov (2002), constata-se a necessidade de considerar os enunciados como compostos de vozes, explícitas ou implícitas, pontos de vista, visões de mundo ou tendências que podem estar em interação ou confronto e que dialogam umas com as outras, servindo para mostrar que não existe enunciado puro. Assim, as palavras não podem ser consideradas como signos neutros. Uma palavra que o leitor ou o ouvinte receba do enunciatador vem sendo repassada de boca em boca, de um contexto para outro, como um meio constantemente ativo e mutável da comunicação dialógica, repleta de aspirações, avaliações e de vozes de outros.

Até na seleção de palavras durante o processo de construção de um enunciado, na experiência discursiva individual de qualquer pessoa, os vocábulos não são escolhidos de um sistema da língua em sua forma neutra, lexicográfica, mas sim de outros enunciados similares pelo tema, composição e estilo (Cf. BAKHTIN, 2003).

Para Dalmaso & Silveira (2003), a plurivocalidade deve ser transportada para o jornalismo, já que esse é uma das manifestações da linguagem do homem, como uma alternativa de mudar seu caráter oficialista:

A contradição de idéias, os diferentes pontos de vista sobre um assunto, e a multiplicidade de vozes devem estar presentes acima de tudo, no jornalismo, se a intenção é realmente produzir um jornalismo plural que contemple as contradições, as diferentes facetas do acontecimento [...]. (DALMASO & SILVEIRA, 2003, p.119)

Sendo assim, o jornalismo deve ser plural, ponto de reunião dos opostos, refletindo as contradições sociais e mostrando os diferentes pontos de vista acerca do mundo e da

realidade. Deve, portanto, promover o debate social que, segundo Lustosa (1996), é a lacuna da imprensa, terreno que entra intimamente ou nem entra.

O princípio dialógico permeia a concepção de Bakhtin de linguagem, de mundo e de vida. Bakhtin/ Volochínov (2002) denomina de *dialogismo* a forma como as vozes de um discurso se justapõem, ou seja, a forma como elas dialogam.

É através desse diálogo que é gerado o sentido, que não é dado, mas construído na interação de uma compreensão ativa que ilustra o movimento dialógico da enunciação. O diálogo, nessa perspectiva, não é só aquele entre pessoas face a face, mas deve ser entendido em um sentido mais amplo: como toda comunicação verbal, incluindo o discurso escrito, base desta pesquisa, integrante de uma discussão ideológica de atitude sempre responsiva às vozes já ditas. Nesse caminho, o escritor enuncia em função de um leitor, projetando-se no seu lugar e chamando, por parte deste, uma atitude responsiva que pode ser de confirmação ou refutação.

O processo dialógico apresenta-se no enunciado envolto por significações e emoções dentro de um contexto, refletindo a complexidade do processo de criação verbal, voltado não só para o objeto, mas, e, principalmente, para o discurso do outro. No capítulo anterior desta pesquisa, explicitamos igualmente o objeto dialógico das ciências humanas segundo Bakhtin (2003): o texto. Por conseguinte, o seu ponto de vista sobre o homem e a vida, assim como a concepção da linguagem, é marcado permanentemente pelo princípio dialógico entre o “*eu*” e o “*tu*” ou entre o “*eu*” e o “*outro*” no espaço do texto. As relações dialógicas não podem ser separadas da língua enquanto fenômeno integral concreto; elas devem tornar-se enunciados, materializando-se, personificando-se na linguagem. Para Bakhtin, é impossível o homem fora das relações que o ligam ao outro. “A linguagem vive apenas na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da *vida* da linguagem.” (BAKHTIN, 1981, p.158). Por essa afirmação, Bakhtin instaura o conceito de dialogismo como condição de sentido de todo discurso e princípio constitutivo da linguagem.

O estudo da relação dialógica compreende tanto a interação verbal entre sujeitos, quanto as relações de persuasão e de interpretação que se estabelecem no texto:

Quando trata da noção de dialogismo entre interlocutores, esse autor argumenta que toda palavra comporta duas faces, sendo determinada tanto pelo fato de que precede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Nesse sentido, toda palavra serve de expressão de um em relação ao outro e é, então, o produto da interação entre interlocutores, caracterizando o princípio fundador da linguagem.



O enfoque dialógico é possível também entre discursos, definindo-os como entrelaçamento de muitas vozes, muitos textos, muitos discursos, respondendo ou polemizando uns aos outros a qualquer parte do enunciado, inclusive a uma palavra isolada que representa o enunciado de um outro, ou seja, podemos ouvir nela a voz do outro num choque dialógico entre duas vozes (Cf. BAKHTIN, 1981).

Nesse caso, a palavra na comunicação dialógica não basta a uma consciência, a uma voz; não é um mero objeto, mas um meio constantemente ativo e mutável de diferentes grupos de falantes. A perspectiva persuasiva da transmissão da palavra do outro, para Bakhtin, implica, entre as palavras do interlocutor e as do *outro*, uma tensão, um conflito que permanece aberto para novas possibilidades semânticas. O *outro* está sempre presente nas formulações de Bakhtin, direcionado tanto para quem recebe o enunciado quanto para quem o produz:

O enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado. O papel dos *outros*, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, como já sabemos. Já dissemos que esses outros, para os quais meu pensamento pela primeira vez se torna um pensamento real (e deste modo também para mim mesmo), não são ouvintes passivos mas participantes ativos da comunicação discursiva. Desde o início o falante aguarda a resposta deles, espera uma ativa compreensão responsiva. É como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta.

Um traço essencial (constitutivo) do enunciado é o seu *direcionamento* a alguém, o seu *endereçamento*. (BAKHTIN, 2003, p. 301).

Dessa forma, confirmando o já explicitado neste segundo capítulo a respeito do sentido, o interlocutor é constitutivo do próprio ato de produção da linguagem. Então, de certa maneira, ele é *co-enunciador* do texto e não um mero decodificador de mensagens. Ele desempenha um papel fundamental na constituição e produção do significado. Logo, um enunciado deve ser analisado, levando-se em conta a característica dialógica, a sua orientação para o *outro*.

Citamos, afinal, alguns importantes autores que contribuem para o entendimento da teoria dialógica bakhtiniana.

Cazarin (2005) afirma que,



Da teoria de Bakhtin, depreende-se que a comunicação só existe na reciprocidade do diálogo – a fala é essencialmente dialógica e a dialogia é constitutiva da linguagem. Esse entendimento de diálogo tem a ver com a concepção de comunicação que, para o autor, ultrapassa a simples transmissão de mensagens. Comunicação assume, então, o sentido antropológico de processo pelo qual o homem se constitui enquanto consciência no auto-reconhecimento do outro, numa relação de alteridade – o eu se constitui pelo reconhecimento do tu. O sujeito é, assim, constituído nessa relação de intersubjetividade, que precede a própria subjetividade. (CAZARIN, 2005, p.134-135)

O dialogismo é referente ao diálogo permanente entre os discursos da sociedade. Como cada comunidade produz diferentes discursos, a relação entre esses discursos nem sempre é harmoniosa devido às culturas divergentes. De acordo com Brait (1997), é nesse sentido que podemos interpretar o dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem.

Dahlet (1997, p.60) conclui que a composição heterogênea do discurso é concebido como sendo uma “construção híbrida, (in)acabada por vozes em concorrência e sentidos em conflito”.

Enfim, toda palavra, por se produzir em meio ao já-dito de outros discursos, é habitada por um discurso outro. Todo enunciado responde de uma forma ou de outra aos enunciados do outro que o antecederam.

### **2.1.2 Os aspectos contextuais**

A lingüística da enunciação rompeu com as barreiras que limitavam seu objeto à frase, fora de contexto, como defendiam os formalistas. Como o discurso é uma forma de comunicação e participa do fluxo social, não pode, então, existir isoladamente porque envolve processos de interação e troca com outras formas de comunicação (Cf. BRAIT, 1994).

Para Bakhtin (2003), o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto e os aspectos contextuais fazem parte de todo processo dialógico: o sentido só se revela quando encontra outro, quando tem com este um diálogo que supera o caráter fechado e unívoco, gerando atitudes responsivas e ressonâncias dialógicas. Segundo ele, sempre que há por parte do leitor tentativa de entendimento das posições do outro, abre-se espaço para o diálogo nessa busca pela compreensão.

Está mais do que evidente que as palavras não são neutras. Cada palavra remete aos contextos em que foi (re)produzida, ela guarda em si todos os sentidos que foram construídos para ela. Sabe-se que o significado lexicográfico neutro de cada palavra assegura a sua identidade, mas, para entendê-la, quando empregada na comunicação discursiva viva, é preciso correlacioná-la ao contexto de uso. É o contexto o responsável pela expressão das idéias, valores e ideologias cumprindo a função de persuasão e convencimento.

Resumindo o ponto de vista de Bakhtin sobre o elemento contextual, entende-se que um enunciado não pode ser analisado isoladamente ou só na relação com o seu autor porque se perdem os vestígios das relações dialógicas e de alteridade do discurso. Ele deve ser visto como um elo na cadeia da comunicação discursiva, fazendo relação com o contexto, ou seja, com outros enunciados a ele vinculados.

Então, como se sabe, não existe discurso senão contextualizado. Um discurso é diferente do outro, o “mesmo” discurso, enunciado em dois lugares distintos, corresponde a dois discursos distintos. Discursos se constroem sobre discursos, num jogo de vozes marcadas pelo acontecimento histórico, intersubjetivo e, portanto, dialógico, que não pode acontecer fora da situação social.

Recorre-se ao contexto, no qual uma palavra está inserida, para não haver problema de reconstruir um sentido que não coincida com as representações do enunciador, pois todo enunciado contém, além da parte verbal expressa, a situação, o contexto, que não é expresso nem fixo, mas subentendido.

A interpretação dos enunciados não se dá pelo sentido inscrito na sua materialidade lingüística. É o contato entre a significação lingüística e a realidade concreta que faz as palavras adquirirem expressividade. O contexto, portanto, não é somente ambiente físico, momento e lugar da enunciação, mas situação sócio-histórica que caracteriza o ponto de vista dos interlocutores.

De acordo com leituras de Amorim (2006), cronotopia e exotopia são conceitos de Bakhtin a respeito da relação espaço-tempo. O conceito de *cronotopos* sintetiza o sentido de situar o discurso em um *lugar exterior*, ou seja, nosso discurso se constitui dialogicamente no discurso do outro, na criação e posição do outro, nos múltiplos olhares possíveis sobre um objeto. Do mesmo modo, o conceito de *exotopia* revela um movimento duplo, uma tensão entre, pelo menos, dois lugares, dois olhares: de um sujeito que relata e de um outro sujeito que relata o olhar outro. Assim, afirma Amorim (2006, p.102):

A criação estética ou de pesquisa implica sempre um movimento duplo: o de tentar enxergar com os olhos do outro e o de retornar à sua exterioridade para fazer intervir seu próprio olhar: sua posição singular e única num dado contexto e os valores que ali afirma.

Nesse sentido, há a comparação desses conceitos de cronotopia e exotopia à carnavalização de Bakhtin, no que se refere ao âmbito do sujeito coletivo, de um lugar coletivo, do povo na rua e da rua no tempo como espaço-temporal de onde as várias histórias se contam ou se escrevem.

Essa tensão entre os conceitos de Bakhtin revela a presença do outro, questão constitutiva da criação humana e, ao mesmo tempo, coloca em cena a diferença entre a dimensão espacial e temporal e a indissolubilidade entre elas, pois encapsula um centro repleto de juízos de valor. Pode-se pensar *tempo* equivalendo a *histórico* e espaço a *social*. Nessa perspectiva, a tensão *tempo-espaço* é igual a *histórico-social*.

O fato de uma ação ser situada em um determinado tempo e em um determinado espaço ajuda a aumentar o grau de verossimilhança da ação, pois a torna mais concreta. Porém, o cronotopo é um ponto de observação único, irrepitível no tempo, a partir do qual o sujeito observa o seu objeto. O horizonte próprio de cada um varia no tempo, implicando um conhecimento inacabado, uma consciência que é sempre um vir-a-ser. Os cronotopos de dois sujeitos que observem o mesmo objeto não são intercambiáveis, eles nunca partilharão o mesmo horizonte. Portanto, os pontos de vista estarão sempre se constituindo, já que serão apenas parcialmente superpostos.

Assim, pela visão de Bakhtin (2003), podemos completar que esses conceitos reforçam a relação dialógica para a constituição do sentido, que só se revela no contato com o sentido do outro, e a cultura do outro nos responde num diálogo que supera o fechamento e a unilateralidade desses sentidos, dessas culturas, revelando seus novos aspectos, novas profundidades de sentidos. Para Bakhtin, “nesse encontro dialógico de duas culturas elas não se fundem nem se confundem; cada uma mantém a sua unidade e a sua integridade *aberta*, mas elas se enriquecem mutuamente” (BAKHTIN, 2003, p.366).

Enfim, confirmamos o que já foi explicitado neste capítulo, a frase em contexto se torna enunciado e esse contexto é o que o determina essencialmente, contribuindo para a construção do seu sentido.

## 2.2 A heterogeneidade

Outra contribuição importante para o entendimento do discurso é dada por Authier-Revuz, quando ela identifica nos enunciados algumas formas de heterogeneidade que acusam a presença de outros discursos, caracterizando, assim, a heterogeneidade como uma forma de negociação do sujeito com o seu dizer.

As diferentes vozes que caracterizam a heterogeneidade dos discursos intervêm nos efeitos de sentido e podem até ultrapassar os limites estabelecidos por seu enunciador-origem.

De acordo com Authier-Revuz (1998), a heterogeneidade promove um conhecimento da articulação do discurso com o seu acontecimento, ou seja, da relação da linguagem com sua exterioridade. Authier-Revuz situa-se na lingüística e faz intervir a psicanálise no estudo da enunciação, pois o inconsciente e a ideologia se materializam na língua e, portanto, a noção de discurso é essencial para se falar do sujeito, porque não há discurso sem sujeito, nem mesmo sujeito sem ideologia.

Os estudos de Authier-Revuz (1998) nos mostram quatro campos de heterogeneidade onde o dizer é alternado, “confrontado”, a saber: a não-coincidência interlocutiva entre os dois co-enunciadores, nos retornos em que o *tu* é explicitado; a não-coincidência do discurso consigo mesmo, pois é afetado pela presença de outros discursos em si; a não-coincidência entre as palavras e as coisas, na questão da nomeação e da adequação entre o simbólico e o real, e a não-coincidência das palavras consigo mesmas, pois são afetadas por outras palavras, com outros sentidos, pelo jogo polissêmico, etc.

Em Authier, apreendemos que o dizer é um espaço de incompletude de busca da palavra e, muitas vezes, essa palavra está em outro dizer, ou seja, estamos em negociação com o esquecimento, com a falta do dizer, onde o discurso reflete a falta que ele encontra em si mesmo. Esse *encontro* é o reflexo de uma tensão entre o *um* e o *não-um* onde se produz a enunciação afetada pelos quatro campos da não-coincidência.

Nos constituímos, enquanto sujeitos, na e pela linguagem, então, nesse processo, podemos dizer que nos fundamentamos pela incessante busca de suprir a falta de dizeres. Mas, uma vez sujeitos, não podemos dizer ou preencher a falta apenas por uma única voz, pois ela não é singular nem tão pouco original, uma vez que nasce da falta, do processo de negociação com o outro, que é a característica da nossa constituição pela heterogeneidade e a contradição.

Segundo Authier (1998), o dizer é carregado de discursos incorporados que lhe dão sentido. Quando as não-coincidências fundamentais se afetam, é produzido o sentido nutrido

dessas heterogeneidades, portanto, as palavras que dizemos não falam por si, mas pelo *outro* que abre o discurso sobre sua exterioridade interdiscursiva interna.

Para Authier-Revuz (1990), as várias vozes presentes nos discursos se efetivam em dois planos distintos: o da heterogeneidade *constitutiva* e o da heterogeneidade *mostrada*.

### 2.2.1 Heterogeneidade constitutiva

A idéia central é a de que todo discurso se apresenta constitutivamente atravessado por outros discursos. Segundo Authier (1990), que baseia sua teoria pelos princípios do dialogismo bakhtiniano, do sujeito inconsciente e da questão do interdiscurso, esse tipo de heterogeneidade trata da plurivocalidade formada pelas vozes da história e da cultura e do inconsciente, que se fazem presentes em todo universo discursivo e em relação à qual o autor não tem controle racional e, às vezes, nem sequer consciência.

Na heterogeneidade constitutiva, o sujeito desaparece para dar espaço a um *discurso-outro* não como objeto, mas como presença diluída no próprio discurso, que não é marcada, é somente apreendida pela memória discursiva da sociedade integrada pelas palavras do outro. Como não se apresenta na organização linear do discurso, visto que a alteridade - intrusão da voz do outro na consciência de um indivíduo - não é revelada, representável, nem localizável, não é passível de ser analisada, mas pode ser definida pela *interdiscursividade*, ou seja, pela relação que todo discurso mantém com outros discursos.

Para ser recuperada no processo de análise, a heterogeneidade precisa se mostrar através das marcas da presença do outro na materialidade lingüística da cadeia discursiva. No item seguinte, está apontada a maneira como a alteridade se manifesta ao longo do discurso, e que, segundo Authier-Revuz (1998), são os modos explícitos, unívocos de representação de um discurso outro, marcados com a ajuda de formas da língua.

### 2.2.2 Heterogeneidade discursiva mostrada

A heterogeneidade discursiva mostrada, por sua vez, possui formas lingüisticamente descritíveis que intervêm e rompem no fio do discurso, inscrevendo o outro na linearidade. Isso resulta numa alteração da aparente unicidade, contestando a homogeneidade do discurso e criando o mecanismo de distância entre o sujeito e aquilo que ele diz.

Authier-Revuz (1990) considera as diferentes formas de heterogeneidade mostrada no discurso como negociações de diversos tipos do sujeito falante com o que ela denomina de heterogeneidade constitutiva, a heterogeneidade não marcada na superfície.

De acordo com Brandão (1997), a heterogeneidade mostrada coloca em confronto a identidade/alteridade do sujeito e muda o estatuto do sentido. Assim, como o falante não pode fugir da heterogeneidade constitutiva de todo discurso, usa marcas da heterogeneidade mostrada para explicitar a presença do outro na intenção de dominar o discurso por um processo ilusório de denegação que localiza o outro para restringir o próprio território.

A heterogeneidade discursiva pode acontecer através de formas marcadas ou não marcadas. Através dela, pode-se perceber como os discursos constituem suas identidades, como delimitam seus limites e fronteiras (AUTHIER, 1990). Em outras palavras, ela nos revela a que vozes os discursos necessitam recorrer para se constituir, ao mesmo tempo, em que estabelecem uma relação entre essas vozes.

### **2.2.2.1 Heterogeneidade discursiva mostrada marcada**

A heterogeneidade mostrada marcada é da ordem da enunciação, visível na materialidade lingüística, como, por exemplo, as palavras entre aspas, o discurso direto, o indireto, a negação, as reticências, o ponto de interrogação, os parênteses, o itálico, o metadiscorso do locutor (conjunto de expressões, glosas, retoques, comentários), denunciando a presença do outro explicitamente.

A seguir, estão explanadas características das marcas mais recorrentes da heterogeneidade, segundo Authier-Revuz.

As aspas e o itálico são formas marcadas que exigem um trabalho interpretativo, como referência a um outro discurso. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.143).

As aspas têm um valor semântico que deve ser conhecido do produtor do texto, leitor ou autor, já que elas isolam o discurso do outro no discurso escrito. O caráter imprevisível das aspas, bem como sua relação com o implícito, são de grande importância para a produção de textos. Elas servem para simular que é legítimo, manter um termo à distância, cuja responsabilidade o locutor não quer assumir, ou para se proteger de uma crítica do leitor que espera do autor um certo distanciamento com relação a certo sentido da palavra. Ao mesmo tempo em que, por uma marca de distanciamento, remetem a um discurso exterior ou ao

contexto de origem, as aspas são integradas ao discurso do locutor e o interlocutor somente as pode interpretar com o auxílio do contexto.

Segundo Authier (1990), no discurso citado, o locutor marca explicitamente em seu discurso ponto(s) de heterogeneidade, indica com clareza a que “outro” é preciso recorrer para constituir seu discurso. Ainda, segundo a autora, o discurso citado apresenta-se como um discurso que reproduz textualmente o discurso-outro; no entanto, nada garante que esse discurso seja preservado sem distorções. O que um discurso citado relata não é uma frase ou um enunciado. A situação na qual e através da qual a mensagem ganha sentido não é um dado de fato, é um *ato de enunciação*. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 145). Porém, nenhum discurso relatado pode ser considerado como restituição “completa”, fiel de outro ato de enunciação que ele tenha como objeto. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 148-149).

No caso do jornal, utiliza-se da enunciação de outrem ou discurso citado para dar credibilidade ao seu discurso. Assim, não foi o jornal quem falou, mas a fonte, o entrevistado. Aos leitores, dá-se a idéia de narrador fidedigno, quando o seu discurso é enfraquecido para fortalecer o enunciado da fonte, com citações que dão autoridade e credibilidade ao seu enunciado, para provocar tensão e colocar a marca da objetividade ao seu discurso.

O discurso direto é amplamente utilizado pelo jornalismo, ainda mais nas reportagens policiais, onde o jornalista, na maioria das vezes, lida com acusações. E essas acusações podem ser feitas por outras pessoas, mas cabe ao jornalista reportá-las ao leitor. Então, para deixar bem claro quem é o responsável pelo que está sendo dito, ele cria um mecanismo de distância em que o enunciado do outro é transposto literalmente entre aspas com expressões utilizadas pela própria fonte.

No discurso direto, há uma ficção de apagamento do enunciador, pois, com o uso das aspas, ostenta-se uma objetividade de como quem não pode intervir na mensagem, mas, quando o enunciador descreve a enunciação, ele, inevitavelmente, já está sendo parcial e subjetivo. (Cf. AUTHIER-REVUZ, 1998). Apesar de querer dar a impressão de que apenas escreveu as palavras do entrevistado exatamente como elas foram ditas, o jornalista é responsável por essas palavras quando as passa para o papel. O enunciador relata um outro ato de enunciação, usando suas próprias palavras - com elementos da sua subjetividade - para descrever a situação de enunciação citando as palavras do outro. Esse discurso, então, acontece numa cadeia internamente heterogênea. Ele não é simples, é relativamente bem mais complexo que o discurso indireto e não pode ser visto nem como objetivo nem como fiel, porque a reprodução exata de um enunciado não significa a restituição do ato de enunciação na sua totalidade.



O discurso indireto, por sua vez, não é um discurso direto subordinado; esses dois discursos derivam de duas operações bem diferentes de relato do discurso do outro. É uma operação de *citação* contrapondo uma operação de *reformulação*. No discurso indireto, o enunciador relata um outro ato de enunciação, reformulando as palavras do outro com suas próprias palavras. Isso acontece de maneira homogênea, como se fosse de uma única fonte enunciativa, mas na fusão dos discursos do autor e do outro, decresce o grau de objetividade do segundo, desfaz-se a distância. Quando o autor coloca suas próprias aspirações à palavra do outro, há, então, um discurso dialógico. A voz inquieta e ambivalente do autor sobre a idéia do outro, mostra que não há, no discurso, apenas duas vozes, mas também dois acentos.

Ao contrário do discurso direto, as marcas emocionais são apagadas e transpostas para seu próprio enunciado. A transposição mecânica faz com que o leitor o apreenda como enunciado de outro. Ao anunciar o fato, o jornal introduz a enunciação da fonte sob uma forma independente da narrativa, mas conservando a autonomia ao enunciado. Essa inter-relação coloca também a objetividade e a veracidade ao discurso. Ainda que o jornal seja o produtor do enunciado, é a fonte de informação quem fala. Esta é uma característica própria do discurso indireto: o sujeito enunciador pode, até mesmo, distorcer o discurso que está sendo incorporado ao intradiscurso.

Segundo Guimarães (2005), sobre o discurso indireto, há um conjunto de vozes do outro que provam o discurso do *um*, porém essas vozes, ao serem incorporadas a determinado discurso, apagam a ordem real e criam a ilusão de sentido único e o sujeito toma esse dizer como sendo seu.

Authier mostra que, no discurso indireto, há dois tipos de modalização que explicitam a heterogeneidade do discurso: Um deles é a *modalização em discurso segundo sobre o conteúdo*, que é uma afirmação qualquer sobre o mundo que remete e depende de um outro discurso. Há diversos modalizadores que marcam a referência a um outro discurso: *segundo fulano; de acordo com...; fulano disse; parece*, etc. Como um dos exemplos citados pela própria Authier-Revuz: “João fez, *segundo Maria*, um longo passeio” (1998, p.135).

O outro tipo é a *modalização autonímica* (modalização em discurso segundo sobre as palavras) que é o emprego de uma palavra emprestada de um exterior: *como diria fulano; para falar de modo...; para retornar a expressão, segundo as palavras de fulano...; etc.* Como no exemplo de Authier-Revuz (1998, p. 141): “A *villa* de João, como ele chama seu quartinho, está em mau estado”. Analisável como superposição de dois enunciados, o enunciador usa um elemento e retorna a esse uso, fazendo um comentário reflexivo ao elemento visto como palavra. “O enunciador fala da coisa *villa*, e, além disso, fala da palavra



“villa” com a qual ele fala da coisa”. (1998, p.141). Essa modalização é extremamente comum e se realiza, na escrita, por simples sinais tipográficos como as aspas ou o itálico.

Segundo Authier (1998), os sintagmas introdutórios são de extrema importância no discurso relatado, com a variedade lexical dos verbos *dicendi* e elementos adverbiais suscetíveis de serem adjuntos do verbo *dicendi*. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 148-149).

Os verbos *dicendi* também podem deixar transparecer para o leitor o envolvimento do jornalista com a declaração citada porque é resultado da avaliação produzida pelo enunciador sobre o que disse o entrevistado.

Os manuais de redação alertam aos jornalistas que evitem verbos *dicendi*, contaminados de opinião. Por isso, na maioria das vezes, os jornalistas preferem usar o verbo “neutro” *dizer* ou optam por verbos descritivos e raramente os avaliativos que implicam um julgamento do narrador. Mas nem todos seguem o conselho, principalmente os profissionais de veículos de comunicação que escrevem a um público selecionado.

Outra marca de heterogeneidade mostrada marcada é a negação. A enunciação é analisável como encenação do choque entre dois pontos de vista, ou duas atitudes antagônicas, atribuídas a dois enunciadores diferentes: o primeiro assume o ponto de vista rejeitado, e o segundo a rejeição do ponto de vista, introduzindo um ato de refutação. A função desse segundo enunciador é contrapor-se a um pressuposto do primeiro enunciador como uma verdade universal, sem exceções em qualquer circunstância.

À medida que o jornalismo prossegue incansavelmente a sua representação discursiva, entre os fenômenos heterogêneos, o *silêncio* também pode constituir o discurso jornalístico. O silêncio percorre, de uma ponta a outra, todo o discurso e o discurso dialoga com esse silêncio.

Muito fáceis de identificar, as reticências, modalidades de silêncio, deixam em branco unidades significantes e a audiência é levada a complementar, assumindo, assim, um papel ativo, tanto na reconstituição da cadeia das formas significantes implícita, como na elaboração de um sentido comum.

Levando em conta que o silêncio para o falante é sempre uma forma de dizer, é viável considerar as reticências como uma marca de heterogeneidade mostrada do discurso com função de indicar que a frase foi interrompida. No lugar aberto pelas reticências, é possível colocar várias palavras portadoras de vários sentidos. No momento em que são colocadas reticências ou alguma outra espécie de escansão do discurso, é aberta a possibilidade para inserção de outros sentidos diferentes do sentido vigente.

Ao mesmo tempo em que não é qualquer sentido que pode ser inserido a partir dessa abertura, pois se coloca em questão a consistência da enunciação, também se impõe o paradoxo que esses sentidos têm um número indeterminado *a priori*, ou seja, muitos outros são possíveis.

O ponto de interrogação é outro local de abertura de sentidos, pois não interessa se a resposta condiz com a pergunta ou não. Quando um falante produz uma pergunta, ele necessariamente supõe uma resposta, mas a resposta em si, perante a pergunta realizada, não interessa ao sujeito, porque o que ele supõe não é um saber e sim um sujeito que ali poderá advir.

Trataremos na seqüência da heterogeneidade que não está visível em forma de marcas ou palavras, mas presente no interior do discurso onde devem ser feitas relações discursivas para resgatar as outras vozes possíveis.

### 2.2.2.2 Heterogeneidade discursiva mostrada não-marcada

A heterogeneidade mostrada não-marcada é da ordem do discurso. Não há marcas lingüísticas que evidenciam essa mescla de pontos de vista, mas percebe-se que, para constituir o discurso, é necessário recorrer a outras vozes e estabelecer uma relação entre elas. São exemplos de heterogeneidade mostrada não-marcada: o discurso indireto livre, a ironia, a pressuposição, as nominalizações, a metáfora, os jogos de linguagem e a imitação. Na seqüência, os pontos mais importantes sobre cada uma dessas considerações:

Para Authier-Revuz, não existe frase que possa ser caracterizada como sendo *discurso direto livre* ou *discurso indireto livre* fora do contexto. Por exemplo:

- Discurso direto livre: “Eu vi Maria há pouco. Estou farto, vou pedir demissão!” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.144).
- Discurso indireto livre: “Eu vi Maria há pouco. Ela está farta, vai pedir demissão!” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.144). São proposições relatadas de Maria, nas quais talvez não se acredite absolutamente.

Somente o contexto pode dizer se um enunciado é discurso indireto livre. Na verdade, esse tipo de discurso mistura elementos do discurso direto com os do indireto. A função do discurso indireto livre é restituir a subjetividade da linguagem e integrar as falas ao fio na narração. Mesclam-se, no discurso indireto livre, as vozes de dois enunciadores (o que

configura um caso de plurivocalidade), sem que se possa distinguir com clareza o ponto de vista de quem fala.

No discurso indireto livre, o locutor fala de perspectivas enunciativas diferentes, mas sem demarcá-las lingüisticamente. Não se introduz por uma oração subordinada como no discurso indireto, nem por uma ruptura como no discurso direto. Esse tipo de citação exige muita atenção para identificá-lo porque a fala do *outro* não está destacada por aspas, nem introduzida por verbo *dicendi* ou travessão, elas surgem de repente no decorrer da narração.

O discurso indireto livre não deve ser tratado através dos discursos direto ou indireto. Ele tem sua forma própria e original e “não é uma forma especificamente literária: ele abunda no discurso oral cotidiano, como também – no campo político – na imprensa ou nos ensaios.” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 134).

No uso da ironia, o locutor responsável coloca em cena um enunciador crítico (uma outra voz) assumindo uma posição cuja responsabilidade não quer admitir, assume as palavras, mas não do ponto de vista que elas apresentam. O discurso irônico sustenta, pois, o insustentável por meio de um jogo de muitas vozes. A ironia também é utilizada para a formação da opinião pública através de diversas estratégias persuasivas, onde os diferentes sentidos mantêm estreita relação dentro do texto.

O interesse estratégico da ironia consiste numa armadilha que permite o desassujeitamento do locutor, que consegue escapar às normas de coerência que toda argumentação impõe, às regras da racionalidade e da conveniência públicas.

Assim como Passetti (1999), estuda-se neste trabalho a ironia não somente como um desvio do sentido, mas como uma forma especial de interação que caracteriza um discurso plurivocalizado e desempenha papel altamente persuasivo nos textos jornalísticos opinativos.

Segundo essa autora, o estudo da ironia despertou interesse pelo fato de ser geralmente difícil no processo de leitura e parecer comum nos textos jornalísticos opinativos, o que contraria as normas de redação dos grandes jornais, conforme o Novo Manual de Redação (1996).

Passetti ainda polemiza o caráter contraditório no estudo da ironia: “não se pode dizer também que num texto como esse o autor queira dizer apenas o contrário do que disse. O autor só consegue fixar sua ideologia porque coloca em cena no discurso todo o absurdo ou ridículo da ideologia confrontada. Aliás o humor que muitas vezes é captado nesse tipo de texto não se constituiria recuperando-se apenas o implícito”. (1999, p. 17).

O sentido, por sua vez, “não se fixa em um dos elementos envolvidos no processo discursivo, mas na relação que se estabelece entre eles e que no âmbito do texto ultrapassa os

limites da frase, de forma que o contexto não é acrescentado à significação das frases, mas é visto como constitutivo do sentido irônico” (Ibid, p. 13-14).

Também tratada como um caso de heterogeneidade, a pressuposição é de importância considerável: os pressupostos são idéias não expressas de maneira explícita, mas que decorrem logicamente do sentido de certas palavras ou expressões contidas na frase. Porém, há de se ter cuidado para não confundir a pressuposição com o subentendido. A pressuposição está inscrita no enunciado, como um componente lingüístico e pertence plenamente ao sentido literal. O subentendido, por sua vez, exige a intervenção do componente retórico e permite acrescentar alguma coisa ao já-dito.

As nominalizações também são vistas como casos privilegiados de plurivocalidade e heterogeneidade: sempre que se usa um nome (um substantivo) já está afirmado em outro lugar, anterior, que a situação se confirma, que algo já foi dito sobre o assunto.

Para Mariani (1998), a nominalização é chamada de denominação, conforme verificamos na caracterização da autora:

A denominação, enquanto um modo de construção discursiva dos ‘referentes’, tem como característica a capacidade de condensar em um substantivo, ou em um conjunto parafrástico de sintagmas nominais e expressões, “os pontos de estabilização de processos” resultantes das relações de força entre formações discursivas em concorrência num mesmo campo. (MARIANI, 1998, p.118).

É, pois, a possibilidade de determinar algo através da linguagem com palavras que não são lingüisticamente idênticas e podem não ter o mesmo sentido, mas têm a mesma referência no contexto de uso, na relação com a situação de enunciação. Esse processo de base lingüística envolve mecanismos de substituição, construção de sinônimos e paráfrases determinados pelo interdiscurso. Assim, através da autora entende-se que

denominar não é apenas um aspecto do caráter de designação das línguas. Denominar é significar, ou melhor, representa uma vertente do processo social geral de produção de sentidos. O processo de denominação não está na ordem da língua ou das coisas, mas organiza-se na ordem do discursivo, o qual, relembrando mais uma vez, consiste na relação entre o lingüístico e o histórico-social, ou entre a linguagem e a exterioridade. (MARIANI, 1998, p.118).

Dessa forma, para compreender os sentidos das denominações, é preciso perceber o conjunto de emprego das palavras e a relação que mantêm entre si para, então, entender os possíveis efeitos de conflito, adesão, silenciamento, etc. que produzem no discurso.

De acordo com Mariani (1998), no discurso jornalístico, as denominações produzem o efeito de objetividade, há ilusão de que os sentidos construídos são verdadeiros, únicos e incontestáveis porque procedem de palavras evidentes, de realidade palpável; um *já-dito* acompanha o discurso, como se o sentido estivesse presente antes do narrado pelo jornalista.

Com o jogo de palavras, ou trocadilho, há uma alternativa de mesclar elementos ou propriedades lingüísticas. Joga-se com palavras homônimas onde o significante de palavras é semelhante e o significado é diferente com a função de obter efeitos surpreendentes, cômicos e/ou poéticos. A intenção real é entreter o leitor, prender sua atenção. Pode haver também jogo de palavras polissêmicas, ou fazer jogo com palavras que, em certo sentido, estão em oposição.

No uso da metáfora, há uma transferência de significantes, um significante de signo passa a referir-se a outro objeto ou fato do nosso universo com base na semelhança, na similaridade entre os dois conceitos. A metáfora é, pois, uma comparação implícita, sem o conectivo comparativo.

As citações escondidas, alusões, reminiscências apresentam um comentário, um simples sinal a ser interpretado. A citação escondida ou alusão deriva completamente do reconhecimento pelo receptor de um “já-dito” em outro lugar. Exemplo: “Essa política de cunho ‘humanitário’ levou mais em conta as minas de cobalto e ferro do país do que as mulheres e as crianças” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 142).

Na falta de marcas, uma alusão pode não ser reconhecida, mas pode ser identificada, interpretada pelo receptor como vindo de outro lugar, como um eco de um outro discurso. Isso leva desde os fatos de representação do discurso outro no discurso nas formas de heterogeneidade mostrada até o fato da heterogeneidade constitutiva no discurso (Ibid, p. 145).

### 3 A ANÁLISE DO FUNCIONAMENTO DA HETEROGENEIDADE

#### 3.1 A constituição do corpus: considerações sobre o jornal *Diarinho*

O tom sensacionalista não escapa de alguns jornais ditos populares e esse é o caso do Jornal *Diarinho*, que, pelo que verificamos, apresenta manchetes que chamam a atenção pelo susto, pelo inusitado, pelo caráter cômico, trágico ou meio cínico que permite rir ou chocar-se com a infelicidade alheia.

Já percebemos a intenção do jornal Diário do Litoral - *Diarinho* - para com o público leitor, por telefone, no centro de atendimento ao leitor. Transcrevemos abaixo a gravação que caracteriza o jornal em questão:

*“Você acaba de ligar para o Diarinho, o jornal mais quente do sul do mundo.*

*Há quase 30 anos nós levamos até você a melhor informação.*

*Aguarde um momento que nossa equipe já irá atendê-lo.*

*Coragem, bom humor e principalmente verdade. Essa é a nossa missão: levar todos os dias até você a notícia de forma simples, sem enrolação!*

*De Floripa à Barra Velha nossa equipe está sempre em cima dos fatos, com os olhos bem abertos para que você saiba como a história realmente aconteceu!*

*Aguarde um momento que nossa equipe já irá atendê-lo.*

*Polícia, esporte, variedades, política, os melhores colunistas e os classificados mais lidos da região. Esse é o Diarinho! O jornal que surgiu da insistência de Dalmo Vieira, advogados, jornalistas e sonhadores.*

*Para o velho Dalmo, um jornal deveria ser escrito da mesma maneira que as pessoas falam: com simplicidade!*

*Diarinho, o jornal que você entende e gosta de ler!”.*

Algumas marcas nessa gravação comprovam o caráter sensacionalista do jornal, como é o caso da relação dos temas: “*Polícia, esporte, variedades, política, os melhores colunistas e os classificados mais lidos da região*”. O tema “polícia” vem em primeiro lugar na ordem dos temas divulgados pelo jornal, o que nos indica a grande importância atribuída a esse tema, que compõe os assuntos mais recorrentes das notícias.

Notamos também a ênfase do jornal defendendo a característica da “verdade”, a narração da história “como realmente aconteceu”, “a notícia de forma simples, sem enrolação!”. Isso comprova os fatores de persuasão presentes nos jornais voltados ao sensacional: a informação é de fácil entendimento para atender o seu público-alvo e garantir o atributo de transparente, assim como o impacto da notícia faz uso de um jogo com o emocional para prender o leitor.

Como declara Passeti (1999), os jornais sensacionalistas divulgam determinada postura no relato dos fatos noticiosos para formar a opinião pública numa interação sócio-histórica com os leitores na intenção de lhes comunicar idéias, mas, principalmente, de promover um processo persuasivo.

Através de informações cedidas por uma responsável da área de atendimento ao leitor, verificamos que, historicamente, a data de fundação do *Diarinho* consta de 12 de janeiro de 1979, quando Dalmo Vieira, advogado conhecido na cidade de Itajaí, cria um tablóide popular, tendo sua primeira edição com oito páginas, confeccionada em papel sulfite, com tiragem de duzentos exemplares. Assim, estréia o jornal Diário, em tamanho menor que hoje.

Em 1983, acontece a primeira tentativa de homicídio contra Dalmo Vieira: três tiros foram disparados contra seu veículo. E, como se não bastasse, em maio de 1990, a redação foi metralhada, queimada e destruída, mas o jornal continuou circulando.

Hoje, vinte e oito anos depois, o jornal não tem sede nem gráfica próprias, mas, segundo a responsável com quem tivemos contato via telefone, o *Diarinho* consagra-se como o veículo de comunicação mais plural do Brasil.

O jornal *Diarinho* conta com um quadro de noventa e seis funcionários, entre colaboradores, jornalheiros e colunistas; trinta pessoas fazem parte da área administrativa e redação e doze são os repórteres.

O número médio de páginas por edição é cinquenta, já contando capa e contracapa. Cada edição tem tiragem de dez mil exemplares, de segunda à sexta-feira, e doze mil aos sábados. De quatro a seis mil exemplares são para venda avulsa e, em média, cem exemplares são distribuídos gratuitamente.

Os principais anunciantes fixos são revendedores de automóveis e o número total de assinantes é de cinco mil. O *Diarinho* circula em dezoito municípios da região, de Barra Velha à Florianópolis. De acordo com as informações cedidas pela responsável pelo atendimento ao leitor, nos últimos anos, a venda avulsa de exemplares aumentou assim como o número de anunciantes e assinantes do jornal.

O jornal possui um portal on-line, através do site [www.diarinho.com.br](http://www.diarinho.com.br), onde o mesmo conteúdo do jornal impresso é disponibilizado (exclusivamente aos assinantes). Na perspectiva do jornal, o serviço de portal de notícia on-line não interfere na venda do jornal impresso, já que o uso de novas tecnologias de informação e comunicação só facilita o trabalho e o futuro dos jornais impressos ainda é incerto. Em relação ao avanço de novas mídias alternativas para a divulgação de notícias, o ramo de atividade dos jornais impressos vai ter de se adaptar, buscando um novo formato.

Ainda de acordo com as informações obtidas sobre o jornal *Diarinho*, as principais estratégias que o jornal pode adotar para atrair mais leitores estão na contratação de mais jornalistas, no aumento dos pontos de venda, na mudança ou aperfeiçoamento do projeto gráfico, na maior cobertura do noticiário local, na publicação de textos curtos e no investimento de grandes reportagens. Os principais critérios adotados pelo jornal para selecionar um fato e transformá-lo em notícia são: veracidade, atualidade, ineditismo e relevância.

### **3.2 Análise das notícias-manchete de capa**

De acordo com Darlete Cardoso (2001), os dados mais fortes das edições jornalísticas são passados ao leitor já na abertura para chamar-lhe a atenção. No que tange às notícias, em um jornal não há repetição se não houver uma nova informação.

Pela forma como foram elaboradas as manchetes das edições do *corpus* de análise, verificamos que todas sinalizam a informação mais importante com letras grandes e como o primeiro plano do jornal (como se pode perceber no anexo 2, nas capas das edições on-line). Esses recursos são utilizados para chamar a atenção do público-leitor.

Verificamos também que as informações básicas publicadas em dias anteriores são freqüentemente repetidas, com dados adicionais<sup>9</sup>. Abaixo, a listagem das manchetes de capa

---

<sup>9</sup> A relação de todas as manchetes de capa, não só das principais, estão no anexo 1.



do mês de fevereiro de 2005 que comprovam a retomada dos assuntos, reforçando a informação de assuntos já publicados anteriormente:

Manchete 1: **Sogra e viúva podem ter ajudado no sumiço do morto**

Essa manchete da edição do dia 03/02/2005 retoma a informação incluída na edição do dia 02/02/2005 sobre um homicídio em Camboriú com a manchete: **Sogro manda genro pro caixão.**

Manchete 2: **Avai empata com o Figueira e fica louco de alegre**

A manchete da edição do dia 03/02/2005 conclui a informação incluída na edição do dia 02/02/2005 sobre o jogo entre os times Figueira e Avai com a seguinte manchete: **Hoje é dia de clássico entre Figueira e Avai.**

Manchete 3: **Assassino do pinguço fica doido e se mata**

Essa manchete presente na edição do dia 03/02/2005 conclui o caso com uma nova informação à edição anterior sobre um tumulto no Bar do Coca, em Bombinhas/ SC, causado por um bêbado que estava gerando confusão no estabelecimento e, por isso, levou um tiro do dono do bar. A manchete, não de capa, mas do conteúdo interno da edição anterior, do dia 02/02/2005, é: **Dono do bar do Coca mete bala em pinguço.** O fato toma maior proporção e relevância na edição seguinte, pois é transformada em manchete de capa, devido ao conteúdo trágico que chama a atenção do público-leitor.

Manchete 4: **Todas as atrações e bundalê do Carnaval peixeiro e regional**

Essa manchete, do dia 05/02/2005, retoma a informação da edição anterior (04/02/2005) sobre o roteiro de programações para a festa de carnaval na região, com a manchete **Diarinho traz roteiro pra você cair na cachaça.**

Manchete 5: **Mais um policial de Balneário é baleado**

Essa manchete de edição do dia 10/02/2005 confirma a informação sobre tiros originados por assaltantes e fugitivos contra policiais nas fugas em Balneário Camboriú/SC. A ocorrência mais recente foi durante um assalto ao McDonalds, no dia 03/02/2005, com a manchete **Motoqueiro manda bala na PM.**

**Manchete 6: Jardineiro baleado pelo vereador faz revelações ao Diarinho**

Essa manchete do dia 11/02/2005 retoma a edição do dia 01/02/2005 e traz novos esclarecimentos sobre o caso do jardineiro Evaldo Henrique Paduan Garcia, que foi baleado pelo vereador pepista de Piçarras, Luiz José de Almeida Fayad. A manchete do dia 01/02/2005 é **Vereador dá balaço em jardineiro**.

**Manchete 7: Preso o jaguara que baleou o PM de Balneário**

A edição do dia 11/02/2005 retoma a informação da edição anterior (10/02/2005) esclarecendo o caso sobre o assalto ao McDonalds em que um policial foi baleado. A manchete da edição anterior é: **Mais um policial de Balneário é baleado**.

**Manchete 8: Depois do cacete, Marcílio mexe no elenco**

A manchete acima, da edição de 11/02/2005, remete à informação da edição anterior (10/02/2005) sobre a derrota do time Marcílio no jogo contra o Lages, com manchete **Apesar do suador do Sílvio, Marcílio leva pau**.

**Manchete 9: Reforçado esquema de segurança pra Figueira x Avaí**

A manchete do dia 12/02/2005 retoma a informação da edição anterior (11/02/2005) sobre o jogo entre os times Avaí e Figueirense com a manchete **Já ta rolando ingresso pra Avaí x Figueirense**.

**Manchete 10: Avaí quebra o jejum e tapa a boca do Figueira**

Essa manchete da edição do dia 14/02/2005 retoma algumas informações, dando uma conclusão às edições dos dias 11/02/2005 e 12/02/2005 sobre o jogo entre Avaí e Figueirense.

**Manchete 11: Mais uma vez, Marcílio Dias só fica no empate**

Essa manchete da edição do dia 14/02/2005 retoma o desempenho do time Marcílio Dias nos últimos dias, já comentado nas edições dos dias 10/02/2005 e 11/02/2005 com as seguintes manchetes, respectivamente, **Apesar do suador do Sílvio, Marcílio leva pau e Depois do cacete, Marcílio mexe no elenco**.

Manchete 12: Zé Antônio já definiu o time

A manchete da edição de 15/02/2005 retoma a informação das edições anteriores dos dias 10/02/2005, 11/02/2005 e 14/02/2005 sobre o desempenho do time Marcílio Dias, indicando nova informação de que agora o time torce para melhorar nos próximos jogos.

Manchete 13: Marcílio sabe que agora ou vai ou racha

A manchete da edição do dia 16/02/2005 confirma a informação das edições anteriores dos dias 10/02/2005, 11/02/2005, 14/02/2005 e 15/02/2005 sobre o desempenho do time Marcílio Dias e a esperança do time de melhorar sua atuação nos próximos jogos.

Manchete 14: Marcílio Dias encaçapa o Metropolitano

Essa manchete de 17/02/2005 retoma e dá um fechamento às informações das edições anteriores dos dias 10/02/2005, 11/02/2005 e 14/02/2005, 15/02/2005 e 16/02/2005 sobre o desempenho do time Marcílio Dias e a esperança do time de melhorar sua atuação nos próximos jogos, agora com a conclusão do jogo.

Manchete 15: LHS reforça intenção de montar centeventos

A manchete da edição de 18/02/2005 retoma o assunto da edição do dia 03/02/2005, sobre a visita do presidente Luís Inácio Lula da Silva à cidade de Itajaí com a manchete **LHS vem a Itajaí e entrega R\$ 3 milhões**.

Manchete 16: Cai o assassino do servente do Imaruí

Essa manchete da edição do dia 19/02/2005 conclui a informação sobre o assassinato do servente de pedreiro, Fabiano Colasso de Lima, em Itajaí, na edição do dia 10/02/2005 com a manchete **Servente de pedreiro acaba fuzilado no bairro Imaruí**.

Manchete 17: Marinheiro cai de quatro na Arena do JEC

A manchete da edição do dia 21/02/2005 retoma o assunto do time Marcílio Dias sobre a contratação de dois jogadores para reforçar o time, da edição do dia 18/02/2005, com a manchete **Dupla de atacantes chega para dar um reforcinho** e conclui que, mesmo com a contratação de novos jogadores, o resultado do jogo foi negativo.

**Manchete 18: Secretário do Coelho viu a morte de pedreiro de perto**

A manchete da edição de 22/02/2005 retoma o assunto da edição anterior sobre a morte do pedreiro Manoel Juvenal Machado, divulgada no dia 21/02/2005, em consequência de uma briga motivada por aposta num jogo de dominó no restaurante Odilon, em Penha/SC, que foi encerrada por um tiro dado por um policial federal que estava em férias e almoçava com a família no restaurante. A manchete da edição anterior é: **Policial federal fuzila pedreiro brigão em restaurante.**

**Manchete 19: Fama investiga derrame de óleo nos Espinheiros**

Essa manchete de 22/02/2005 retoma o assunto da edição anterior (21/02/2005) sobre o crime ambiental de derramamento de óleo no bairro Espinheiros, na cidade de Itajaí/SC, com a manchete **Óleo é despejado em riacho nos Espinheiros.**

**Manchete 20: Técnicos vieram dizer que a ponte Itajaí Navega não é um sonho**

No dia 23/02/2005, a manchete da edição retoma a informação divulgada na edição do dia 12/02/2005 sobre o projeto elaborado por engenheiros de fazer uma ponte próxima à barra do rio Itajaí como continuação da avenida beira mar de Navegantes. A manchete do dia 12/02/2005 é **Ponte entre Itajaí e Navega pode sair do papel.**

**Manchete 21: Assassinos do cara que levou 33 facadas tentam matar informante**

Essa manchete divulgada na edição do dia 25/02/2005 retoma o assunto das edições dos dias 22/02/2005 e 23/02/2005 e dá maiores informações sobre a conclusão do caso de assassinato do jovem que morreu com 33 facadas na cidade de Camboriú/SC. As manchetes das edições anteriores são, respectivamente, **Gurizão morre com 33 facadas** e **Preso bandidão que matou no clube Imperial.**

**Manchete 22: Justiceiros em Itajaí?**

A manchete do dia 26/02/2005 retoma o assunto da edição do dia 21/02/2005 sobre o assassinato do traficante Índio, com a manchete **Balaço vara o corpo do traficante Índio.** A informação adicional questiona a autoria do crime assumido por um grupo de exterminadores justiceiros que assina como “Anjos da Noite”.

O efeito de unidade construído nas capas é ilusão necessária para que o leitor suponha estar diante de um relato emoldurado pela objetividade e completude dos acontecimentos marcantes de dias anteriores.

Em termos de heterogeneidade, esse recurso de repetição explicita outras vezes presentes nas notícias, sempre retomando um já-dito a respeito dos eventos sociais divulgados pelo jornal, onde as vozes dialogam, criando e reforçando, cada vez que os assuntos são retomados, um efeito de veracidade do discurso.

Além disso, ao determinar e escolher as notícias que são manchetes, o jornal manipula a importância dos fatos no contexto social. É inegável que os fatos tenham realmente acontecido, mas a sua cobertura jornalística corresponderia à realidade mesma desses fatos? Lembremos do jornal como uma instituição formadora de opinião em que seu propósito é legitimar uma visão sobre os fatos que coincide com a linha editorial ou interesses mais imediatos do veículo de comunicação.

As manchetes seguem a sugestão de redação jornalística advinda do *Manual de jornalismo* (1962) e *Novo manual da redação* (1996) de, na construção da manchete, seguir um estilo direto, com palavras concretas, frases curtas, incisivas e afirmativas. Porém, a maioria sai da convencional abertura de somente informar, jogando com a oralidade e o humor das palavras para prender a atenção do leitor. Isso faz com que o leitor se familiarize com a linguagem cotidiana utilizada nas notícias e assumam com mais confiança a idéia de verdade dos fatos imposta pelo jornal.

O fato de existirem manuais de redação jornalística pode produzir no público-leitor a impressão de que o jornal, de fato, concorda com os rigores sugeridos nas estipulações jornalísticas de informar da maneira mais neutra e objetiva possível, mas sabemos que até mesmo o estabelecer regras implica efetuar escolhas, e tais escolhas não são neutras, pois toda escolha implica um posicionamento, o que elimina a possibilidade de objetividade e neutralidade.

Entre essas manchetes destacadas do mês de fevereiro de 2005, o tema mais recorrente nas notícias-manchetes é a violência, chamando a atenção do leitor às tragédias diárias que acontecem na região do Litoral Norte, Médio Vale do Itajaí e Grande Florianópolis, em especial referência a mortes, assassinatos e tentativas de homicídio. Outro ponto de destaque são as notícias sobre esportes, mais especificamente, sobre futebol relativo aos times da região de abrangência do jornal.

Comparando a teoria da carnavalização em Bakhtin com o jornal *Diarinho*, podemos observar que os assuntos vulgares e corriqueiros são colocados ao extremo para captar a

emoção dos leitores e, muitas vezes, trabalha a representação perversa da realidade no intuito de impactar. Por exemplo a seleção de manchetes do final de semana (14/02/2005):

**Final de semana sangrento:**

- **Policial de Navegantes mata pedreiro no meio da rua**
- **Overdose de drogas acaba com gurizote do São Vicente**
- **Doida arranca o bago do ex-amor na base da unhada**
- **Motoqueiro dá porrada, morre e gera engarrafameto**

Ao mesmo tempo, percebemos a freqüente junção do humor na elaboração das manchetes, como alguns exemplos:

- **Gaúcha rouba em Porto Belo e esconde jóias na prechéca (04/02/2005)**
- **Boiolagem vai se entupir de confete, serpentina e loira gelada! (05/02/2005)**
- **Caçamba tomba em Floripa e encagaça tiozinho (11/02/2005)**
- **Polícia manda duas toneladas de droga pro colo do capeta (15/02/2005)**
- **Nem saiu das fraldas e já ta fazendo merda! (16/02/2005)**
- **Defuntos em Camboriú vão ganhar maquiagem pra lá de especial! (17/02/2005)**
- **Taradão põe o tico pra fora e apavora a velharada (18/02/2005)**

No relato das tragédias, esse toque de humor leva os leitores a suavizar o contato com a violência em função da comicidade.

As imagens fotográficas e as legendas que acompanham a notícia, segundo Dias (1996, p.98 - 99), são “(...) um chamariz à atenção do leitor”, pois,

priorizam ângulos reveladores de pormenores cruéis (...), destacam informações contextuais, pequenas curiosidades periféricas ao crime, e tecem comentários indicadores de uma postura determinista em que a violência encontra sentido para além do crime.

Assim, nesse contexto noticioso, as circunstâncias que envolvem o crime, como especificidades referentes à vida dos envolvidos, ao local, à hora, etc. passam a ser mais interessantes aos leitores do que o crime em si pelo fato de as legendas os direcionarem e determinarem a sua leitura. A interação entre o discurso da notícia e o leitor prepara as notícias para serem lidas conforme as intenções do jornalista ao escrevê-las.

Verificamos um caráter próprio do texto publicitário no discurso jornalístico, de atrair o leitor, despertando o interesse em torno da notícia que vai ser divulgada, através da utilização de um estilo criativo para realçar a imaginação da pessoa que lê a manchete, e de uma linguagem que atinja o público-leitor do jornal. Nesse sentido, produz uma relação maior de aproximação com o leitor e não com a padronização do discurso jornalístico sugerido pelos manuais. Verificamos essas características nas notícias-manchete selecionadas para análise do funcionamento da heterogeneidade:

01/02/2005: VEREADOR DÁ BALAÇO EM JARDINEIRO  
03/02/2005: Sogra e viúva podem ter ajudado no sumiço do morto  
12 e 13/02/2005: Polícia Civil estoura banca na Ressacada

A escolha das notícias-manchete de capa para análise foi aplicada de maneira aleatória. As capas e as notícias das edições do *corpus* de análise, dos dias 1º, 3, 12 e 13 do mês de fevereiro de 2005, encontram-se no anexo 2, com o conteúdo da notícia disponibilizado no portal on-line do jornal *Diarinho* - Diário do Litoral - pelo site [www.diarinho.com.br](http://www.diarinho.com.br).

### 3.2.1 Análise das marcas da heterogeneidade

Seguindo uma metodologia, para cada notícia, um quadro de recortes será apresentado antes da análise para não romper a seqüência da leitura das análises. A ordem de apresentação dos recortes segue as semelhanças de ocorrência das marcas da heterogeneidade no discurso jornalístico e não a ordem em que aparecem na notícia.

#### 3.2.1.1 Notícia 1

Quadro de recortes:

(1) Logo após o disparo, surgiu o boato que Evaldo teria morrido no hospital. Mas a versão não passou de boato, já que a vítima passou por uma cirurgia e tá internada num quarto do terceiro andar.

- (2) O jardineiro trabalhou como cabo eleitoral na campanha de Luiz pelo PP, e estaria cobrando o dinheiro que o vereador ficou devendo.
- (3) O valor da cobrança não foi informado com precisão, mas seria algo entre dois ou 20 mil reais.
- (4) Como as ameaças estavam rolando desde novembro, o *dotô* Luiz teria registrado um boletim de ocorrência, para se resguardar.
- (5) "Na época das eleições ele (Evaldo) trabalhou como cabo eleitoral na campanha de Luiz, depois o cidadão começou a persegui-lo. Parava e o ameaçava. Hoje o cidadão o abordou novamente", explicou.
- (6) Segundo informações, dois fatos podem ter motivado o crime: um ataque passional ou uma dívida de campanha.
- (7) O delegado responsável pelo caso, Eduardo Hahn, acredita que o crime não tenha sido passional.
- (8) Segundo Umberto, para se tomar qualquer procedimento tanto no partido como na câmara de vereadores, será esperado o resultado das investigações policiais e o julgamento do pepista.
- (9) 'Bafão' no centro
- (10) Luiz Fayad foi o terceiro parlamentar mais votado na cidade com 386 votos – atingindo quase 5% do total do eleitorado da terrinha do Pinguim, e ficando atrás apenas do Rogério de Lima (PP, 488 votos) e do Almir Pata (PMDB, 411 votos).
- (11) No auge do arranca rabo, Luiz foi até o seu carro, um Corsa vermelho que tava estacionado, e pegou uma arma calibre 12.
- (12) Ao menos o povo olhava com bons olhos o novo nome na casa legislativa, já que o médico não tinha rejeição e sempre gozou de boa reputação, tendo sido candidato a prefeito nos anos 90, sem sucesso.
- (13) O vereador eleito pelo PP, Luiz José de Almeida Fayad, 61 anos, o popular *dotô* Luiz, quase matou o seu jardineiro, Evaldo Henrique Paduan Garcia, 42, com um tiro a queimadura.
- (14) O *dotô* foi logo disparando.
- (15) Evaldo foi socorrido pelo corpo de Bombeiros e levado ao hospital Marieta Konder Borrás.
- (16) O entrevero rolou ontem no centro de Balneário Piçarras, próximo ao restaurante Tuty's, quando Luiz tava indo almoçar.
- (17) Na noite de ontem, testemunhas que presenciaram a ação de Luiz tavam sendo ouvidas pela autoridade policial.



Verificamos, não só nesta manchete **Vereador do PP das Piçarras dá balaço em jardineiro**, mas em todas das edições de análise, a camuflagem do processo de enunciação com o uso da terceira pessoa para criar um efeito de objetividade, uma estratégia de universalidade para dar credibilidade aos fatos, mascarando a opinião e a expressão subjetiva do jornalista.

Contudo, já sabemos que todo texto reflete a individualidade de quem escreve, pois uma informação absolutamente neutra é impossível. Os recursos que analisamos aqui são marcas da apreciação do jornalista sobre os fatos relatados, pois as escolhas significativas que realiza dentro do seu texto denunciam a característica subjetiva do discurso jornalístico.

Assim, constatamos que as notícias são construídas para aparentar um discurso neutro e homogêneo, mas existem marcas que denunciam a heterogeneidade do discurso, a qual está mascarada pelo uso de determinados recursos lingüísticos, os quais corroboram para a construção de uma imagem de credibilidade do jornal. Por exemplo, quando não se tem certeza sobre o fato relatado, usam-se estratégias como o futuro do pretérito, como nos recortes (1) com o uso do verbo teria, no recorte (2) com o verbo estaria, em (3) com o verbo seria e em (4) também no uso do verbo teria. É uma maneira de, além de não se responsabilizar perante o leitor pelo que está sendo dito, não se comprometer nem mesmo com o seu entrevistado, caso ele reclame que não disse exatamente aquilo que está escrito. Dessa forma, supostamente, ninguém afirma para evitar envolvimento e garantir credibilidade.

O dialogismo marca a mistura de vozes de outros discursos anteriores como presença de ecos, rastros de outros sujeitos ou de outros dizeres que permeiam o já-dito sobre o fato, mas, nesta manchete, ele está mascarado pelo efeito de uma única voz, da monofonia, como se fosse somente uma voz resumindo o caso a ser apresentado, dando um efeito de veracidade e objetividade ao discurso. Dessa forma, o jornalista controla a notícia, manipula o que será repassado ao leitor, na tentativa de impedir outras vozes que poderiam modificar o enfoque da notícia. Notamos, então, que a prática jornalística tende a um produto final de homogeneidade para produzir essa ilusão de objetividade, mas é heterogênea durante todo o processo de construção. A manchete em si já indica uma fusão de, no mínimo, duas vozes: a do jornalista e do editor que corrige, “filtra” e nomeia o texto dele.

Partindo dessa assertiva que o discurso jornalístico é dialogicamente composto de várias vozes e constituído pela heterogeneidade, lembramos dos versos de Carlos Drummond de Andrade em uma de suas poesias: “Chega mais perto e contempla as palavras. Cada uma

tem mil faces secretas sob a face neutra e te pergunta sem interesse pela resposta, pobre ou terrível que lhe deres: Trouxeste a chave?”.

A respeito disso, o leitor em geral ocupa a posição de apenas receptor, faz uma interpretação geral e ingênua dos fatos noticiosos de um jornal, sem ousadia e crítica. Conforme Arbex Júnior (2001, p.89), a imprensa estimula essa receptividade passiva por parte do leitor:

[...] a produção de uma quantidade brutal e incessante de informação também produz a ‘amnésia permanente’, e essa é produzida industrialmente – a cada dia, hora ou minuto -, o telespectador/ leitor é convidado a abandonar qualquer reflexão sobre determinado evento para se entregar ao ‘novo’.

Mesmo concordando com tais afirmações, neste trabalho lutamos por um “despertar” do leitor em torno da leitura não inocente de qualquer texto, principalmente os de poder e prestígio social. É preciso muito mais: que o leitor assuma uma posição emancipadora de dialogar com o discurso jornalístico, podendo até mesmo confrontar ou discordar de um jornal, desconfiando da relação de completude e exatidão do dizer jornalístico, percebendo os sentidos que são materializados nas notícias e refletindo criticamente sobre o que deixou de ser mostrado, sobre o silêncio depositado nas “mil faces não ditas” do relato e do fato.

Para efetuar essa leitura crítica, não inocente do discurso jornalístico, o leitor deve estar atento para recorrer a um conjunto de indagações sobre a memória do dizer, as condições de produção dos ditos e o confronto entre as vozes inscritas. Segundo Authier-Revuz (1990), a sobreposição de vozes constitui todo dizer. Sendo assim, o jornal não foge dessa fusão de discursos mesmo quando ela não está marcada nem mostrada. O leitor que, ingenuamente, pensa que, ao ler a notícia ou a manchete, tem a síntese objetiva do fato ou resumo fiel da realidade engana-se profundamente, pois ali existem muitos outros sentidos provenientes não somente do jornalista ou dos entrevistados, mas de vozes que se relacionam e se identificam num processo dinâmico e instável do contexto sócio-histórico e ideológico em que a notícia foi produzida.

Essa heterogeneidade é constitutiva e condição de existência da linguagem. Implícita, ela não revela o outro, mas trabalha com essa outra voz na superfície da memória e do interdiscurso. A interdiscursividade é constatada pela recorrência de temas que já circulam nos textos e, pela memória discursiva, permite mobilizar outros discursos para a interpretação

dos fatos. Assim sendo, o leitor pode construir uma rede de significações sócio-historicamente produzidas para interpretar novos sentidos que instauram um diálogo entre vozes que não poderiam ser entendidas se fossem tratadas isoladamente.

Todo discurso é atravessado pelas idéias gerais, os olhos, as apreciações e definições do outro. Os conceitos de dialogia e plurivocalidade com a presença da voz do outro em um texto dão suporte para o tratamento lingüístico da heterogeneidade. O jornalista, inserido na classe dominante da comunicação e poder, escolhe e decide os sentidos que devem ser propagados e aceitos como verdade nas suas notícias, silenciando os outros sentidos possíveis para passar a idéia de um texto verdadeiro, neutro e objetivo no relato dos fatos.

O leitor desatento não percebe esse movimento de sentidos. Por isso, o jornal deve ser considerado como resultado de uma justaposição de vozes de poder, onde um dizer se cola ou se mistura a outro ou se sobrepõe a um outro dizer que foi abafado, silenciado por questões manipuladoras do jornal e instâncias que o dominam, interesses culturais, políticos, econômicos, etc.

Considerando tudo o que foi exposto, o que é aparentemente objetivo, na verdade, é produto de uma inserção de sentidos e sujeitos no discurso. Assim, os textos noticiosos não oferecem ao público a realidade em si, mas uma construção que permite o leitor produzir formas simbólicas de representação da realidade.

Como marcas da heterogeneidade discursiva marcada mostrada na notícia estão:

As aspas, no fragmento (5), que comprovam a característica heterogênea do discurso através do uso de outra marca explícita de heterogeneidade, o discurso direto, representando a voz do presidente do partido político. Nesse fragmento, o jornalista recorre a uma citação de autoridade, inserindo a fala do presidente do PP local, e ex-prefeito Humberto Teixeira, como sustentação da sua para dar credibilidade ao texto, e, com o uso das aspas, tem o objetivo de manter à distância a informação que não quer assumir como sua, eximindo-se da responsabilidade sobre o dito, ocultando sua posição em relação ao caso e precavendo-se caso, no futuro, a informação se revelar incorreta, assim, é o presidente do partido que perderá a confiança do leitor e não o jornal.

Predominantemente, há uma tentativa de mascarar a heterogeneidade, apontando para a imparcialidade do discurso jornalístico. Trazer a voz do outro, em forma de discurso direto, como no recorte (5) mencionado anteriormente ou no discurso indireto, recortes (6), (7) e (8), é um dos tantos recursos utilizados pelo jornal para, aparentemente, se isentar da responsabilidade pelo dizer e ganhar confiança do público-leitor. Mas, mesmo assim, a

posição do jornalista está presente, pois ele direciona a voz do outro e escolhe o modo como vai ser relatada, produzindo determinados efeitos de sentido no seu leitor.

Olhando criticamente para o texto e dialogando com o discurso jornalístico, o sentido do verbo *dicendi* denuncia o envolvimento do jornalista com o discurso que ele reporta. A escolha do verbo explicou, recorte (5), é bastante significativa porque dá ao leitor um direcionamento ao discurso citado: *explicar* significa *dizer esclarecendo dívida*. Portanto, o jornalista demonstra, com esse verbo, uma posição favorável à fala do presidente do partido, já que o jornal o procurou para ouvir esclarecimentos sobre o caso e coloca numa posição de conformidade com as declarações.

O discurso indireto se faz presente na notícia nos fragmentos (6), (7), e (8). São os recortes, cortes, edições e acréscimos da voz de entrevistados que se mesclam ao trabalho do jornalista. Esse cruzamento de vozes também é amarrado de maneira heterogênea, mas tenta parecer um produto final homogêneo e chegar ao leitor com efeito de unidade, neutralidade e objetividade.

Para explicitar a heterogeneidade do discurso nos recortes (6) e (8), é utilizada, conforme Authier (1998), a *modalização em discurso segundo* sobre o conteúdo ao qual é feita referência, com o modalizador “segundo...”. Relata-se, assim, a essência do pensamento dos entrevistados para garantir ainda mais a credibilidade da narração pela transposição mecânica do dizer que faz com que o leitor apreenda como enunciado de outro.

Ainda que no discurso jornalístico exista um controle sobre os sentidos divulgados nos relatos dos fatos, a posição do jornalista nunca se cala. Escapam, em alguns espaços da notícia, manifestações do jornalista através de críticas, explicações, esclarecimentos ou alusões que aparecem mais nitidamente no corpo do texto, independentes, como de inteira responsabilidade de seus autores e denunciam, assim, o caráter parcial do discurso jornalístico:

Na expressão ‘Bafão no centro’, recorte (9), o jornalista faz alusão à gíria “bafão”, que significa “rebuliço, desordem”, buscando se aproximar do público desde o início da notícia, tentando uma familiarização do leitor com a linguagem utilizada. Esse artifício é utilizado pelo jornalista com o intuito de ganhar maior proximidade do leitor às idéias defendidas no jornal.

O metadiscorso do locutor sobre o fato também é evidenciado pelos comentários atingindo quase 5% do total do eleitorado da terrinha do Pingüim, no recorte (10), e um Corsa vermelho que tava estacionado, no recorte (11). O recurso aos comentários destacados, como atitude responsiva, tem função de explicação e prova, para não ser criticado por falar e não

fornecer evidências. Além disso, o esclarecimento do jornalista no recorte (10) denuncia o seu posicionamento favorável à idoneidade do vereador, o qual também representa o posicionamento do jornal.

Outrossim, ao abrir parênteses, outra marca de heterogeneidade, com (PP, 488 votos) e (PMDB, 411 votos), ainda em (10), insere-se um comentário que cumpre a função de especificar os partidos e números de votos dos candidatos políticos, e, no recorte (5), com (Evaldo), delimitar a intenção do sentido do termo ele, esclarecendo a quem o presidente do partido se refere. Em ambos os exemplos, os parênteses consistem numa operação metadiscursiva do jornalista que controla, de uma certa forma, a polissemia do discurso e ao mesmo tempo apresenta marcas de sua subjetividade, rompendo com a linearidade da cadeia discursiva e incluindo informações adicionais sobre o que ele relata do outro.

Quando o jornalista utiliza uma negação, como nos recortes (1), (3), (7), e (12), ele já está mostrando o ponto de vista advindo de uma outra enunciação e sua posição em relação ao fato. Esse é um caso evidente de plurivocalidade e heterogeneidade, onde é possível identificar o choque entre dois pontos de vista diferentes:

No recorte (1), o jornalista contrapõe uma segunda voz: o fato de o jardineiro ter morrido no hospital. Assim, ele confirma a característica de buscar informações reais sobre o fato e reforça o posicionamento do jornal de detentor dos saberes, denunciante da verdade dos fatos.

Em (3), com a negação, o jornalista justifica o não-acesso à informação sobre o valor exato da dívida, possível causa do crime e utiliza a voz passiva para atribuir a responsabilidade da não-informação aos entrevistados na tentativa de assegurar a verdade da sua notícia e prevenir-se da descredibilidade perante o leitor.

Assim também, no recorte (7), já utilizado para demonstrar a heterogeneidade discursiva pelo uso do discurso indireto, o jornalista transfere a responsabilidade da fala para o delegado que refuta uma outra voz: a de o crime ter sido motivado por um caso do vereador com a mulher do jardineiro. O recurso da negação contribui para reforçar o posicionamento do jornalista em relação ao fato-notícia e ele escolhe tal negação para se posicionar a favor do vereador, negando um possível envolvimento dele com a mulher do jardineiro.

Em (12), contradizendo a voz de o médico ter rejeição do povo, o jornalista posiciona o seu ponto de vista a favor do vereador, negando a má-reputação do vereador perante a sociedade, pressupondo que não era má pessoa e, portanto, não costumava cometer atos como o acontecido.

A palavra em itálico *dotô* (doutor), nos recortes (4), (13) e (14), marca a referência a um outro discurso incorporado no discurso do locutor: a linguagem do discurso popular. O jornalista justamente a utiliza para uma aproximação com os leitores, reforçando a construção da imagem de um jornal simples, buscando ganhar credibilidade. A palavra *Borráuse*, no recorte (15), como não é inventada pelo jornalista, está em itálico para marcar a tomada de empréstimo da origem estrangeira da palavra dando efeitos de originalidade para quem as lê.

Portanto, não só as escolhas do jornalista observador marcam o fato e influenciam no relato do mesmo, mas também a estrutura e a maneira com que apreende um dado. Dois fatos estão mais do que evidentes:

- 1) A idéia de objetividade no relato dos fatos na notícia é apenas uma ilusão, um efeito que o jornal quer garantir para assegurar a credibilidade com os leitores;
- 2) Todo escrever é subjetivo, pois, na escolha das expressões ou palavras, o autor já afirma o seu ponto de vista, a sua contribuição para o relato do acontecimento.

No comentário do jornalista no recorte (10), com o jogo de palavras *terrinha do Pingüim*, também evidenciamos a heterogeneidade do discurso. Mas ela não está marcada, é preciso recorrer a outros discursos para interpretar o sentido do uso da expressão. Tal jogo de palavras tem o objetivo de chamar a atenção e situar o leitor sobre o lugar do fato ocorrido, cidade do ex-prefeito Humberto Teixeira, cujo apelido é Pingüim.

Também, como marca não-mostrada da heterogeneidade, a metáfora com a expressão *arranca rabo*, no recorte (11), faz referência a um discurso que passa a denotar “discussão desbocada e violenta” com base na semelhança, na similaridade entre os conceitos. E no recorte (12), a expressão *olhava com bons olhos* também refere a outro discurso: a receptividade do público com o vereador. Pela transferência de significantes, a expressão “bons olhos” passa a significar “admiração”, “confiança”.

A linguagem não é o terreno da clareza nem da univocidade, por isso, com a função de prender a atenção do leitor, o jornalista mescla propriedades lingüísticas, joga com palavras homônimas em que o significante é semelhante, mas o significado é diferente para demonstrar algum tipo de inteligência ou esperteza que lhe possibilita esquivar-se dos sentidos indesejáveis de certas afirmações e provocar uma aproximação do leitor que, sem saber o porquê, admira e simpatiza com o jornal pelas expressões que utiliza.

Como marcas da heterogeneidade discursiva não-mostrada, além do jogo de palavras e metáforas já mencionadas, estão as pressuposições e as nominalizações.

As pressuposições, em (6), (10) e (13), são decorrentes do sentido de palavras ou expressões contidas na frase, ou seja, sempre apresentam uma marca lingüística que levam a

uma outra voz implícita, a um conteúdo pressuposto, o qual não pode ser negado. Mas, por serem implícitas, as pressuposições são recursos especiais do jornalista para ativar o sentido das palavras consideradas como integrantes do conhecimento comum entre os interlocutores. O jornalista pode, desse modo, dar o seu parecer disfarçado de enunciado coletivo, pois o pressuposto tem a responsabilidade de informar implicitamente um fato que o leitor admite como informação verdadeira. Quando o jornalista utiliza uma pressuposição para o leitor decodificar por meio de indicações fornecidas no texto jornalístico, ele o orienta para certos tipos de conclusão, com exclusão de outros:

No recorte (6), a marca lingüística que leva a um outro discurso é o verbo podem, pressupondo que não há certeza sobre o fato que motivou o crime.

Em (10), a palavra terceiro leva ao pressuposto “Houve dois parlamentares mais votados que Luiz Fayad”.

E, no fragmento (13), o outro discurso pressuposto é estabelecido a partir do quase, ou seja, o jardineiro não morreu do tiro a queima roupa.

As nominalizações são os substantivos que confirmam um já dito que acompanha o discurso na notícia. No jornal, o corpo da palavra fala e remete a outros contextos sócio-históricos, nos quais teve sua existência social. As palavras são carregadas de história, habitadas e atravessadas por discursos. As nominalizações dão efeito de objetividade ao discurso porque procedem da ilusão de palavras de sentido único e incontestável. São elas:

Os substantivos ameaças, em (4), e ataque, no recorte (6), referem-se à possível atitude do jardineiro em relação ao vereador; dívida, em (6), retoma o acordo previamente estabelecido e não cumprido, e cobrança, no recorte (3), retoma a lembrança desse acordo. Os substantivos crime, nos recortes (6) e (7), e entreviro, no recorte (16), referem-se ao acontecido no dia 31 de janeiro de 2005.

Em (8), o substantivo investigações refere-se às decisões para solucionar o caso, juízo direciona para o tratamento do crime e o substantivo pepista retoma a filiação política do vereador, cuja fama é retomada pelo substantivo popular no recorte (13).

No fragmento (1), os substantivos boato e versão e o substantivo testemunhas, em (17), referem às outras vozes sociais sobre o acontecido, e vítima, no recorte (1), refere-se ao ferido do desentendimento.

Ao circularem esses sentidos, outros são calados, visto que é constitutivo da linguagem o jogo tenso entre dizer e silenciar, entre enunciar e apagar certos efeitos indesejáveis.



A não transparência e a não obviedade da linguagem intervala sentidos silenciados, apagados, não-ditos, por isso, o jornalista escolhe as palavras certas para atender a seus objetivos de escrever uma notícia que forme opinião e promova o discurso jornalístico como institucionalizador social dos sentidos, buscando promover consensos em torno do que escolhe repassar como verdade de um fato ou evento noticiado, o que reforçar a ilusão de objetividade da notícia.

### 3.2.1.2 Notícia 2

Quadro de recortes:

- (1) "O crime foi entre oito horas e nove e meia da noite, no sábado", disse a crente à reportagem do DIARINHO.
- (2) "Ele contou que tava com a mãe e avó, e foi levado para o quarto com seu irmão. Minutos depois, ouviu os cinco tiros", detalha M.S.
- (3) "Ele andava armado desde os 18 anos", confirmam as irmãs, muito abaladas.
- (4) "Ela só foi no velório porque nossos familiares foram buscá-la", garante Luzia. "Nossa cunhada sabia de tudo", acrescenta.
- (5) "Ele tinha seus defeitos e suas virtudes", lembra Nadir, com lágrimas nos olhos.
- (6) "Ele assumiu a filha que teve com a amante, nunca teve passagem pela polícia, e há um mês, voltou a viver com a esposa legítima", explicam as irmãs.
- (7) "O que o velho queria com ele? Por que tanta raiva, já que fazia um mês que meu irmão e a mulher haviam voltado e estavam bem?", pergunta Luzia.
- (8) "O seu Felipe não é uma vítima. É um criminoso foragido", afirma Nadir.
- (9) A revelação feita pelas irmãs de Kurten bate de frente com informações iniciais de que a morte do gesseiro teria acontecido em virtude de uma "legítima defesa" por parte do *véio* Felipe.
- (10) Luzia e Nadir comentam ainda que depois das revelações do pequeno L., o seu irmão de 11 anos fez novos comentários. Disse que o avô levou o pai "até a ponte" (região onde o carro foi encontrado) e deixou o gesseiro lá.
- (11) As irmãs garantem ainda que a reação de J., a viúva, foi "tranqüila demais" quando ela soube que o marido havia sido encontrado todo *peneirado*, na segunda-feira.



(12) No sábado em que foi morto, ele de certa forma, demonstrou que iria "ter um papo sério" com o sogro Felipe. Kurten tava num boteco no sábado à tarde, quando o sogro lhe convidou para "dar um chego" em sua casa, "para conversar", segundo testemunhas.

(13) José Carlos Kurten, segundo as próprias irmãs, não era necessariamente uma florzinha que poderia se cheirar.

(14) Luzia acredita que seu irmão tenha sido vítima de uma agressão covarde e de um homicídio frio e planejado.

(15) De acordo com as irmãs, que são evangélicas, evidências indicam que a morte de José Carlos não foi um crime praticado somente pelo sogro do cara, o Felipe Dutra Base, 52 anos, conforme revelado ao DIARINHO ontem, pela polícia.

(16) Luzia, Nadir e M. não sabem o que realmente ele iria conversar com Felipe.

(17) As irmãs negam a versão da legítima defesa – dizem que o irmão sequer teve tempo de sacar o *berro 38* que trazia.

(18) O menino também garantiu às tias e a uma enfermeira de Balneário Camboriú que viu o avô, a avó e a mãe arrastando o corpo do pai pro carro, o Apollo, placa LZL-1434 (Camboriú).

(19) Segundo as irmãs, comentários feitos pelos dois filhos de José Carlos – de 4 a 11 anos de idade, respectivamente – dão conta de que a viúva J. e sua mãe teriam participado da ocultação do cadáver do cara, e até mesmo, limpadado o sangue de José, que ficou espalhado na varanda da casa do sogro.

(20) Segundo ela, o filho da vítima, L.B.K., de 5 aninhos, revelou na segunda-feira, à tia M.S. que tava na casa dos avós, quando o pai chegou, à noite.

(21) Irmãs do gesseiro fuzilado pelo sogro revelam detalhes macabros: filhos pequenos do casal revelam ter visto a mãe e a avó ajudando o assassino a carregar o cadáver e lavar o sangue que ficou na varanda da casa.

(22) Elas garantem que embora não morressem de amor um pelo outro, o irmão e seu sogro viviam relativamente bem.

(23) A polícia Civil em Camboriú repassou ao DIARINHO que não há novidades sobre o caso, e que o sogro matador continua desaparecido.

(24) O crime teria contado com a participação da esposa e filha de Felipe – no caso, a própria sogra e a viúva do gesseiro.

(25) José, embora andasse sempre armado e vivesse um relacionamento bagunçado com a esposa J. – ele a deixou quando arrumou uma amante, com quem tem uma menina de oito meses – nunca deixou faltar nada. Nem à esposa, nem à "filial" e nem aos filhos.

(26) José não chegou a ser roubado – estava com celular, grana documentos e até com um revólver 38 na cintura.

(27) Em foto familiar cedida à *viadagem* do DIARINHO, as irmãs revelam detalhes da convivência: na foto, José Carlos e o *vêio* Felipe aparecem juntos, cortando um bolo, numa boa.

(28) Luzia Kurten, Nadir Kurten Polidoro e M.S.K., irmãs do gesseiro José Carlos Kurten, 34 anos, morto no final de semana, *peneirado* com cinco balaços no bairro Rio do Meio, em Camboriú, estiveram ontem no DIARINHO pra fazer revelações ainda mais escabrosas sobre o crime, que chocou a comunidade de Camboriú.

(29) Antes de chegar na casa do futuro assassino, passou na *baia* do irmão Gervásio, e demonstrou preocupação porque o sogrão queria ter um papo sério.

(30) José teve filho com a amante, "mas era gente boa"

(31) Sogra e viúva podem ter participado da ocultação do cadáver.

(32) O cadáver de Kurten foi achado na segunda-feira à noite, já em decomposição, num matagal do Rio do Meio, dentro do porta-malas do *carango*.

Abordar a interlocução não é limitar-se às formas dos diálogos externos, conversas ou diálogos no sentido usual, trata-se de um olhar sobre formas de dialogização interior do discurso. Nesse panorama, lembramos que todo discurso é atravessado por outros discursos. O sentido do texto, portanto, decorre desse entrecruzamento de textos, de vozes. O dialogismo, na manchete **Sogra e viúva podem ter participado da ocultação do cadáver**, evidencia a plurivocalidade a respeito do já informado sobre a morte, das vozes dos familiares da vítima e sobre o que foi feito para ocultar o crime.

A heterogeneidade constitutiva amplia as possibilidades de se interpretar o discurso jornalístico. É preciso mobilizar todos os usos sociais das palavras ou expressões contidas na notícia, os diferentes contextos em que podem ser utilizadas, o interdiscurso que as sustenta e o modo como tudo isso constrói um percurso de sentidos sobre a questão tratada no jornal.

Joga-se com a heterogeneidade constitutiva através do trabalho com a heterogeneidade discursiva mostrada, que, na notícia, apontam marcas como:

As aspas, nos fragmentos (1), (2), (3), (4), (5), (6), (7) e (8), que marcam a presença de outros discursos, no caso, do discurso direto das entrevistadas nas referências acima mencionadas. O discurso direto se propõe a reproduzir a fala do personagem, exatamente como ela foi proferida. É como se o jornalista desse o seguinte recado ao leitor: foi o entrevistado quem disse isso, eu apenas passei para o papel, não tenho qualquer responsabilidade sobre as palavras que são dele. Assim, pelo uso de aspas, o jornalista projeta no leitor um efeito de sentido de distanciamento do veículo em relação ao fato-notícia que está sendo narrado, para não se comprometer com os detalhes das informações sobre o crime.

Essa ilusão de não-responsabilidade pelos dizeres das entrevistadas é suplantada pelos verbos *dicendi* que o jornalista escolhe para relatar as falas de outrem. Tais verbos denunciam a subjetividade do jornalista e o direcionamento que dá aos leitores sobre o discurso citado. A escolha dos verbos confirmam, no recorte (3), que significa “declaram como verdadeiro”, garante, no recorte (4), que significa “diz oferecendo garantia de verdade da informação”, explicam, no recorte (6), que significa “dizem esclarecendo dúvida”, e afirma, no recorte (8), significando “diz com certeza” identificam o posicionamento do jornalista a favor das falas das irmãs do gesseiro, declarando-as como verdadeiras.

No recorte (9), as aspas em "legítima defesa" fazem deslocar, do discurso do jornalista, um outro discurso que remete às informações iniciais sobre o crime, possivelmente à voz de Felipe, sogro do gesseiro morto. Esse recurso garante um efeito de ênfase ao discurso utilizado de outrem, o que produz um efeito de veracidade ao texto jornalístico.

Com objetivo de condescendência, as aspas também garantem uma aproximação com o leitor pela linguagem coloquial da expressão "mas era gente boa", fragmento (30).

Portanto, na perspectiva da interação entre interlocutores, as aspas participam dos lugares de interpretação e produção como proteção de imagem a uma crítica esperada, ou seja, o jornalista se exime da responsabilidade dos dizeres entre aspas, que, no recorte (9), configuram posição a favor do sogro Felipe e, em (30), posição favorável ao gesseiro José Carlos.

No recorte (25), as aspas que, como já vimos, são marcas da heterogeneidade mostrada marcada conduzem a uma heterogeneidade não-marcada, onde o jornalista, pela palavra "filial", explicita uma ironia sobre os relacionamentos de José Carlos. A ironia utilizada tem como efeito colocar em cena uma posição de crítica ao fato do gesseiro ter uma amante. Posição essa que o jornalista não quer admitir como sua, mantendo o ponto de vista no sentido figurado, utilizando as aspas dentro do texto para não ser criticado pelos leitores ao se comprometer em posicionamentos pessoais e perder a credibilidade e a característica de discurso jornalístico imparcial.

Além disso, nos recortes (10), (11) e (12), as aspas foram utilizadas com função de diferenciação da evidente plurivocalidade, para deslocar um discurso direto que marca a voz de outrem dentro do discurso indireto (re)formulado pelo jornalista: No fragmento (10), a expressão "até a ponte" marca referência à voz do filho mais velho do pedreiro José Carlos, no discurso indireto (re)formulado pelo jornalista sobre as palavras das irmãs do gesseiro. Em (11), com a expressão "tranqüila demais", o jornalista transfere a responsabilidade da crítica às irmãs do gesseiro pelo uso das aspas. E, no recorte (12), em "ter um papo sério", "dar um

chego" e "para conversar" o jornalista reformula as palavras das testemunhas, no discurso indireto, inserindo a voz do gesseiro entre aspas para dar mais confiabilidade às informações contidas na notícia.

O uso do discurso indireto nos recortes (13), (14), (15), (16), (17), (18), (19), (20), (21), (22) e (23) marca, de maneira aparentemente homogênea, outros atos de enunciação dentro do discurso jornalístico, produzindo um efeito de unidade para a notícia. Mesmo assim, a heterogeneidade do discurso está presente, a saber: a defesa do gesseiro por parte de suas irmãs em (14), (17) e (22), dúvidas das mesmas sobre o caso em (11) e (16) e comentários da família da vítima e esclarecimentos sobre o crime em (15), (18), (19), (20), (21).

O recurso do discurso indireto recompõe a autonomia objetiva do discurso do outro, na construção da essência do pensamento das entrevistadas, ainda conservando uma distância nítida das palavras alheias, como por exemplo, com o uso de *modalização em discurso segundo* nos modalizadores “segundo...”, “de acordo com...”, “fulano disse”, como nos recortes (10), (12), (13), (15), (19) e (20), que, conforme Authier-Revuz (1998), marcam a referência a um outro discurso. Tal recurso é utilizado para produzir um efeito de verdade, objetividade e neutralidade do discurso jornalístico.

Sabemos que, nos recortes mencionados acima de uso do discurso indireto, há um diálogo entre os discursos de outrem e do jornalista, cuja voz se torna aparente pela escolha das palavras do outro, (re)formuladas com suas próprias palavras e dos verbos *dicendi*, que são repletos da opinião do jornalista. Por exemplo, o uso de formas dos verbos “garantir”, nos fragmentos (11), (18) e (22), significa “dizer oferecendo garantia da verdade da informação”, e do verbo “revelar”, nos recortes (20) e (21), significa “dizer revelando segredo”, o que configuram a opinião do jornalista posicionando-se a favor das declarações feitas pelos familiares do gesseiro.

Há outros recursos que o jornalista utiliza para tentar mascarar a subjetividade nas notícias, como é o caso do uso de verbos no tempo futuro do pretérito para produzir um efeito de neutralidade e evitar um comprometimento com os fatos relatados pelo jornal e até mesmo com o discurso reportado, ou seja, o jornalista não afirma nada em nome dos entrevistados, transferindo aos fatos um valor hipotético, de não-comprometimento, de imparcialidade. Pois, ao jornal não interessa assumir a responsabilidade de um relato incerto ou sem importância de ser interpretado como verdadeiro, mas sim de construir a imagem de um jornal comprometido com a verdade. Verificamos a utilização desse recurso nos recortes (9), (12), (16), (19) e (24).

Também percebemos uma contradição às sugestões de redação jornalística advinda do *Novo manual da redação* (1996), da Folha de São Paulo, no que se refere aos aspectos

formais da reportagem policial e observações sobre expressões, palavras e verbos utilizados pelos repórteres da área: “fuzilar”, de acordo com o manual, é um verbo que só deve ser empregado no caso em que alguém é morto por um pelotão de fuzilamento, ou com tiros de fuzil, porém, no recorte (21), é mencionado o caso do “gesseiro fuzilado pelo sogro”. Como podemos verificar na notícia, são tiros de revólver e, portanto, segundo a recomendação do manual dever-se-ia usar o verbo “baleiar”. Isso confirma o fato de o *Diarinho* chamar a atenção do público pelo impacto das expressões ou palavras sensacionalistas no intuito de produzir uma relação maior de aproximação com o leitor do que com a unificação do discurso jornalístico.

As evidências da refutação de um outro ponto de vista dentro do discurso configuram um caso de plurivocalidade e heterogeneidade e estão no uso das palavras de negação não, nunca e sequer, nos recortes (6), (8) (13), (15), (16), (17), (22), (23), (25) e (26):

No recorte (6), as irmãs da vítima do caso reportado, através do discurso direto, negam o ponto de vista de o irmão ser um criminoso ou uma pessoa perigosa, pelo fato dele nunca ter tido passagem pela polícia antes. Assim como em (25), o locutor refuta o fato de José deixar os filhos e mulheres passarem necessidade, construindo, assim, uma imagem do gesseiro como boa pessoa. A escolha desses recursos pelo jornalista reforça um posicionamento a favor vítima. Mas, ao mesmo tempo, no recorte (13), o jornalista escolhe o depoimento das irmãs que nega o ponto de vista de José Carlos Kurten ser recomendável ou de muita confiança. Isso tudo é uma questão de escolha e posicionamento do jornalista que faz uso desse discurso indireto para mostrar ao leitor que, mesmo o gesseiro sendo uma pessoa boa, não era perfeito e tinha seus defeitos, colocando em xeque a personalidade da vítima para que o leitor tenha a idéia de que o jornal é imparcial e não toma partido a favor dos envolvidos no fato relatado.

No fragmento (15), a voz das irmãs da vítima refuta a versão de ele ter sido morto somente pelo sogro. O jornalista utiliza a fala da polícia que, ratifica as informações das irmãs, pelo fato de ela ter mais autoridade para comprovar essa informação.

Em (17), o jornalista pretende conduzir os leitores a uma negação da versão de legítima defesa do sogro do gesseiro pelas declarações das irmãs da vítima que também negam a inocência do sogro Felipe em (8).

Além disso, em (23), há a negação de novos esclarecimentos sobre o caso por parte da polícia, o que contribui para reforçar um posicionamento do jornalista de desaprovação às investigações e soluções da polícia para o caso, colocando, assim, o jornal como único preocupado com a verdade dos fatos, quando, em (26), procura conclusões sobre o caso,

negando a possibilidade de José Carlos ter sido morto em função de um assalto. Mas, por outro lado, se descompromete com tais soluções quando insere as informações das irmãs do gesseiro que negam um relacionamento extremamente bom entre os dois envolvidos em (22) e as dúvidas das irmãs do gesseiro sobre o motivo do crime em (16). Assim, também, o jornalista refuta o ponto de vista de as irmãs saberem a causa da morte, descomprometendo, assim, as mesmas sobre o acontecido.

Os parênteses também são marcas da heterogeneidade mostrada e evidenciam a subjetividade do jornalista, pelos esclarecimentos feitos no decorrer do discurso, para explicar o sentido daquilo que está afirmando na notícia e didatizar a informação, corroborando a construção de um jornal comprometido com o leitor e com a reprodução da verdade. Observamos esse recurso nos comentários (região onde o carro foi encontrado), no recorte (10), e na explicação (Camboriú), no recorte (18), sobre a cidade da placa do carro em que o corpo foi encontrado.

Há, ainda, outras marcas que evidenciam um metadiscorso que expressa subjetivamente o ponto de vista do jornalista no decorrer da notícia e denuncia o caráter parcial e heterogêneo do discurso jornalístico, como percebemos no comentário do recorte (25): ele a deixou quando arrumou uma amante, com quem tem uma menina de oito meses, no recorte (15), o esclarecimento que são evangélicas, e no (26) a explicação estava com celular, grana documentos e até com um revólver 38 na cintura. No fragmento (24), também percebemos a glosa: no caso, a própria sogra e a viúva do gesseiro. No recorte (19), a observação de 4 a 11 anos de idade, respectivamente e em (27) a ironia do comentário: cedida à viagem do DIARINHO.

As variações em itálico *peneirado* (significando baleado) nos recortes (11) e (28), *vêio* (significando velho) nos recortes (9) e (27), *baia* (significando casa) no recorte (29), *viadagem* (grupo) no recorte (27) e *berro* (significando arma) no recorte (17) evidenciam as outras vozes sociais advindas de gírias e da linguagem coloquial para garantir efeito de proximidade com os leitores.

Portanto, na comunicação real, o processo interacional não ocorre apenas através da significação lingüística dos enunciados, mas, principalmente, por meio de interpretações realizadas no interior do discurso pelas marcas lingüísticas no texto que conduzem à situação de produção.

Assim, o recurso da pressuposição também é marca da heterogeneidade, porém não marcada. É um tipo de inferência em que o escritor e leitor compartilham um conhecimento mútuo e permite a interlocução por levar o leitor a aceitar o que lhe está sendo noticiado.

Nesse caso, o jornalista pode dizer alguma coisa, sem, contudo, aceitar a responsabilidade do dito que não aparece na significação lingüística do enunciado, mas que foi deduzido pelo leitor a partir de um raciocínio lógico.

Nos recortes (9), (22), (23), (28), (30) e (31) a pressuposição evidencia a heterogeneidade advinda de marcas lingüísticas no discurso que permitem o locutor dizer implicitamente no interior da notícia, criando o efeito de universalidade do discurso:

No fragmento (9), a expressão bate de frente leva ao pressuposto que as informações das irmãs do gesseiro contradizem as informações de que o sogro teria matado para se defender.

No recorte (22), o pressuposto que podemos ler a partir do articulador embora é que as pessoas que não morrem de amor um pelo outro não têm um bom relacionamento.

Em (23), a partir do verbo continua, pressupomos que o sogro matou o genro e desapareceu.

No recorte (28), a expressão ainda mais escabrosas leva ao pressuposto de que já existem informações escabrosas sobre o caso.

O recorte (30), marcado pelo uso da conjunção mas, no enunciado, estabelece uma relação de oposição entre dois enunciados e aponta para o pressuposto de quem tem filho com amante não é “gente boa”.

E em (31), o verbo podem conduz a uma outra voz pressuposta que há incerteza sobre o envolvimento da sogra e viúva na ocultação do corpo do gesseiro.

Como outra forma de heterogeneidade mostrada não-marcada está o discurso indireto livre, que possui uma mistura de elementos do discurso direto com os do indireto, fazendo o leitor restituir a subjetividade presente no discurso pela integração de falas no fio da narração e estabelecimento de uma relação entre elas. Esse tipo de discurso exemplifica o caso da plurivocalidade, pois dois enunciadores diferentes declaram seus pontos de vista sem que o leitor possa distinguir com transparência a responsabilidade pelos mesmos. Como exemplo, verificamos o recorte (30) que foi utilizado como um subtítulo na notícia, no qual não percebemos com clareza a responsabilidade pela expressão "mas era gente boa": se é do jornalista que utiliza as aspas para marcar a ironia da expressão ou se é uma expressão usada a partir das declarações dos entrevistados.

As nominalizações são recursos que também denunciam a heterogeneidade discursiva, pois fazem referência a um já dito em outro lugar, ou em outro momento no decorrer do discurso na relação com a situação de enunciação, ou seja, são os diferentes substantivos que podem não ter o mesmo sentido na relação com a exterioridade, mas na interação com o



discurso confirmam a referência de algo já relatado na notícia. Esse recurso pretende passar ao leitor um efeito de naturalidade do texto e faz com que ele sinta que o discurso é verdadeiro pelo fato de ter acompanhado os fatos que já lhe são familiares e conhece, então, a “verdade” dos mesmos:

No recorte (1), o substantivo crente retoma a irmã do gesseiro, Luzia. No recorte (21), o substantivo casal retoma o gesseiro e a esposa. O substantivo Viúva, que aparece nos recortes (11), (19), (24) e (31), refere-se à esposa do gesseiro. A palavra amante, nos recortes (6), (25) e (30), refere à outra mulher do gesseiro. No recorte (12), o substantivo testemunhas refere às outras pessoas que estavam no bar no sábado à tarde. O substantivo assassino aparece nos recortes (21) e (29) para retomar o sogro do gesseiro.

Os substantivos crime, nos recortes (1), (15), (24) e (28), homicídio e agressão em (14), sangue em (19) e (21), balaços no recorte (28), e ocultação em (19) e (31) reforçam o ato realizado pelos acusados.

O substantivo revelações, recorte (10), refere-se ao depoimento das irmãs do gesseiro.

Em (19), (21), (31) e (32) o substantivo cadáver refere-se ao gesseiro e o substantivo decomposição, em (32), retoma o estado do corpo quando fora encontrado.

No fragmento (17), há o substantivo versão que faz referência à primeira informação sobre o crime. E em (23), o substantivo novidades refere-se às informações adicionais sobre o crime.

A marca da nominalização não é simplesmente uma questão de substituição de palavras, mas de escolha, de posicionamentos. Cada palavra carrega um valor arraigado que pertence a uma ideologia própria. Assim, as várias falas, vozes, dizeres e sentidos sobre os dois fatos ficam silenciados sob a formulação do jornal que escolhe como e o que dizer a partir da posição social que ocupa e da classe a que se alinha.

E, por último, ainda como marca da heterogeneidade mostrada não-marcada, está a metáfora não era necessariamente uma florzinha que poderia se cheirar, no recorte (13), jogando com significantes diferentes sobre a expressão que significa “pessoa pouco recomendável, que deve ser evitada por não ser de confiança”. É preciso mobilizar vozes históricas do senso comum para apreender esse sentido, pois, metaforicamente, há pessoas que têm um aspecto agradável mas nem sempre merecem uma aproximação maior que as outras porque, como há flores de mau odor, há também pessoas de mau caráter, que, embora tenham uma bela aparência, devem ser evitadas.



### 3.2.1.3 Notícia 3

#### Quadro de recortes:

- (1) "Esta será uma prática corriqueira na cidade", afirmou o delegado Monteiro.
- (2) Na bilheteria, o pessoal já gritava: "me da um porco, uma vaca, um cachorro...", todos querendo fazer uma fezinha para adivinhar o bicho que ia dar.
- (3) Mesmo que o apostador tenha a sorte de acertar o que "deu na cabeça", não vai ganhar nenhum tostão.
- (4) Em 1941, o governo tornou o jogo "contravenção penal", mas não adiantou.
- (5) Já a contravenção é conhecida como "crime anão".
- (6) Após investigações, os policiais certificaram que ali funcionava mesmo um galpão para onde eram levadas as coletas do jogo do bicho.
- (7) Perderam o dinheiro e não vão ganhar nada.
- (8) Embora a prática do jogo do bicho role solta no Brasil afora e seja ilegal, se caracterizando como contravenção penal – o popular crime anão – a jogatina não dá jaula.
- (9) Contravenção é toda a infração penal a que a lei prevê, isoladamente, pena de prisão simples – o carinha não vai ficar recluso numa unidade prisional - ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.
- (10) Um sorteio parecido foi tentado com o nome de flores, mas claro que não pegou.
- (11) Em 1897 o barão Drummond faleceu e não chegou a acompanhar a decadência e a podridão que virou o jogo inventado por ele e o amigo mexicano.
- (12) Os bicheiros da cidade já começaram a fazer suas apostas e torcerem para não serem visitados pela operação Zebra.
- (13) Na época, a polícia, para fingir que não via, também levava o seu troco.
- (14) Oito pessoas foram *güentadas* e sete motos, apreendidas.
- (15) Cinco *pochetes* dos recolhedores das apostas foram levadas.
- (16) Amparado pela lei, o delegado Cláudio Monteiro recebeu uma denúncia, através do disque-denúncia 181, informando que havia grande movimentação de bicheiros num galpão na avenida Vereador Abraão João Francisco, a popular Contorno do Sul, atrás do prédio em construção da Seara, no bairro Ressacada.

- (17) Oito pessoas foram detidas. Vários materiais relacionados ao jogo de azar foram apreendidos, uma arma e mil reais em dinheiro também foram pra fita.
- (18) Deu zebra!
- (19) Quem fez uma fezinha no jogo do bicho, na tarde de sexta-feira na Bankar Loterias, esperando ansioso o resultado da extração das 18h, pode tirar o cavalinho da chuva.
- (20) Na tarde de ontem, a polícia Civil de Itajaí estourou a banca de jogo do bicho e apreendeu todas as apostas, os carinhas que recolhem as apostas e até uma arma, que foi achada no galpão onde os bicheiros da Bankar se encontravam.
- (21) A zebra tava solta e todos foram enjaulados.
- (22) A polícia Civil já tá de olho em outras bancas.
- (23) Em 1894, o governo proibiu as apostas vendo a febre do bicho.
- (24) Para estes apostadores pode dar Cobra, Jacaré, Gato e até Vaca, que não vai fazer diferença.
- (25) Até um brinquedinho um tanto quanto perigoso foi encontrado no local.
- (26) Com a fatura de material e a montoeira de prova que ali funcionava o galpão do bicho, os oito detidos serão autuados por prática de contravenção penal.
- (27) Logo as apostas se espalharam por todo o país, tornando-se cada vez mais populares.
- (28) A brincadeira virou negócio e os bicheiros são, geralmente, milionários.
- (29) Donos de mansões, empresas e vivem aquém da lei.
- (30) O controle passou para gente poderosa, que sobre ludibriar os mais humildes sonhadores.
- (31) Cada motoqueiro recolhedor de aposta que chegava, depois de rondar a cidade recolhendo o bicho, ia sendo detido.
- (32) Logo o sorteio transcendeu as grades do zoológico e o pessoal começou a organizar os jogos em armazéns e botecos.
- (33) A lei de introdução ao código Penal, em seu artigo 1º do decreto-lei 3.914, de dezembro de 1941, define o que é crime e contravenção penal no Brasil.
- (34) Com um mandado de busca e apreensão, os policiais deram um ataque no local.
- (35) Toda a bugiganga apreendida foi levada à central de Polícia.

O dialogismo, a plurivocalidade e a heterogeneidade, na manchete **Civil estoura banca de jogo do bicho**, dão lugar a um dizer homogêneo em função do efeito de uma única voz, mostrando somente o ponto de vista do jornalista presente no discurso relatando o fato sobre a detenção efetuada pela Polícia Civil em uma banca de jogo do bicho. Essa tática tem a pretensão de garantir a característica da veracidade, ordem e informatividade, apagando a mescla de vozes existentes na produção do texto jornalístico e promovendo, ainda que de modo ilusório, a sensação de um universo estável.

Mesmo que os leitores “comprem” a ilusão de homogeneidade e unidade, sabemos que existe uma tensão por trás do discurso, um confronto e movimentação de sentidos que se deslocam manifestando instabilidade, fazendo surgir outras vozes em um relato que pretendia ser percebido como monofônico. Os dizeres dos entrevistados, do jornalista, do fotógrafo, do editor criam uma longa cadeia discursiva em que a heterogeneidade, às vezes, se mostra explícita, em outras, apagada, mas constitutiva.

Um discurso não começa em si mesmo, mas está mesclado de outros discursos anteriores, os interdiscursos. O jornalista escolhe apenas um discurso, “esquecendo” dos outros possíveis, criando o efeito de evidência, literalidade e exatidão para reforçar a ilusão de unidade e transparência de um texto, aparentemente neutro e óbvio. Ou seja, o sentido dominante no discurso jornalístico é tido como o mais fiel retrato da realidade e a notícia, por sua vez, como a representação mais confiável do fato. O dizer jornalístico passa a impressão de que não existem outros modos de dizer.

Esse imaginário faz parecer ao leitor que a realidade lhe está disponível o tempo todo, assim como um produto qualquer. A imprensa apresenta a realidade como mercadoria ou espetáculo, controlando os sentidos que circulam socialmente, criando o imperativo da necessidade de atualização, consumo e informação nas pessoas, que explica o grande crescimento do setor de comunicação no que tange à vendagem e ao prestígio de informar.

Pelo que foi exposto, frisamos que todo texto é constituído pela presença do outro, pois os discursos já nascem pela relação interdiscursiva e são partes indissociáveis de um contexto sócio-histórico, e não objetos destacáveis e descartáveis, utilizados simplesmente como ponte para comunicar e disseminar sentido entre interlocutores.

A heterogeneidade constitutiva perpassa o jornal sustentando os sentidos legitimados pelo veículo de comunicação, fazendo circular os sentidos que podem e devem ser lidos, estabelecendo relações implícitas entre textos. Isso significa que um jornal não é formado por vários textos, mas um único texto construído a partir da heterogeneidade onde várias vozes justapostas produzem e provocam efeitos de sentidos.

Como marcas da heterogeneidade discursiva mostrada marcada na notícia estão as formas de exterioridade, que são “negociações” do sujeito com a heterogeneidade constitutiva:

As aspas, nos fragmentos (1) e (2), marcam a presença de outros discursos, como no caso do discurso direto do delegado e do discurso direto do povo, respectivamente. Assim, o jornalista cria um efeito de distância das informações com o uso das aspas. Nesse tipo de discurso, tem-se a ilusão de que o jornalista não é o responsável pelo que está sendo dito, mas sim a fonte, o entrevistado. Assim, o jornal faz uso dessa estratégia para dar credibilidade e veracidade ao seu discurso. Todavia, percebemos o envolvimento do jornalista no discurso do outro quando escolhe o verbo *dicendi* afirmou, no recorte (1): “afirmar” significa “dizer com certeza”, portanto, tal escolha denuncia o posicionamento do jornalista a favor da declaração da voz de autoridade do delegado.

Nos recortes (3), (4) e (5), as aspas foram utilizadas para dar ênfase à presença de um discurso outro que remete a expressões criadas por vozes da ordem do senso comum, representando um discurso que (re)produz um sentido sedimentado socialmente no tom de uma voz consensual, que atesta uma verdade. Porém, esse tom consensual também não deixa de ser uma “máscara”, pois, na perspectiva da interação entre interlocutores, as aspas participam como proteção de imagem a uma crítica esperada, ou seja, com as aspas o jornalista não pode ser cobrado por não seguir uma linguagem objetiva no seu texto jornalístico.

Outra marca da heterogeneidade mostrada marcada está presente na notícia também num processo de (re)formulação, pelo uso do discurso indireto. O jornalista relata um outro ato de enunciação reformulando as palavras do outro com suas próprias palavras de maneira homogênea, como se fosse uma única fonte enunciativa, como no recorte (6). Mesmo construindo uma ilusão de um discurso homogêneo, ao observarmos seu funcionamento, percebemos que ele possui várias vozes e é dialógico, pois o leitor coloca suas próprias aspirações no discurso do outro. Comparado ao discurso direto, há uma redução da distância e da objetividade em relação ao discurso do outro, porque o jornalista pode até distorcer o discurso que está sendo incorporado na notícia, mas ainda tem o objetivo de fazer o leitor apreender o discurso utilizado como sendo enunciado de outro.

A negação também é marca de heterogeneidade mostrada marcada e faz evidenciar claramente uma outra voz que refuta uma afirmação, ou seja, o jornalista constrói seu discurso dialogando com o outro discurso para reforçar um posicionamento escondido através do processo de denegação nos recortes (3), (4), (7), (8), (9), (11), (12) e (13):

Nos recortes (3) e (7), o jornalista contrapõe a idéia de o apostador que acertou o jogo receber o dinheiro para reforçar um posicionamento desfavorável ao jogo, ironizando a ação dos apostadores. Nos fragmentos (8) e (9), o jornalista contrapõe o ponto de vista sobre a prisão para os praticantes do jogo do bicho para criticar o sistema prisional atual. Em (10), o locutor rejeita o fato de o sorteio com nome de flores ter tido repercussão, assim como em (11), rejeita o ponto de vista de o barão Drummond acompanhar e decadência do jogo do bicho para reforçar o seu posicionamento crítica ao jogo do bicho.

Em (12), os bicheiros refutam a visita dos policiais nas bancas de jogo do bicho e o jornalista utiliza essa negação para reforçar a afirmação da operação Zebra da polícia, por confiar nela. Em (13), o jornalista nega uma ação da polícia contra o jogo ilegal antigamente e em (4) nega o fato de ter adiantado tornar o jogo contravenção penal para reforçar seu posicionamento a favor das operações realizadas pela polícia hoje.

As reticências, marcas da heterogeneidade no recorte (2), indicam que a frase foi interrompida e que é possível colocar várias palavras portadoras de vários sentidos. Nesse caso, pressupõe-se que as reticências sejam preenchidas com a citação do nome de outros bichos que compõem o jogo do bicho. Essa estratégia tem função de fazer com que o leitor complemente o discurso para lhe dar sentido, reconstituindo, assim, a cadeia implícita.

O itálico nas palavras *güentadas*, significando “presas”, no recorte (14), e *pochetes*, “pequenas bolsas de cintura”, no recorte (15), identifica referência à heterogeneidade advinda de outro discurso: a fala popular inserida no discurso do jornalista. Ele usa essa estratégia para reforçar uma proximidade com os leitores do jornal, que, identificando-se com a linguagem popular, assimilam com maior facilidade as opiniões do jornal repassadas na notícia.

O metadiscorso do locutor evidencia os comentários que o jornalista insere no discurso jornalístico, tornando-o produto de sua subjetividade. Essas observações do jornalista têm função metadiscursiva, a partir da qual o jornalista explica o sentido do que afirma para restringir a possibilidade de indeterminação ou polissemia das palavras, controlando aquilo que o leitor vai receber como verdade. Verificamos as explicações do jornalista nos recortes (8) com o popular crime anão, em (9) com o comentário o carinha não vai ficar recluso numa unidade prisional e no fragmento (16) com o retoque a popular Contorno do Sul.

Como marcas da heterogeneidade não-marcada na notícia, encontramos o jogo de palavras, a metáfora, a ironia, as pressuposições e as nominalizações, que passamos a analisar:

O jogo de palavras, ou trocadilho, nos recortes (3), (10), (17), (18), (19) e (20), usa palavras homônimas de significantes semelhantes e significados diferentes. Desse modo, um significante de uma palavra passa a referir a outro objeto para obter efeitos surpreendentes,

chamar a atenção e a simpatia do leitor. Bastante semelhante é o funcionamento das metáforas, também nos recortes (8), (18), (19), (21), (22) e (23), numa comparação implícita com base na semelhança entre os dois conceitos:

No recorte (3), o significante da expressão “deu na cabeça” significa “acertar o número sorteado para o primeiro prêmio”, e, em (20), o verbo estourou passa a significar “fez apreensão” assim como carinhas são os “apontadores do jogo do bicho”, e, no recorte (10), o verbo pegou passa a significar “deu certo”.

A expressão foram pra fita, no recorte (17), significa “foram apreendidos”. No recorte (18), há um jogo com significante da palavra zebra que, metaforicamente, passa a denominar “inversão do resultado esperado”. Da mesma forma, a palavra Fezinha, no recorte (19), passa a significar “aposta” e, metaforicamente, o significante da expressão pode tirar o cavalinho da chuva, passa a significar “desistir de um propósito qualquer”.

No recorte (21), a expressão a zebra tava solta passa a denominar “a ação da polícia em prender os contraventores”, assim como a palavra enjaulados significa “presos”, metaforicamente pela troca de significantes. No fragmento (8), a expressão role solta significa “existir sem nenhuma restrição” e a palavra jaula muda de significante passando a referir à “prisão”.

Em (22), a expressão tá de olho passa a significar a idéia de “estar atenciosamente observando algo”. E, no recorte (23), o significante da expressão febre do bicho passa a significar “disseminação da prática”.

Esses enunciados jogam também com ditados populares, que são vozes que circulam no senso comum, os quais vão produzir o efeito de ironia que é evidenciada na relação entre os vários sentidos, caracterizando o humor nesse discurso. Brait (1996) afirma que aquele que faz uso da ironia busca encontrar maneiras de chamar a atenção do interlocutor para o discurso e, através de tal procedimento, conquistar sua adesão. Sem essa adesão do leitor, a ironia não se concretiza. Essa estratégia permite o aparente desassujeitamento do locutor, então, ele pode falar verdades sem parecer ofensivo ou infringir regras de conveniência pública. Com isso, o jornalista cria uma forma especial de interação com o leitor, desempenhando papel altamente persuasivo no discurso jornalístico. A ironia está presente nos recortes (18) e (21), pela palavra zebra; em (19), com a expressão pode tirar o cavalinho da chuva; no recorte (3), com “deu na cabeça”; e no recorte (24), com a expressão pode dar Cobra, Jacaré, Gato e até Vaca, que não vai fazer diferença.

Para desvendar o sentido do enunciado, o conhecimento lingüístico por si só não é suficiente, é preciso o conhecimento de mundo dos usuários e do processo de captação do leitor para estabelecer uma relação não-explicita no texto.

As pressuposições, nos recortes (3), (22) e (25), evidenciam a heterogeneidade não-marcada com outros pontos de vista decorrentes do sentido de certas palavras ou expressões no interior do discurso. Por ser um dos meios fornecidos pela linguagem para responder para responder à necessidade de implícito, a pressuposição é uma verdade estabelecida que não pode ser posta em questão. É como se a pressuposição transmitisse ao leitor instruções para orientá-lo adequadamente a acompanhar o processo comunicativo:

No recorte (3), a partir da palavra mesmo, o que está pressuposto é “quem acerta na cabeça ganha dinheiro”. Em (22), há dois pressupostos: “existem outras investigações acontecendo”, pela marca da expressão a polícia já tá de olho e “essa banca que foi fechada não é a única que está sob investigação policial”, pela marca lingüística da palavra outras. E no recorte (25), o pressuposto “Na banca de jogo do bicho havia armas perigosas, entre outras coisas” está marcado pelo Até.

As nominalizações, casos de plurivocalidade e heterogeneidade, sustentam uma narrativa marcada pela seqüência e reiteram um já dito no discurso pelo uso de substantivos que remetem à mesma referência num contexto de uso e, assim, dão a ilusão ao leitor que algo já foi dito sobre o assunto, portanto, não provoca estranhamento, posto que é familiar ao leitor, caracterizando um discurso verdadeiro e objetivo e criando a ilusão de uma relação termo a termo entre a linguagem e o mundo. Assim, pretendem tornar natural o sentido de que o sujeito conhece o desenvolvimento das ocorrências tentando domesticar os efeitos de dispersão, de equívoco, para o leitor ter a idéia de que acompanhou os fatos com freqüência e, dessa forma, conhece a “verdade” dos fatos:

No recorte (19), o substantivo resultado assim como nos recortes (8), (26) e (1) o substantivo prática retomam o processo do jogo, e nos recortes (12), (15), (20), (23) e (27) o substantivo apostas retomam a prática ilegal do jogo em questão.

Em (12), (16), (20) e (28), o substantivo bicheiros refere-se aos contraventores presos. Mansões, em (29), remete ao grande poder econômico gerado pelo jogo a esses controladores do jogo. Controle, em (30), refere-se à ação dos bicheiros. Decadência e podridão, no recorte (11), remetem ao resultado da falta de controle sobre este tipo de jogo, que o leva à marginalidade. Motoqueiro, em (31), refere-se aos componentes da quadrilha responsáveis pela coleta das apostas. Sorteio, nos fragmentos (10) e (32), direciona para a forma de



contemplação do ganhador do jogo e o substantivo sonhadores, em (30), retoma os apostadores do jogo.

A palavra contravenção, em (4), (5), (8), (9), (26) e (33), refere-se ao ato ilegal mais leve que o crime. E crime-anão, em (8), retoma a denominação da contravenção.

Para direcionar o leitor às idéias referentes à polícia, o substantivo investigações, no recorte (6), retoma a ação da polícia para provar a veracidade da denúncia, que é retomada no recorte (16) para referir-se ao ato de terceiros contra a ilegalidade da prática. Atraque, em (34), retoma o ato realizado pela polícia após investigação e confirmação da denúncia. Também, no recorte (12), operação zebra retoma o nome dado à operação realizada pela polícia em analogia ao jogo.

Quanto ao fato noticiado, os substantivos que retomam o acontecido da apreensão feita pela polícia são: coletas, em (6), que se refere ao capital levantado com o jogo ilegal, bugiganga em (35), que retoma todo material ilegal apreendido e, por fim, fatura e montoeira, no recorte (26), referem-se à quantidade de material ilegal encontrado.

Assim, as várias falas, vozes, dizeres e sentidos sobre os dois fatos ficam silenciados sob a formulação do jornal que escolhe como e o que dizer a partir da posição social que ocupa e da classe a que se alinha.

Pelas análises realizadas, não há como negar que o discurso jornalístico seja parcial e heterogêneo. A enunciação jornalística é composta de discursos que dialogam entre si e denunciam o conjunto de procedimentos adotados pelo jornal para obter efeitos de convencimento por parte dos leitores. Por isso, verificamos que a persuasão não é característica exclusiva dos textos publicitários. Até mesmo, por exemplo, quando um jornalista utiliza uma negação, afirma para construir uma informação que leva o leitor a crer sobre a verdade de um fato. Assim, configuramos as características das notícias e manchetes de um jornal policial e sensacionalista que direciona seu texto estrategicamente em função da imagem que tem do seu destinatário.

Concluimos também que as produções textuais jornalísticas criam a ilusão de um discurso neutro e objetivo para ganhar credibilidade com os leitores. Entretanto, suas palavras nunca são neutras, vários são os sentidos depreendidos delas, pois todo discurso é atravessado por outras vozes que se contradizem, se aliam ou se complementam.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção jornalística, nesta pesquisa, insere-se numa concepção de linguagem enquanto fenômeno heterogêneo onde ela é concebida enquanto signo e não sinal, porque, de acordo com Bakhtin/ Volochínov (2002), um sinal é estável, sempre idêntico a si mesmo, enquanto que um signo é dialético e vivo, portanto, variável e flexível, marcado pela mobilidade que lhe confere o contexto. Se concebermos a palavra enquanto sinal, chegaremos à compreensão de mero reconhecimento da leitura, apenas um ato monológico de descodificação. Por isso, nossa concepção, durante todo o percurso da pesquisa, vai ao encontro da palavra enquanto signo dialógico, da compreensão da leitura enquanto ação entre interlocutores.

Para Bakhtin/Volochínov (2002), um signo não existe apenas como parte de uma realidade, um ser se reflete e se refrata no signo pelo confronto de interesses sociais, pela luta de classes diferentes que se servem de uma mesma língua onde valores contraditórios são confrontados. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica, por isso ele pode distorcer a realidade, ser-lhe fiel ou apreendê-la de um ponto de vista específico. Ao apreendermos as diferentes vozes sociais, produzimos e ampliamos os sentidos das coisas, damos a nossa versão, que é uma réplica e não uma repetição. A ordem do real não é evidente, mas adquire determinado valor simbólico em um determinado contexto histórico, construindo e reconstruindo os sentidos, movimentando, então, os diferentes sentidos de um mesmo signo.

Assim, há sempre uma relação dialógica social para o lugar do coletivo, sempre em função de uma atitude responsiva, pois a palavra tanto procede de alguém como se dirige para um outro, abrigo um conjunto de valores ideológicos de natureza fragmentada e contraditória. A compreensão da palavra exige que se vá além do seu conteúdo ideológico, ou seja, que se alcancem as refrações do “discurso de outrem” que a palavra realiza no universo simbólico em sua condição de expressão, considerando-se a questão do lugar de fala e dos

discursos exteriores, dos signos sociais que vão determinar e modelar a consciência individual.

O signo assume valor ideológico quando incorpora um significado que não lhe é próprio, mas de um consenso social, resultante de uma interação no curso da comunicação social. Quando se assume um signo como a representação de uma idéia, atribui-se a ele um valor ideológico que originalmente não possuía, um novo significado. O conteúdo ideológico do signo é, portanto, um acréscimo proveniente do mundo exterior que determina uma alteração na representação do real que o signo exprime.

Após as análises, a linha de raciocínio que conclui esta pesquisa escrita está fora de qualquer compreensão homogeneizadora da linguagem. Para tanto, a prática jornalista deve privilegiar a plurivocalidade, o dialogismo e a heterogeneidade. Em nosso entender, o texto jornalístico precisa ser espaço de reunião dos opostos. A interceptação de vozes, os diferentes pontos de vista sobre um assunto, e a multiplicidade de vozes devem estar presentes para produzir um jornalismo plural que contemple as contradições, as diferentes facetas do acontecimento. Nessa perspectiva, a diversidade, a multiplicidade e a alteridade estabelecem uma relação intersubjetiva entre escritor e leitor que se constituem enquanto sujeitos do discurso.

O discurso jornalístico tem o objetivo de estar de acordo com a necessidade de informação relacionada com amplos aspectos da vida do cidadão. A desgraça dos outros só é comprada pelo leitor por que é atrativa. Assim, o jornal *Diarinho* dá um tratamento sensacional à tragédia, espetacularizando-a, o que confirma a seleção de temas como morte, violência, assaltos, fugas, etc. que atende a necessidade de informação do público do jornal. A proximidade desse público com a violência e o crime é reencontrada na página impressa, onde o perigo é cotidianamente realimentado.

A instituição jornalística não funciona sem leitores, ela busca atraí-los como consumidores, noticiando para determinados segmentos da sociedade a partir da imagem que tem desse segmento, ou seja, o jornal já tem uma espécie de “agendamento” sobre o que vai falar. Os jornalistas estão condicionados por essa imagem que fazem do público leitor do jornal enquadrado no conceito de jornal popular massivo. Observamos, então, que há um processo de formação imaginária que sustenta esse funcionamento do discurso jornalístico, pois as notícias são produzidas a partir da imagem que o veículo jornalístico possui de seu leitor.

No percorrer do nosso estudo, a heterogeneidade discursiva pôde ser apreendida através do jogo de vozes presentes nas notícias-manchetes do jornal *Diarinho* do mês de

fevereiro de 2005. Porém, consideramos não suficiente entender o conjunto de vozes apenas como efeito de enunciação, mas adentrar no funcionamento dessas vozes no interior do discurso, identificando os recursos lingüísticos utilizados para produzir determinados efeitos de sentido nos leitores.

Percebemos que o discurso jornalístico é marcado pela intercalação entre discurso narrativo e discurso citado, o que faz notar a dependência das fontes de informação e de opinião. Ao reportar o discurso de um entrevistado, o jornalista pode envolver-se mais ou menos com o que está sendo dito e deixar mais ou menos claro esse envolvimento. Ao optar pelo discurso direto ou indireto, ele escolhe se vai simular (reproduzir as palavras do entrevistado exatamente como elas foram proferidas) ou se vai reescrever o conteúdo do discurso citado com suas próprias palavras.

Desse modo, há uma tendência do jornalista em tentar demonstrar distanciamento dos enunciados que reporta, reproduzindo em discurso direto toda fala que acredita ser comprometedora. Essa escolha não é aleatória, no discurso direto, é o jornalista que vai escolher o fragmento a ser encaixado em sua reportagem e em que ponto do texto será inserido. Então, por mais que tente passar objetividade, o discurso direto deixa clara a subjetividade do enunciador do discurso citante, que manipula as falas de seus personagens de acordo com o que deseja contar ao seu leitor. Além do mais, o jornalista recorre aos verbos no condicional para evitar as afirmações categóricas e também faz muito uso da modalização, bem mais comum nos textos analisados que o discurso indireto. Porém, como verificamos, os verbos *dicendi* denunciam o envolvimento do jornalista com o seu dizer aparentemente objetivo e impessoal.

A estratégia de produzir um discurso aparentemente impessoal serve de fachada para abrigar uma multiplicidade de vozes que, freqüentemente, se sobrepõe umas às outras, resultando um tecido enunciativo bastante heterogêneo.

Assim, também, a estratégia do uso de aspas serve como uma forma de “amarrar” o discurso do outro à sua linha argumentativa e, com isso, circunscrever a questão da dispersão do leitor, produzindo um efeito de homogeneidade na multiplicidade de vozes que se encontram no texto jornalístico.

A grande questão do jornalismo é o mito da imparcialidade. O jornalista não tem como observar passivamente os fatos e depois descrevê-lo, pois é um sujeito atravessado por diversas vozes onde a linguagem é constitutivamente dialógica e toda aparente neutralidade é ideologicamente construída. As notícias são, portanto, uma versão dos fenômenos sociais, mas não a tradução objetiva, imparcial sobre um fato, porque o jornalista sempre escolhe uma

melhor maneira de descrever o fato de acordo com os interesses do jornal para garantir a adesão do seu público leitor. Esse é um ponto de observação da discrepância entre o discurso dos profissionais de imprensa e, principalmente, dos veículos, e o resultado final de seu trabalho (como podemos verificar nas palavras do próprio jornal em defender a verdade e a imparcialidade e até mesmo nas notícias, que seguem os aspectos formais e as observações a respeito de expressões, palavras e verbos utilizados pelos repórteres da área, sugeridas por manuais de redação jornalística).

Sendo assim, concluímos que a imparcialidade não passa de mera retórica, sendo usada para preservar o discurso e os interesses do próprio veículo. A neutralidade jornalística é um mito cotidianamente desfeito nas pesquisas sobre o discurso jornalístico.

Enfim, a análise das notícias nos conduziu à observação de um discurso heterogêneo, cuja interação com o leitor se traduz no uso de uma linguagem com forte influência da língua oral popular, com jogos de dupla significação, com táticas de persuasão e convencimento pelo uso de recursos de credibilidade num contexto complexo de produção a serviço da imprensa jornalística.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBEX JÚNIOR, José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

\_\_\_\_\_. *Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)*. Cadernos de Estudos Lingüísticos. Campinas, 1990.

AMARAL, Luiz. *Técnica de jornal e periódico*. 4. ed Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. (VOLOCHÍNOV) *Marxismo e filosofia da linguagem*. (1ª edição 1929). Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1981.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, Beth. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_. As vozes Bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de Barros e FIORIN, José Luiz (Orgs.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: em torno de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Escrita, leitura, dialogicidade. In: BRAIT, Beth. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CARDOSO, Darlete. *O jornalismo como (re)produtor de enunciados*. In: Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 1, número 2, jan./jun. 2001. Disponível em <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0102/06.htm>  
Acesso em 22/03/2007.

CAZARIN, Ercília Ana. Da polifonia de Bakhtin à heterogeneidade discursiva na análise de discurso. In: ZANDWAIS, Ana (Org.). *Contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005, p.132-147.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 2004.

DAHLET, Patrick. Dialogização enunciativa e paisagens do sujeito. In: BRAIT, Beth. (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

DALMASO, Silvana Copetti & SILVEIRA, Ada Cristina M. da. A natureza polifônica da linguagem: uma alternativa para o jornalismo. In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. (Org.) *Jornalismo além da notícia*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2003, p.115-136.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. O discurso da violência – as marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo: EDUC/Cortez, 1996.

FIORIN, José Luiz. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de Barros e FIORIN, José Luiz (Orgs.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade: em torno de Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p.29-36.

FLORES, Valdir do Nascimento & TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à lingüística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Novo manual da redação*. 6.ed. São Paulo: Folha de São Paulo, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Ivana Acunha. O dialogismo: uma perspectiva marxista da linguagem. In: ZANDWAIS, Ana (Org.). *Contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005, p.148-156.

HOHENBERG, John. *Manual de jornalismo*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

INDURSKY, Freda. *Relatório Pinotti: o jogo polifônico das representações no ato de argumentar*. In: GUIMARÃES, Eduardo. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. p. 93-127.

LUSTOSA, Elcias. *O texto da notícia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1989.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP. UNICAMP, 1998.

MAZIÈRE, Francine. *O enunciado definidor: discurso e sintaxe*. In: GUIMARÃES, Eduardo. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. p. 47-59.

MELO, Sandra Helena Dias de. *Estilo e neutralidade no texto noticioso jornalístico*. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – PPGL, CAC, UFPE, 2000.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

\_\_\_\_\_. Silêncio e Implícito (Produzindo a monofonia). In: GUIMARÃES, Eduardo. (Org.). *História e sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989. p. 39-46.

PASSETTI, Maria Célia Cortês. O discurso irônico em textos opinativos da Folha de S. Paulo. In: VASCONCELOS, Sílvia Inês C.C. de. *Os discursos jornalísticos: manchete, reportagem, classificados e artigos*. Itajaí : UNIVALI, 1999.

RECHDAN, Maria Letícia de Almeida. *Dialogismo ou polifonia?* In: Revista Ciências Humanas. v.9, n.1, 2003. Disponível em <http://www.unitau.br/prppg/publica/humanas/download/dialogismo-N1-2003.pdf>

SERRA, Giane Moliari Amaral. *Saúde e nutrição na adolescência: o discurso sobre dietas na Revista Capricho*. [Mestrado] Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública: 2001. 136p. Disponível em [http://portaldes.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes\\_cover&id=0000277lng=pt&nrm=iso](http://portaldes.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_cover&id=0000277lng=pt&nrm=iso) Acesso em 1º de fevereiro de 2005.

## ANEXO 1

### Relação das manchetes de capa das edições do mês de fevereiro de 2005 do jornal *Diarinho*:

#### 01/02/2005:

- Vereador dá balaço em jardineiro
- Sai o retrato falado do assaltante da prefa
- Vequi acaba de uma vez por todas com o *aquário* do Ribas

#### 02/02/2005:

- Apreensão no porto de Itajaí
- Mulher sem memória ta em busca da família
- Duas famílias caem nas garras da bandidagem
- Sogro manda genro pro caixão
- Deba diz que Shopping vai cumprir exigências de segurança
- Vereadores vão receber salário dobrado
- Hoje é dia de clássico entre Figueira e Avaí

#### 03/02/2005:

- Sogra e viúva podem ter ajudado no sumiço do morto
- Lotação no latão da vala preocupa a galera
- Caem os cornos que seqüestraram o taxista
- Marcílio amolece no finzinho e deixa vitória escapar
- Avaí empata com o Figueira e fica louco de alegre
- Motoqueiro manda bala na PM
- Assassino do pinguço fica doido e se mata
- LHS vem a Itajaí e entrega R\$ 3 milhões

#### 04/02/2005:

- Presos os assassinos do Pixote denogo-dengo
- Safados e perigosos tão à solta!
- Atacam a catacumba do ex-prefeito Paulo Bauer!
- O drama do palhaço Pimpolho



- Gaúcha rouba em Porto Belo e esconde jóias na prechêca
- Diarinho traz roteirão pra você cair na cachaça
- Amim é preso pela polícia em pleno bairro São Vicente

#### 05/02/2005:

- Crueldade e desespero na Itapema
- Maior Incêndio do Itajaí rolava a 40 anos
- Assaltantes levam R\$ 10 mil nos Espinheiros
- Três titulares do Marcílio tão no departamento médico
- Nelson Rubens faz a maior fofoca no Diarinho
- Boiolagem vai se entupir de confete, serpentina e loira gelada!
- Todas as atrações e bundalê do Carnaval peixeiro e regional

#### 10/02/2005:

- Sangue na Barra Velha
- Pedreiro despacha policial pro além em Floripa
- 4 homicídios e 12 mortes no trânsito durante o Carnaval
- Paulistas presos com o chupa-cabra em Navegantes
- Apesar do suador do Sílvio, Marcílio leva pau
- Figueirense peita o Atlético e perde de virada
- Fiat despenca no viaduto e esmaga o próprio motorista
- Mais um policial de Balneário é baleado
- Servente de pedreiro acaba fuzilado no bairro Imaruí
- Turistas do Paraná morrem afogados no Itajaí e na Penha

#### 11/02/2005:

- PM baleia perna de marofeiro fujão
- Galera passeava de guincho com 2 quilos da erva boa
- Caçamba tomba em Floripa e encagaça tiozinho
- Polícia detona casa e topa com pedreira de crack
- Jardineiro baleado pelo vereador faz revelações ao Diarinho
- Preso o jaguara que baleou o PM de Balneário
- Depois do cacete, Marcílio mexe no elenco
- Já ta rolando ingresso pra Avaí x Figueirense

12/02/2005:

- Polícia civil estoura banca na Ressacada
- Pego o assaltante que atacou o Rolinha
- Cai quadrilha que seqüestrou família de juíza
- Marcílio ta na ponta dos cascos pra peitar o Lages
- Chegada do gás natural promete turbinar comércio de beberrões
- Tiroteio, fuzuê e randevú no Brejo na noite de ontem
- Reforçado esquema se segurança pra Figueira x Avaí
- Ponte entre Itajaí e Navega pode sair do papel

14/02/2005:

- Ex-presidiário Lila é fuzilado com três balaços nos Cordeiros
- Final de semana sangrento:
  - Policial de Navegantes mata pedreiro no meio da rua
  - Overdose de drogas acaba com gurizote do São Vicente
  - Doida arranca o bago do ex-amor na base da unhada
  - Motoqueiro dá porrada, morre e gera engarrafameto
- Acidente mata três da mesma família
- Avaí quebra o jejum e tapa a boca do Figueira
- Mais uma vez, Marcílio Dias só fica no empate

15/02/2005:

- Assaltante rende vovó com machado e facão
- PM prende dois e encontra motoca roubada
- Bola do PDT finalmente assume a prefeitura de balneário
- Prazo pra ganhar o descontinho no IPTU ta terminado
- Família de Itajaienses morre em acidente na BR-101
- Zé Antônio já definiu o time
- Polícia manda duas toneladas de droga pro colo do capeta

16/02/2005:

- Galera do Deba ta perseguindo morador que detonou a prefeitura
- Tentaram falsificar o docú e levaram ferro
- Nem saiu das fraldas e já ta fazendo merda!

- Povão de Bombinhas berra com “trem da alegria”
- Caminhão de mudança fica doido e toma na BR-101
- Marcílio sabe que agora ou vai ou racha

#### 17/02/2005:

- Assassinos!
- Desconhecido é peneirado no Rio do Meio: 9 balaços!
- Polícias Federal e Civil trocam de comando em Itajaí
- Marcílio Dias encaçapa o Metropolitano
- Tarado das Piçarras já ta atrás das grades
- Defuntos em Camboriú vão ganhar maquiagem pra lá de especial!
- Gays de navegantes mostram o pinto pra mulher de bem

#### 18/02/2005:

- Fuzilado no pátio de casa! Carinha leva quatro balaços e cai morto no São Judas
- Bandidões do Paraná e São Paulo são capturados
- Doidão rouba arma de policial e fuzila o cara
- Dupla de atacantes chega para dar um reforcinho
- Cai no RS assaltante de carro-forte perigoso
- Taradão põe o tico pra fora e apavora a velharada
- LHS reforça intenção de montar centreventos

#### 19/02/2005:

- DVD de putaria da Antonela ta vendendo que nem água
- Cai o assassino do servente do Imaruí
- Preso o doido que rachou a cabeça do Alemão
- Pesqueiro Itajaiense é apreendido no Uruguai
- Crentes do bispo Samuel metem a boca no vereador Amândio
- Sinaleiras do Itajaí soa uma verdadeira merda
- Matança no Rio do Meio tem dedo do PCC
- Penca de drogas é queimada e volta direto pro inferno

21/02/2005:

- Balaço vara o corpo do traficante Índio
- Policial federal fuzila pedreiro brigão em restaurante
- Desempregado é executado com balaço no tórax
- Guria de 14 anos é estuprada perto do Praia Brasil
- PF bota as garras no busão da erva
- Óleo é despejado em riacho nos Espinheiros
- Marinheiro cai de quatro na Arena do JEC
- Figueirense soca o Guarani sem dó: 6 a 1

22/02/2005:

- Secretário do Coelho viu a morte de pedreiro de perto
- Barco da Femepe explode e mata tripulante
- Famai investiga derrame de óleo nos Espinheiros
- Ferribote enguiça no meio do rio Itajaí-açu
- Terminais de busão são desativados em Floripa
- Rogério Ceni manda alô pro Diarinho
- Gurizão morre com 33 facadas
- Eliane renuncia à presidência do PMDB

23/02/2005:

- Preso bandidão que matou no clube Imperial
- Polícia acaba com farra de ladrões que clonavam carros
- PM topa com crack em Balneário, Camboriú e Itapema
- Ter filho em escola particular no Itajaí pode custar até R\$ 362 por mês
- Técnicos vieram dizer que a ponte Itajaí Navega não é um sonho
- Figueirense joga contra o Verdão desfalcado de cinco jogadores

24/02/2005:

- Marcílio mete 4 a 2 no tubarão e se classifica
- DEIC interroga assaltante de carro forte
- Galera do Fayal é demitida na volta das férias
- Delegado regional chama policial pilantrão pra tramar na delegacia
- Advogado ricaço é torturado e assassinado em Floripa

25/02/2005:

- Assassinos do cara que levou 33 facadas tentam matar informante
- Mais um assaltante do Pisseti vai pra dentro da jaula
- Policial Civil é peso extorquindo empresário
- Prefa puxa o tapete da presidente da cooperativa de catadores
- Proibidas até abril as obras na lagoa da Conceição
- Lojistas garantem que o shopping Etiane ta todo certinho
- Vítima da burocracia do SUS pede ajuda pra não morrer

26/02/2005:

- Justiceiros em Itajaí?
- Pai e filho morrem afogados em cisterna
- Dono de construtora é rendido e assaltado
- PM vai peitar a farra do boi na região
- Barcão pega fogo em estaleiro
- Bingo Itajaí consegue liminar e reabre as portas
- Mais um se quebra em porradaço com buso
- Sine tem um bocado de vagas de emprego

28/02/2005:

- Galpão desaba, mata um operário e deixa três feridos
- Irmão mata o outro com balaço de 32
- Marcílio perde em Criciúma
- Definido os oito times da segunda fase
- Anjinho de nove anos morre vítima de bala perdida
- Brigada no encontro de motoqueiros teve até a participação do prefeito

## ANEXO 2

Capas e notícias-manchete on-line das edições do *corpus* de análise do mês de fevereiro de 2005 do jornal *Diarinho*:

## Notícia 1

DIARINHO

Voltar para a edição de hoje

DIARINHO - Edição do dia 1º de Fevereiro de 2005

26 anos

**di@rinho**

Litoral Catarinense, Terça-Feira, 1º de fevereiro de 2005

Diário do Litoral

Bom

Julia Victoria

TEMPO

Anuncie

Arquivo

Assine

Busca

Cartas

Classificados

Cláudio Humberto

Colunas

Diz aí, leitor!

Editais

Empregos

Especiais

Esportes

Geral

JC

José Simão

Opinião

Polícia

Ponto de encontro

Reclamações

Registros

Sociedade

Variedades

Fale conosco

Central do Assinante

Expediente

**BAFÃO**

**VEREADOR DA BALAÇO EM JARDINEIRO**

Há dois *buxixos* sobre o caso: o vereador teria um caso com a mulher do jardineiro ou, então, uma briga por grana. O vereador estaria devendo à vítima, que trabalhou como cabo eleitoral na campanha

Vereador picarense que meteu bala foi o terceiro mais votado, e tem uma clínica médica no centro da cidade

**Sai o retrato falado do assaltante da prefa**

**ENTREVISTA**

**"Eu quero fazer as pequenas empresas crescerem e se unirem pra exportar"**

O homem do desenvolvimento econômico de Maratãozinho afirmou que Itajaí tem potencial pra deixar de ser uma terra de peão e se tornar um estêro de empresários

**COSYA EMERALDA**

**Sacanas abrem estrada ilegal**

Mata atlântica entre Porto Belo e Bombinhas foi cortada por uma estrada de 19 metros de largura. Caso tá no Ministério Público Federal

**DE ITAJAÍ**

**Vequi acaba de uma vez por todas com o aquário do Ribas**

Vidros que separavam o povão dos vereadores abôboras foram invenção do Renato Ribas em 1999, mas vão pro saco amanhã à tarde

Você conhece este homem: Ele é um perigoso assaltante

<http://www.diarinho.com.br/cgi-bin/arquivo.pl?d=1&m=2&a=2005.1.01/2313/5/2007.22:47:26>

## DIARINHO - Edição do dia 1º de Fevereiro de 2005

‘Bafão’ no centro

### Vereador do PP das Piçarras dá balaço em jardineiro

Duas coisas podem ter motivado o crime: um caso do vereador com a mulher do jardineiro ou dívida política. O vereador estaria devendo grana à vítima, que trabalhou como cabo eleitoral na campanha eleitoral

O vereador eleito pelo PP, Luiz José de Almeida Fayad, 61 anos, o popular *dotô* Luiz, quase matou o seu jardineiro, Evaldo Henrique Paduan Garcia, 42, com um tiro a queima-roupa. O entrevero rolou ontem no centro de Balneário Piçarras, próximo ao restaurante Tuty's, quando Luiz tava indo almoçar. Segundo informações, dois fatos podem ter motivado o crime: um ataque passional ou uma dívida de campanha.

Luiz e Evaldo se encontraram na rua Itacolomi, próximo ao restaurante, por volta das 13h. Logo que se viram, começaram a discutir. No auge do arranca rabo, Luiz foi até o seu carro, um Corsa vermelho que tava estacionado, e pegou uma arma calibre 12. O *dotô* foi logo disparando.

O tiro atingiu o peito do jardineiro, no lado esquerdo, próximo ao ombro. Evaldo foi socorrido pelo corpo de Bombeiros e levado ao hospital Marieta Konder *Borráuse*. Logo após o disparo, surgiu o boato que Evaldo teria morrido no hospital. Mas a versão não passou de boato, já que a vítima passou por uma cirurgia e tá internada num quarto do terceiro andar.

O jardineiro trabalhou como cabo eleitoral na campanha de Luiz pelo PP, e estaria cobrando o dinheiro que o vereador ficou devendo. O valor da cobrança não foi informado com precisão, mas seria algo entre dois ou 20 mil reais. Como as ameaças estavam rolando desde novembro, o *dotô* Luiz teria registrado um boletim de ocorrência, para se resguardar.

O delegado responsável pelo caso, Eduardo Hahn, acredita que o crime não tenha sido passional. Na noite de ontem, testemunhas que presenciaram a ação de Luiz tavam sendo ouvidas pela autoridade policial. Desde a tentativa de morte, Fayad tá foragido da cidade. A polícia Militar e Civil estão procurando o cara.

#### Vereador eleito

Luiz foi eleito nas últimas eleições de 3 de outubro, e tinha tudo para ser uma promessa como vereador. Ao menos o povo olhava com bons olhos o novo nome na casa legislativa, já que o médico não tinha rejeição e sempre gozou de boa reputação, tendo sido candidato a prefeito nos anos 90, sem sucesso. Além de vereador, Luiz era dono de uma clínica no centro da cidade, próxima ao mercado Mini Preço.

Segundo o presidente do PP local e ex-prefeito Umberto Teixeira, o partido vai dar todo o apoio ao vereador, pois sabia das ameaças que ele tava sofrendo. "Na época das eleições ele (Evaldo) trabalhou como cabo eleitoral na campanha de Luiz, depois o cidadão começou a persegui-lo. Parava e o ameaçava. Hoje o cidadão o abordou novamente", explicou.

Segundo Umberto, para se tomar qualquer procedimento tanto no partido como na câmara de vereadores, será esperado o resultado das investigações policiais e o julgamento do pepista. Luiz Fayad foi o terceiro parlamentar mais votado na cidade com 386 votos – atingindo quase 5% do total do eleitorado da terrinha do Pingüim, e ficando atrás apenas do Rogério de Lima (PP, 488 votos) e do Almir Pata (PMDB, 411 votos).

PL



## Notícia 2

DIARINHO

Voltar para a  
edição de hoje

DIARINHO - Edição do dia 3 de Fevereiro de 2005

Anuncie
Arquivo
Assine
Busca
Cartas
Classificados
Cláudio Humberto
Colunas
Diz aí, leitor!
Editais
Empregos
Especiais
Esportes
Geral
JC
José Simão
Opinião
Polícia
Ponto de encontro
Reclamações
Registros
Sociedade
Variedades
Fale conosco
Central do Assinante
Expediente

26 anos



Litoral Catarinense, Quinta-Feira, 3 de fevereiro de 2005

**di@rinho**  
Diário do Litoral

Bom



Felipe

TEMPO

---

**BALNEÁRIO**

### Motoqueiro manda bala na PM

**SANGUE EM BOMBINHAS**

### Assassino do pinguço fica doido e se mata

**GRANA DA BOA**

### LHS vem a Itajaí e entrega R\$ 3 milhões

**HOMICÍDIO EM CAMBORIÚ**

## Sogra e viúva podem ter ajudado no sumiço do morto

Irmãs do gesseiro fuzilado pelo sogrão com 5 balaços garantem que a mãe e a esposa do cara até lavaram o sangue dele na varanda da casa



Balsas ainda são da década de 80, quando chove o povão enaspa e motoristas não respeitam ordem de sair do caranga

**FERRY BOAT**

## Lotação no latão da vala preocupa a galera

---

**AVENIDA ATLÂNTICA**

## Caem os cornos que seqüestraram o taxista!



Willian Barbosa Silva



Charles André Costa Silveira



Idemar Mahl Rodrigues

**NOITADA DOS EMPATES NO CATARINENSE**

- ☛ Marcílio amolece no finzinho e deixa vitória escapar
- ☛ Avaí empata com o Figueira e fica louco de alegre



## DIARINHO - Edição do dia 3 de Fevereiro de 2005

Homicídio em Camboriú

### Sogra e viúva podem ter participado da ocultação do cadáver

Irmãs do gesseiro fuzilado pelo sogro revelam detalhes macabros: filhos pequenos do casal revelam ter visto a mãe e a avó ajudando o assassino a carregar o cadáver e lavar o sangue que ficou na varanda da casa



José Carlos e Felipe, seu sogro e futuro assassino: relacionamento normal abalado após a separação da vítima e a esposa J.

Luzia Kurten, Nadir Kurten Polidoro e M.S.K., irmãs do gesseiro José Carlos Kurten, 34 anos, morto no final de semana, *peneirado* com cinco balas no bairro Rio do Meio, em Camboriú, estiveram ontem no DIARINHO pra fazer revelações ainda mais escabrosas sobre o crime, que chocou a comunidade de Camboriú. De acordo com as irmãs, que são evangélicas, evidências indicam que a morte de José Carlos não foi um crime praticado somente pelo sogro do cara, o Felipe Dutra Base, 52 anos, conforme revelado ao DIARINHO ontem, pela polícia. O crime teria contado com a participação da esposa e filha de Felipe – no caso, a própria sogra e a viúva do gesseiro.

A revelação feita pelas irmãs de Kurten bate de frente com informações iniciais de que a morte do gesseiro teria acontecido em virtude de uma "legítima defesa" por parte do *véio* Felipe. Segundo as irmãs, comentários feitos pelos dois filhos de José Carlos – de 4 a 11 anos de idade, respectivamente – dão conta de que a viúva J. e sua mãe teriam participado da ocultação do cadáver do cara, e até mesmo, limpado o sangue de José, que ficou espalhado na varanda da casa do sogro.

Luzia acredita que seu irmão tenha sido vítima de uma agressão covarde e de um homicídio frio e planejado. "O crime foi entre oito horas e nove e meia da noite, no sábado", disse a crente à reportagem do DIARINHO. Segundo ela, o filho da vítima, L.B.K., de 5 aninhos, revelou na segunda-feira, à tia M.S. que tava na casa dos avós, quando o pai chegou, à noite. "Ele contou que tava com a mãe e avó, e foi levado para o quarto com seu irmão. Minutos depois, ouviu os cinco tiros", detalha M.S.

O menino também garantiu às tias e a uma enfermeira de Balneário Camboriú que viu o avó, a avó e a mãe arrastando o corpo do pai pro carro, o Apolo, placa LZL-1434 (Camboriú). O cadáver de Kurten foi achado na segunda-feira à noite, já em decomposição, num matagal do Rio do Meio, dentro do porta-malas do *carango*. José não chegou a ser roubado – estava com celular, grana documentos e até com um revólver 38 na cintura. "Ele andava armado desde os 18 anos", confirmam as irmãs, muito abaladas.

Luzia e Nadir comentam ainda que depois das revelações do pequeno L., o seu irmão de 11 anos fez novos comentários. Disse que o avô levou o pai "até a ponte" (região onde o carro foi encontrado) e deixou o gesso lá. As irmãs garantem ainda que a reação de J., a viúva, foi "tranqüila demais" quando ela soube que o marido havia sido encontrado todo *peneirado*, na segunda-feira. "Ela só foi no velório porque nossos familiares foram buscá-la", garante Luzia. "Nossa cunhada sabia de tudo", acrescenta.

José teve filho com a amante, "mas era gente boa"

José Carlos Kurten, segundo as próprias irmãs, não era necessariamente uma florzinha que poderia se cheirar. Mas também não era um cara mau. "Ele tinha seus defeitos e suas virtudes", lembra Nadir, com lágrimas nos olhos. A família Kurten é do Paraná e é formada ao todo por 12 irmãos. José, embora andasse sempre armado e vivesse um relacionamento bagunçado com a esposa J. – ele a deixou quando arrumou uma amante, com quem tem uma menina de oito meses – nunca deixou faltar nada. Nem à esposa, nem à "filial" e nem aos filhos.

"Ele assumiu a filha que teve com a amante, nunca teve passagem pela polícia, e há um mês, voltou a viver com a esposa legítima", explicam as irmãs. No sábado em que foi morto, ele de certa forma, demonstrou que iria "ter um papo sério" com o sogro Felipe. Kurten tava num boteco no sábado à tarde, quando o sogro lhe convidou para "dar um chego" em sua casa, "para conversar", segundo testemunhas. Antes de chegar na casa do futuro assassino, passou na *baia* do irmão Gervásio, e demonstrou preocupação porque o sogro queria ter um papo sério.

Luzia, Nadir e M. não sabem o que realmente ele iria conversar com Felipe. Elas garantem que embora não morressem de amor um pelo outro, o irmão e seu sogro viviam relativamente bem. Em foto familiar cedida à *viadagem* do DIARINHO, as irmãs revelam detalhes da convivência: na foto, José Carlos e o *vêio* Felipe aparecem juntos, cortando um bolo, numa boa.

"O que o velho queria com ele? Por que tanta raiva, já que fazia um mês que meu irmão e a mulher haviam voltado e estavam bem?", pergunta Luzia. As irmãs negam a versão da legítima defesa – dizem que o irmão sequer teve tempo de sacar o *berro* 38 que trazia. "O seu Felipe não é uma vítima. É um criminoso foragido", afirma Nadir. A polícia Civil em Camboriú repassou ao DIARINHO que não há novidades sobre o caso, e que o sogro matador continua desaparecido.

JS

## Notícia 3

DIARINHO

Voltar para a  
edição de hoje

DIARINHO - Edição do dia 12 de Fevereiro de 2005

Anuncie
Arquivo
Assine
Busca
Cartas
Classificados
Cláudio Humberto
Colunas
Diz aí, leitor!
Editais
Empregos
Especiais
Esportes
Geral
JC
José Simão
Opinião
Polícia
Ponto de encontro
Reclamações
Registros
Sociedade
Variedades
Fale conosco
Central do Assinante
Expediente

26 anos

# di@rinho

Litoral Catarinense, Sábado e Domingo, 12 e 13 de Fevereiro de 2005

## Diário do Litoral

**Bom**



Paloma

**TEMPO**

**PAU NO JOGO DO BICHO!**

### Polícia Civil estoura banca na Ressacada



Oito pessoas foram detidas no galpão da jogatina, atrás do prédio da Seara; uma arma e mil reais em dinheiro também foram pro pau

Gaterra que fez sua fezinha tomou no rabo, porque a polícia apreendeu todas as apostas das 18h da Bankar loterias

**PRAIA DOS AMORES**

### Pego o assaltante que atacou o Rolinha



Elton Juliano dos Santos

**PORTO BELO**

### Cai quadrilha que seqüestrou família de juíza

**VENDA DE USADOS NO ITAJAÍ**

### Chegada do gás natural promete turbinar comércio dos beverrões



Saragiotto e Caetano esperam torrar veículos que bebem demais

**CAPETA À SOLTA**

### Tiroteio, fuzuê e randevú no Brejo na noite de ontem

**DIZEM QUE AGORA VAI!**

### Ponte entre Itajaí e Navega pode sair do papel

Volnei e Deba andaram se mexendo e projeto tá sendo elaborado. Ideia é fazer a ponte próximo à barra do rio Itajaí, como continuação da beira mar de Navegantes

**ESPORTES**

### Marcílio tá na ponta dos cascos pra peitar o Lages

### Reforçado esquema de segurança pra Figueira x Avai

## DIARINHO - Edição dos dias 12 e 13 de Fevereiro de 2005

Contorno Sul

### Civil estoura banca de jogo do bicho

Oito pessoas foram detidas. Vários materiais relacionados ao jogo de azar foram apreendidos, uma arma e mil reais em dinheiro também foram pra fita



Além das tranqueiras, até uma arma e um Vectra, localizado atrás do prédio da Seara

Deu zebra! Quem fez uma fezinha no jogo do bicho, na tarde de sexta-feira na Bankar Loterias, esperando ansioso o resultado da extração das 18h, pode tirar o cavalinho da chuva. Mesmo que o apostador tenha a sorte de acertar o que "deu na cabeça", não vai ganhar nenhum tostão. Na tarde de ontem, a polícia Civil de Itajaí estourou a banca de jogo do bicho e apreendeu todas as apostas, os carinhas que recolhem as apostas e até uma arma, que foi achada no galpão onde os bicheiros da Bankar se encontravam. A zebra tava solta e todos foram enjaulados.

Embora a prática do jogo do bicho role solta no Brasil afora e seja ilegal, se caracterizando como contravenção penal – o popular crime anão – a jogatina não dá jaula. Amparado pela lei, o delegado Cláudio Monteiro recebeu uma denúncia, através do disque-denúncia 181, informando que havia grande movimentação de bicheiros num galpão na avenida Vereador Abraão João Francisco, a popular Contorno do Sul, atrás do prédio em construção da Seara, no bairro Ressacada.

Após investigações, os policiais certificaram que ali funcionava mesmo um galpão para onde eram levadas as coletas do jogo do bicho. Com um mandado de busca e apreensão, os policiais deram um ataque no local. Cada motoqueiro recolhedor de aposta que chegava, depois de rondar a cidade recolhendo o bicho, ia sendo detido. Oito pessoas foram *güentadas* e sete motos, apreendidas.

Dentro do galpão foi encontrada uma pistola, um veículo Vectra sem placas e todo empoeirado, um estoque enorme de blocos, placas, calendários e outros materiais relacionados ao bicho. Cinco *pochetes* dos recolhedores



das apostas foram levadas. Cada uma tinha cerca de 200 reais em aposta. Para estes apostadores pode dar Cobra, Jacaré, Gato e até Vaca, que não vai fazer diferença. Perderam o dinheiro e não vão ganhar nada.

Toda a bugiganga apreendida foi levada à central de Polícia. Até um brinquedinho um tanto quanto perigoso foi encontrado no local. O artefato funcionava nos moldes de arco e fecha, porém, muito mais potente. Com uma boa mira e com a munição certa, dá até pra deixar uma pessoa bastante machucada.

Com a fatura de material e a montoeira de prova que ali funcionava o galpão do bicho, os oito detidos serão autuados por prática de contravenção penal. O dono da pistola também será autuado em porte ilegal de arma e corrupção de menores, já que havia um menor no galpão. "Esta será uma prática corriqueira na cidade", afirmou o delegado Monteiro. A polícia Civil já tá de olho em outras bancas. Os bicheiros da cidade já começaram a fazer suas apostas e torcerem para não serem visitados pela operação Zebra.

O começo do jogo do bicho

Se agora o prêmio para quem ganha no jogo do bicho é dinheiro, na época em que surgiu, no ano de 1888, o ganhador levava literalmente o bicho para casa. O barão de Drummond, morador do Rio de Janeiro, isso no tempo do imperador Pedro 2o, amava os bichos e dava aula de zoologia. Com tanto amor para dar aos animais, o cara montou um zoológico, que ficava localizado no pé da serra do Engenho Velho, no bairro chamado Vila Isabel.

Desde o fim de 1889, o governo, que já era República, parou de ajudar o zoológico do Barão com dez contos de réis anuais, como na época do império. Com dificuldades para manter o zôo, cheio de dívidas, o barão pensou em se desfazer do zoológico. Foi então que um amigo mexicano lhe deu uma grande uma idéia: estimular o povão a visitar o zoológico.

Aí eles resolveram dar um prêmio por dia. Todos os dias, um bicho iria ser sorteado. Nos bilhetes foram desenhados os próprios animais, um bicho era escolhido e quem tivesse o tal animal, ganharia mil réis. A idéia caiu na graça do povo e foi o maior sucesso, principalmente nos domingos, quando bondes iam para Vila Isabel, superlotados. Na bilheteria, o pessoal já gritava: "me da um porco, uma vaca, um cachorro...", todos querendo fazer uma fezinha para adivinhar o bicho que ia dar.

Logo o sorteio transcendeu as grades do zoológico e o pessoal começou a organizar os jogos em armazéns e botecos. Os mais humildes adoravam tentar a sorte, pois era uma maneira de ganhar um troco a mais. Um sorteio parecido foi tentado com o nome de flores, mas claro que não pegou.

Em 1894, o governo proibiu as apostas vendo a febre do bicho. Mas o pessoal continuava jogando. Na época, a polícia, para fingir que não via, também levava o seu troco. Em 1897 o barão Drummond faleceu e não chegou a acompanhar a decadência e a podridão que virou o jogo inventado por ele e o amigo mexicano.

Logo as apostas se espalharam por todo o país, tornando-se cada vez mais populares. O controle passou para gente poderosa, que sobre ludibriar os mais humildes sonhadores. A brincadeira virou negócio e os bicheiros são, geralmente, milionários. Donos de mansões, empresas e vivem aquém da lei. Em 1941, o governo tornou o jogo "contravenção penal", mas não adiantou. O negócio cresceu cada vez mais.

O que é contravenção

A lei de introdução ao código Penal, em seu artigo 1º do decreto-lei 3.914, de dezembro de 1941, define o que é crime e contravenção penal no Brasil. Crime é considerado toda a infração penal a que a lei prevê pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, alternativa ou cumulativamente com pena de multa. Já a contravenção é conhecida como "crime anão".

Contravenção é toda a infração penal a que a lei prevê, isoladamente, pena de prisão simples – o carinha não vai ficar recluso numa unidade prisional - ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

PL